

RUAS DO COTIDIANO

**as práticas de convívio em
uma rua do Bexiga**

ISABELLA MARIA DAVENIS ARMENTANO

RUAS DO COTIDIANO
as práticas de convívio em
uma rua do Bexiga

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientação: Eugenio Fernandes Queiroga

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mails da autora: isa.armentano@gmail.com; isarmentano@usp.br

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2023.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Armentano, Isabella Maria Davenis
Ruas do cotidiano: as práticas de convívio em uma rua do Bexiga / Isabella Maria Davenis Armentano; orientador Eugenio Fernandes Queiroga. - São Paulo, 2022.
224 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

1. Espaços Livres Públicos. 2. Cotidiano. 3. Práticas de Convívio. 4. Bexiga. I. Queiroga, Eugenio Fernandes, orient. II. Título.

Nome: ARMENTANO, Isabella Maria Davenis

Título: Ruas do cotidiano: as práticas de convívio em uma rua do Bexiga

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

aos encontros na Rua Maria José,
a todas as pessoas que vivenciam
seu espaço, àquelas que cruzaram
meu caminho e, das mais diversas
formas, afetaram esse processo

AGRADECIMENTOS

Fazer uma Dissertação pode ser um processo solitário. Fazer pesquisa na pandemia, em um contexto marcado por tantas incertezas e outras urgências que nos acabam atravessando, requer um exercício constante e incessante de se reencontrar com a lembrança. Teve muita gente que, mesmo sem saber, me ajudou nesse exercício de fazer lembrar o início, a motivação, os porquês. Tenho sorte de ter e também ter cruzado com pessoas extremamente generosas que me ajudaram a atravessar por todo esse caminho com mais certeza e alegria. Sem elas, muitas das coisas que estão aqui não estariam. Por isso, agradeço a todas elas, especialmente:

Ao Eugenio Fernandes Queiroga, por ter aceitado orientar esta pesquisa, sempre com muita generosidade, atenção e carinho. Por todos os ensinamentos, desde a graduação, e pela importância em minha formação.

Às professoras Karina Leitão e Luciana Schenk, pelas contribuições e incentivo na banca de qualificação que foram determinantes no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores e aos pesquisadores que cruzei nesse percurso e que foram referências para esta pesquisa.

Ao Jorge Luis e ao Fábio Brandão, pela generosidade e disponibilidade em compartilhar suas experiências.

Ao Coletivo Cine Quebrada pelo envolvimento com a Rua Maria José e por todos os registros feitos e compartilhados que também foram extremamente importantes para esta pesquisa.

A todos que conversei na Maria José, por tudo que, gentilmente, me ensinaram ao mostrar sua relação com aquele espaço e, conseqüentemente, me fazerem lembrar o porquê de estudá-lo.

Aos amigos da pós, àqueles que conheci e aos outros que me aproximei, pelos momentos, ideias e desabafos compartilhados: Camila Reis, Luisa Fecchio, Diogo Cavallari, Artur Duarte, Stephanie Guerra, Fabiane Savino e Leticia Becker. À Adriana Terra, por sua pesquisa comprometida com o Bexiga e por ter me falado sobre o Campeonato Inter-Ruas que acontecia na Rua Maria José. À Camila Motoike, pela partilha, conversas e pela extrema generosidade em dividir comigo suas descobertas ao longo do seu percurso.

Aos amigos e colegas da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente por me ensinarem todos os dias “a dor e a delícia” da nossa profissão e do servir ao público, aspectos determinantes na minha formação. A Tamires Oliveira, Lucas Lavecchia, Ingrid Bisterzo, Guilherme Iseri, Maryellen Sanchez, Larissa Bueno, Clenilde Queiroz e Dayanne Favaro, pela amizade e toda compreensão que tiveram comigo ao longo desse processo.

Às amigas e aos amigos da vida por estarem presentes das mais variadas formas. Àqueles que estiveram, de alguma forma, mais próximos deste processo: Artur Kim, Júlia Savaglia, Marieta Colucci, Leticia Sabino, Leyla Beraldo, Fernanda Luchiari, Barbara Yadoya, Julia Reis e Felipe Fuchs. À Juma Chado, pelo cuidado, pela escuta e por me ajudar a segurar as pontas na pandemia. À Natália Romeu, pela companhia nos sambas da Maria José. Ao Leonardo Pequi pelas longas trocas e reflexões, por toda generosidade e disponibilidade em me ajudar das mais diversas formas, sobretudo na diagramação e na capa deste trabalho. À querida Paula Hori, pela leitura atenta, por participar de todo o processo, por todas as contribuições e por sua amizade.

Às minhas tias que se fazem presentes em diversos campos da minha vida.

À minha primeira professora, minha avó Aida.

Aos meus pais, Solange e Marco, pelo apoio, incentivo e amor. Por tanto, sempre.

RESUMO

ARMENTANO, Isabella Maria Davenis. **Ruas do cotidiano: as práticas de convívio em uma rua do Bexiga**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Este trabalho propõe romper com o entendimento de que qualquer rua desempenha de forma prioritária a função de circulação. Para isso, por meio da investigação de práticas de convívio manifestadas na Rua Maria José, localizada no Bexiga – área pertencente à região central da cidade de São Paulo – apresenta-se a flexibilidade das ruas para possibilitar diversas manifestações cotidianas. A rua em questão, marcada pela heterogeneidade social e funcional, destaca-se na região pela alta densidade populacional e por suas várias apropriações verificadas nos diferentes dias da semana. Diante das observações feitas ao longo das incursões a campo e dos relatos de seus vivenciadores, nota-se que a leitura do seu cotidiano, manifestada sobretudo nas apropriações espontâneas e não planejadas da rua, aproxima-se das referências consultadas e pode apontar para caminhos de transformação. Somado a esse fato, a partir dessas práticas existentes e devido à organização da sociedade civil, em julho de 2019, a Rua Maria José passou a integrar o Programa Ruas de Lazer, programa municipal de abertura de ruas implementado na década de 1970, que garantiu o bloqueio de um de seus trechos para o tráfego de veículos motorizados aos domingos e feriados. Diante desse contexto e, a partir da apresentação do panorama das políticas públicas relacionadas às ruas da cidade de São Paulo, reflete-se acerca da influência desse programa nas práticas cotidianas de sociabilidade que já ocorriam no local e evidencia-se que as leituras da dimensão do cotidiano são importantes para se pensar a gestão das ruas e se propor políticas públicas.

Palavras-chave: Espaços livres públicos; cotidiano; práticas de convívio; Ruas de Lazer; Rua Maria José, Bexiga.

ABSTRACT

ARMENTANO, Isabella Maria Davenis. **Everyday Streets: the practices of social coexistence in a street of *Bexiga***. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This research proposes to break with the understanding that any street carries out the mobility function as a priority. For this, through the investigation of social coexistence practices observed in Maria José Street (located in *Bexiga*, an area that belongs to the center of São Paulo), the streets' flexibility to enable several daily appropriations is presented. The discussed street, marked by social and functional heterogeneity, stands out in the region for its high population density and for its several appropriations on different days of the week. Considering the observations made during the field researches and the stories of those who live there, it is possible to notice that the reading of its daily lives, observed especially in the spontaneous and unplanned street appropriations, is close to the consulted references and can point to paths of transformation. Added to this fact, from these existing practices and due to the society organization, in July 2019, Maria José Street became part of the *Ruas de Lazer* program, a municipal opening streets program, implemented in the 1970's, which ensured the blocking for vehicle traffic on Sundays and holidays. Given this context, and from the presentation of public policies related to the São Paulo's streets, it is discussed about the influence of this program on the daily practices of sociability that already occurred in the place, and it is shown that the everyday life dimension readings are important to think about the streets management and propose public policies.

Keywords: Public open spaces; everyday life; social coexistence practices; *Ruas de Lazer*; Maria José Street, *Bexiga*.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 | Rolimã na Maria José. **p. 26**

Fonte: Natália Romeu, 2022

Imagem 02 | Município de São Paulo e localização da Bela Vista. **p. 36**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022.

Imagem 03 | Loteamento do Bexiga e a Rua Maria José (1895). **p. 37**

Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal, 1985

Imagem 04 | Loteamento do Bexiga e a Rua Maria José (1913). **p. 37**

Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, 1913

Imagem 05 | Bela Vista e o loteamento original. **p. 38**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Imagem 06 | Relevo e Hidrografia do Bexiga. **p. 43**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Imagem 07 | Padrão de Ocupação: Morro dos Ingleses x Rua Maria José. **p. 44**

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Imagem 08 | Edificação no Morro dos Ingleses. **p. 45**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 09 | Fachadas da Rua Maria José: ausência de recuos laterais e frontais. **p. 46**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 10 | Maria José em 2022: Heterogeneidade tipológica. **p. 48**

Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do Google Earth, 2022

Imagem 11 | Bela Vista: densidade demográfica e localização dos cortiços. **p. 49**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Imagem 12 | Gráfico Famílias em Cortiços, 2014. **p. 50**

Fonte: Caderno da Subprefeitura da Sé, 2016

Imagem 13 | Equipamentos da Bela Vista. **p. 52**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Imagem 14 | Gráfico Proporção da população sem acesso próximo a equipamentos públicos de esporte e lazer, 2010. **p. 55**

Fonte: Caderno da Subprefeitura da Sé, 2016

Imagem 15 | Sistema de Espaços Livres da Bela Vista. **p. 56**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Imagem 16 | Praça Pérola Byington. **p. 58**

Fonte: Google Street View, 2022

Imagem 17 | Praça Dom Orione em dia de feira. **p. 58**

Fonte: VejaSP, 2022

Imagem 18 | Feira livre na Rua São Domingos (1915). **p. 60**

Fonte: Eli M. de Moraes. In: SCHNECK, 2016, p. 275

Imagem 19 | Feira livre da Rua Maria José na década de 1950. **p. 60**

Fonte: Arquivo de Re Sartorelli Monteiro, 1950

Imagem 20 | Festa junina na rua. **p. 62**

Fonte: Foto da autora, 2019

Imagem 21 | Vias e Viadutos da Bela Vista. **p. 64**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Imagem 22 | Propostas Concurso de Ideias. **p. 70**

Fonte: Marreti (2018)

Imagem 23 | Bens tombados na Bela Vista. **p. 71**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Imagem 24 | Edificações tombadas da Maria José. **p. 72**

Fonte: Fotos da autora, 2022

Imagem 25 | A festa da Achiropita. **p. 74**

Fonte: Rede Globo, 2018

Imagem 26 | Lavagem da Escadaria do Bexiga. **p. 76**

Fonte: Facebook Ilú Obá De Min, 2022

Imagem 27 | Em frente a uma pensão da Rua Maria José. **p. 95**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 28 | Mapeamento da Maria José. **p. 98, 99**

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa; fotos da autora, 2022

Imagem 29 | Alinhamento das edificações da Rua Maria José. **p. 100**

Fonte: Elaborada pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2022

Imagem 30 | Pensão de porta aberta. **p. 101**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 31 | A rua vista de dentro da casa. **p. 103**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 32 | Placas de aluguel na Rua Maria José. **p. 104**

Fonte: Fotos da autora, 2021

Imagem 33 | Apropriações das calçadas da Rua Maria José. **p. 105**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 34 | Larguinho da Maria José e o empreendimento ZYZ Bela Vista sendo construído. **p. 107**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 35 | Setorização da Maria José. **p. 109**

Fonte: Elaborada pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2022

Imagem 36 | Trabalho na Rua Maria José. **p. 112**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 37 | A feira da Rua Maria José em duas perspectivas. **p. 114**

Fonte: Fotos da autora, 2021

Imagem 38 | Esquema circulação da feira livre. **p. 114**

Fonte: Elaborada pela autora, 2021

Imagem 39 | A calçada em dia de feira livre da Maria José. **p. 115**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 40 | Barraca de flores há 53 anos na Rua Maria José. **p. 117**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 41 | Larguinho's Bar. **p. 118**

Fonte: Foto da autora, 2020

Imagem 42 | À noite no bar. **p. 119**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 43 | Churrasqueira na Calçada. **p. 119**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 44 | Chuteiras penduradas na fiação. **p. 120**

Fonte: Natália Romeu, 2022

Imagem 45 | Futebol no larguinho da Maria José. **p. 121**

Fonte: Foto da Autora, 2022

Imagem 46 | Cinema no Larguinho da Maria José. **p. 122**

Fonte: *Instagram* @coletivo_cinequebrada, 2019

Imagem 47 | Cordão do Jamelão: o carnaval da Rua Maria José. **p. 123**

Fonte: Foto da autora, 2020

Imagem 48 | Sons da festa: instrumentos de sopro integravam o bloco. **p. 124**

Fonte: Foto da autora, 2020

Imagem 49 | Fios e serpentinas: é carnaval na rua. **p. 126**

Fonte: Foto da autora, 2020

Imagem 50 | Esperando (ou observando) na janela. **p. 130**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 51 | De porta aberta. **p. 131**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 52 | Esperando sentadas na calçada. **p. 133**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 53 | Corredor das pensões: espaços arruados. **p. 134**

Fonte: Fotos da autora, 2021

Imagem 54 | Samba da Maria José. **p. 136**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 55 | Sambando no asfalto. **p. 138**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 56 | Domingo na Rua Maria José. **p. 141**

Fonte: Foto da autora, 2020

Imagem 57 | Calçadas da Rua Maria José: trechos indicam a falta de padronização. **p. 146**

Fonte: Fotos da autora, 2021

Imagem 58 | Rua Maria José – Área 40: Pintura no leito carroçável. **p. 150**

Fonte: Google Street View, 2018.

Imagem 59 | Placas de sinalização de Área de Velocidade Reduzida na rua Maria José. **p. 150**

Fonte: Foto da autora, 2021.

Imagem 60 | Antes e depois das intervenções de melhorias na geometria do viário e ampliação dos espaços para pedestres. **p. 153**

Fonte: Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, 2021

Imagem 61 | Pinturas no larguinho. **p. 154**

Fonte: Google Earth, 2021

Imagem 62 | Via compartilhada entre veículos motorizados e pessoas que caminham, jogam bola, andam de bicicleta. **p. 155**

Fonte: Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, 2021

Imagem 63 | “Parque Minhocão”. **p. 156**

Fonte: Foto da autora, 2021

Imagem 64 | Praça localizada embaixo do “Minhocão”. **p. 157**

Fonte: Foto da autora, 2021.

Imagem 65 | As diferentes realidades em uma mesma projeção. **p. 158**

Fonte: @walterheggopirata, instagram, 2021

Imagem 66 | Paulista Aberta. **p. 159**

Fonte: Flávio Moraes/G1, 2015

Imagem 67 | Ruas de Lazer na década de 1970. **p. 161**

Fonte: Acervo Estadão. Acesso em: 24/10/2021.

Imagem 68 | Rua Maria José, a primeira Rua de Recreio da cidade de São Paulo. **p. 163**

Fonte: Acervo Folha. Acesso em: 24/10/2021.

Imagem 69 | Notícia de 1963. **p. 163**

Fonte: Jornal Diário da Noite.

Imagem 70 | Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo. **p. 163**

Fonte: DOSP, 1963

Imagem 71 | Quadro Comparativo entre os Decretos. **p. 167**

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Imagem 72 | Mapa de localização das Ruas de Lazer por Subprefeitura ativas em 2020. **p. 170**

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Imagem 73 | Quadro comparativo dos 3 programas municipais vigentes em 2020. **p. 173**

Fonte: Elaborado pela Autora, 2021

Imagem 74 | Localização dos Programas. **p. 175**

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Imagem 75 | Trecho de implementação do programa Ruas de Lazer na Rua Maria José. **p. 176**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2022

Imagem 76 | Capoeira no dia de comemoração da Consciência Negra. **p. 181**

Fonte: Foto da autora, 2019.

Imagem 77 | Elementos inseridos pela comunidade/organização do projeto e principais tipos de apropriação observados. **p. 182**

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Imagem 78 | Futebol no larguinho em dia de Rua de Lazer. **p. 183**

Fonte: Foto da autora, 2019.

Imagem 79 | Mães sentadas na soleira. **p. 183**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 80 | Jogo de vôlei na Rua de Lazer. **p. 183**

Fonte: Foto da autora, 2019

Imagem 81 | Rua de Lazer e os observadores nas janelas. **p. 183**

Fonte: Foto da autora, 2019

Imagem 82 | Rua de Lazer: diferentes apropriações. **p. 184, 185**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 83 | Brincadeiras na Rua de Lazer. **p. 187**

Fonte: Foto da autora, 2019

Imagem 84 | Pesquisa Espaços Públicos na Pandemia. **p. 194**

Fonte: Pesquisa Acesso aos Espaços Públicos na Pandemia, 2020

Imagem 85 | Arrecadação online. **p. 196**

Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2021

Imagem 86 | Rua de Lazer na pandemia. **p. 197**

Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2020.

Imagem 87 | A retomada da festa das crianças. **p. 198**

Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2021.

Imagem 88 | Retomada do programa com samba. **p. 201**

Fonte: Foto da autora, 2022

Imagem 89 | Dia de rua cheia. **p. 204, 205**

Fonte: Foto da autora, 2022

LISTA DE SIGLAS

CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
COGEP	Coordenadoria Geral de Planejamento
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DED/MEC	Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura
EPT	Esporte para Todos
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MUMBI	Museu Memória do Bixiga
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo
PEC	Plano Emergencial de Calçadas
PlanMob/SP	Plano de Mobilidade de São Paulo
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
ProAC	Programa de Ação Cultural
PSV	Plano de Segurança Viária
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito
SODAPRO	Sociedade de Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEU	Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO p. 29

1. RUA MARIA JOSÉ: uma rua do Bexiga p. 35

1.1 Bexiga: um bairro heterogêneo p.41

1.1.1 Diversidade social p. 42

1.1.2 Diversidade de usos p. 53

1.2 Bexiga: sistema de espaços livres p. 57

1.2.1 A via que agrega p. 59

1.2.2 A via que segrega p. 63

1.3 Bexiga: espaços luminosos e opacos p. 69

1.3.1 Propostas de requalificação para a área p. 69

1.3.2 Imagem do Bixiga: visibilidade e apagamentos p. 73

1.3.3 O Bexiga do cotidiano p. 77

2. RUA MARIA JOSÉ: uma rua do cotidiano p. 83

2.1 A dimensão do cotidiano p. 85

2.2 Uma investigação do cotidiano p. 93

2.2.1 Vivências da Rua Maria José p. 97

2.3 Uma rua brasileira do cotidiano p. 127

2.3.1 Qual é a rua abordada p. 127

2.3.2 Definir uma rua brasileira? p. 128

3. DOMINGO NA RUA MARIA JOSÉ: políticas públicas e desafios na cidade de São Paulo p. 143

3.1 Ruas na administração pública: espaço para circular p. 144

3.2 Ruas na administração pública: espaço para conviver p. 156

3.2.1 O programa Ruas de Lazer p. 160

3.2.1.1 Sistema de ruas de lazer? p. 169

3.2.1.2 A rua de lazer da Maria José p. 176

3.2.1.3 Pausa: a pandemia e a interrupção do programa p. 192

3.2.1.4 Perspectivas do programa p. 199

CONSIDERAÇÕES FINAIS p. 207

REFERÊNCIAS p. 217

APÊNDICE A p. 225

APÊNDICE B p. 227



Imagem 01 | Rolimã na Maria José. Fonte: Natália Romeu, 2022
(na página anterior)

No dia 12 de junho de 2022, pela primeira vez, a organização do Programa Ruas de Lazer da Maria José disponibilizou alguns carrinhos de rolimã no local. Não demorou muito para que o desnível entre a Av. Brigadeiro Luís Antônio e a R. Fortaleza virasse uma pista para a prática e o som e as marcas das rodinhas rolando no asfalto prevalecessem naquele espaço. Tiê, no auge dos seus oito anos, como a maioria das crianças, nunca tinha andado e sequer visto um rolimã. Após uma conversa, a garota me encorajou a também andar. Era a primeira vez, nos meus 33 anos, que andava de carrinho de rolimã. Em uma rua, no centro da cidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Por que estudar uma rua? Esse foi um dos questionamentos que mais surgiram ao longo desta pesquisa, sobretudo pelo fato de trabalhar, desde 2012, com um objeto muito específico dentro do sistema de espaços livres públicos⁰¹ que são os parques municipais⁰².

De fato, são muitas as possibilidades de estudo dentro desse campo. No entanto, a escolha pelas ruas se deve, especialmente, pela sua representação dentro desse sistema.

As ruas, além de constituírem importantes elementos de estruturação do sistema de espaços livres da cidade de São Paulo, estão distribuídas por todo o seu território e compõem grande parte do referido sistema, tendo em vista que desde 1972 as legislações urbanísticas municipais de parcelamento do solo exigem, em novos loteamentos, um percentual mínimo (20 a 15%) das áreas destinadas ao sistema viário.

01 Para o termo “espaço”, adota-se a definição de Santos (1996), que o considera como um conjunto indissociável de fixos (matéria, objeto e forma) e fluxos (a vida que os preenche e os anima, as ações, a sociedade em movimento). Por “espaço livre”, conforme definição de Magnoli (1982), entende-se espaço livre de edificação: parques, praças, quintais, clubes, ruas, largos, cemitérios, jardins, entre outros, compõem o sistema de espaços livres de uma cidade. Por “público” adota-se a definição de “propriedade pública”, proposta por Queiroga (2012).

02 Desde 2012, atuo na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo (SVMA), na Divisão responsável por projetos e obras de parques municipais. Ainda que o objeto desta pesquisa seja outro, essa formação profissional foi decisiva no processo de elaboração desta Dissertação, sobretudo na escolha por abordar questões relacionadas às políticas públicas do município de São Paulo.

Além disso, é notável a presença das ruas no dia-a-dia dos habitantes de uma cidade. Ainda que não se tenha o hábito de frequentar praças e parques, dificilmente, em uma cidade, existirá uma pessoa que não utiliza as ruas, seja para circular, seja para exercer práticas diversas.

Diante das amplas possibilidades de estudos não só do sistema de espaços livres públicos, mas também do sistema viário, esta pesquisa propõe romper com o entendimento de que qualquer rua desempenha de forma prioritária a função de circulação. Dessa forma, por meio da investigação de práticas de convívio manifestadas na rua Maria José, uma rua pertencente à região central da cidade de São Paulo, localizada no distrito da Bela Vista – local popular e historicamente conhecido como Bexiga – apresenta-se a flexibilidade das ruas para possibilitar diversas manifestações cotidianas. A partir disso, objetiva-se, também, evidenciar que as leituras dessas práticas cotidianas garantem arcabouços teóricos para se pensar a gestão das ruas e entender como a administração pública municipal paulistana tem considerado essa questão.

A escolha pelo Bexiga partiu de experiências pessoais com a região⁰³ e da consequente observação de manifestações, cotidianas e sazonais, que ocorrem em suas ruas.

Investigar uma rua específica do Bexiga, no entanto, não era a proposta inicial. O primeiro contato com a rua Maria José aconteceu em um dia de semana do mês de novembro de 2018. Era noite e chovia bastante. Mesmo com essas condições meteorológicas, um grupo de crianças jogava bola na rua e apenas interrompia seu jogo quando os carros passavam. Guardada essa cena, um ano depois, em uma conversa com uma moradora do bairro, descobriu-se que nessa rua ocorria o campeonato Inter-Ruas no apelidado “larginho”, local onde se improvisava o campo para as partidas.

Além das apropriações observadas em caminhadas realizadas pela região, verificou-se a presença de cortiços e altos índices de densidade demográfica na rua. Somado a esses fatores, no último domingo de julho de 2019, a Maria José passou a integrar o programa municipal Ruas de Lazer, conhecido por bloquear as ruas para o tráfego de veículos motorizados aos domingos e feriados. Diante da motivação em estudar políticas públicas, optou-se, então, por estudar esta rua, o programa e as alterações e influências em sua dinâmica.

Com a escolha, diferentemente de trabalhos que se iniciam com panoramas

03 Desde a infância, ainda que morando em outro município, sempre tive o hábito de frequentar o bairro. Já adulta, diante das manifestações culturais que aconteciam e que frequentava na região, passei a ler e entender um pouco mais sobre o Bexiga.

gerais para depois apresentar o estudo de caso, optou-se por estruturar a pesquisa a partir do que esta rua apresentava. Ao colocá-la como norteadora da pesquisa, propôs-se abrir-se às possibilidades que o campo poderia revelar.

Dessa forma, o campo está presente em grande parte do trabalho e, portanto, as transições entre as escalas da rua, do bairro e da cidade, permeiam todo o trabalho.

Também devido a esse fato, o recorte temporal desta pesquisa foi estabelecido pelo período de sua elaboração, compreendido entre os anos 2019 e 2022, ainda que tenha sido necessário resgatar alguns acontecimentos anteriores, de modo a auxiliar na interpretação desses tempos presente e passado próximo.

Fornecer o protagonismo à Maria José foi um partido da pesquisa que pode ser observado, inclusive, na estrutura desta Dissertação.

O trabalho está estruturado, além da Introdução e das Considerações Finais, em três capítulos.

O primeiro capítulo, ***Rua Maria José: uma rua do Bexiga***, pretende contextualizar a Rua Maria José a partir de leituras acerca da localidade em que esta rua está inserida, recorrendo-se a alguns aspectos da história e da formação do Bexiga. Em ***1.1 Bexiga: um bairro heterogêneo*** são abordados elementos de sua constituição que evidenciam sua diversidade social e funcional e que influenciam em seu sistema de espaços livres. Posteriormente, em ***1.2 Bexiga: sistema de espaços livres***, por meio da apresentação de seu sistema de espaços livres, ressalta-se a importância de se analisar as ruas diante de sua relevância na construção das práticas de sociabilidade no local. Através de um ângulo diferente, são também expostas as intervenções viárias responsáveis pelas transformações físicas e sociais da região. Em ***1.3 Bexiga: espaços luminosos e opacos*** são apresentadas iniciativas tanto do poder público como de moradores que foram decisivas na construção da imagem do Bexiga e como a Rua Maria José se insere nesse contexto.

O segundo capítulo, ***Rua Maria José: uma rua do cotidiano***, apresenta a rua em uma perspectiva distinta. Em ***2.1 A dimensão do cotidiano***, são feitas algumas considerações sobre a dimensão cotidiana, mediante o desenvolvimento de ideias e conceitos que se relacionam ao estudo do objeto desta pesquisa. Posteriormente, em ***2.2 Uma investigação do cotidiano***, apresenta-se a metodologia de aproximação com o campo e, por meio das leituras das apropriações cotidianas dessa rua, observadas ao longo das pesquisas de campo, são expostas algumas vivências da rua. A partir dessas leituras, em ***2.3 Uma***

rua do cotidiano brasileira, propõe-se a reflexão acerca de conceitos comumente utilizados quando se trata de ruas brasileiras.

A partir do reconhecimento da importância da análise do cotidiano, questiona-se como a administração pública municipal absorve a escala da vivência em suas políticas públicas relacionadas às ruas. Em virtude disso e da inserção da Rua Maria José no programa municipal Ruas de Lazer, o terceiro capítulo, **Domingo na Rua Maria José: políticas públicas e desafios na cidade de São Paulo**, dedica-se a apresentar a implementação de políticas públicas relacionadas às ruas sob o viés da circulação **3.1 Ruas na administração pública: espaço para circular**, e sob o viés das práticas de convívio **3.2 Ruas na administração pública: espaço para conviver**. Neste último item, são apresentadas as características do referido programa municipal e as consequentes transformações observadas na rua, devido à sua implementação.

Nas Considerações Finais retoma-se as principais contribuições da pesquisa. No entanto, mais do que uma síntese, é feita uma análise crítica e reflexiva a respeito da gestão, pela administração pública, dos espaços das ruas, apontando as dificuldades em absorver a escala da vivência em seus planos, projetos e políticas públicas relacionados às ruas, indicando possibilidades de planejamento que abriguem a complexidade da escala da vida cotidiana e anunciando possibilidades de desdobramentos desta pesquisa. ■

1. RUA MARIA JOSÉ: uma rua do Bexiga

Começar pelo Bexiga tem seus motivos. A rua Maria José revela muito o que é esta região e trazer aqui alguns aspectos de sua história é recuperar, de certa forma, a história desta rua. Ainda que o recorte temporal desta pesquisa tenha sido estabelecido pelo período de sua elaboração, compreendido entre os anos 2019 e 2022, acredita-se que resgatar alguns acontecimentos anteriores auxiliará na interpretação desses tempos presente e passado próximo.

Sendo assim, antes de apresentar o cotidiano e vivências da rua Maria José (expostos no Capítulo 2 desta Dissertação), pretende-se contextualizá-la a partir de leituras acerca da localidade em que esta rua está inserida, recorrendo-se a alguns aspectos da história e da formação desta área.

A protagonista desta Dissertação é uma rua que, geograficamente, pertence à região central da cidade de São Paulo (Imagem 02), distrito da Bela Vista, local popular e historicamente conhecido como Bexiga. Vale destacar que esta região nem sempre foi considerada pertencente à área central de São Paulo. Foi entendida, inclusive, como uma área periférica do centro por muitas décadas.

O loteamento⁰¹ original do Bexiga foi planejado no final do século XIX, por volta dos anos 1870, à margem do centro histórico, em um processo de expansão da cidade em decorrência das necessidades do mundo do trabalho livre e da consequente vinda dos imigrantes a São Paulo. Neste cenário marcado pela demanda por moradias, as áreas mais próximas ao perímetro central foram ocupadas nas mais variadas possibilidades habitacionais que admitissem o maior número de pessoas.

01 Loteamento da chácara cujo proprietário era Antônio José Leite Braga.



Imagem 02 | Município de São Paulo e localização da Bela Vista. Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Ressalta-se que a Rua Maria José originou-se nesse contexto, junto ao Bexiga. Em um dos primeiros mapeamentos do loteamento original⁰², de 1895, composto por 22 ruas iniciais, verifica-se já a presença desta rua (Imagem 03). Sabe-se, portanto, que a rua foi introduzida ao loteamento após 1890, sem ainda seu trajeto prolongado. No mapa de 1913, a rua já aparece com seu trajeto completo de, aproximadamente, 500 metros (Imagem 04).

Em uma pesquisa de campo, uma moradora da rua questionou a denominação “Maria José”. Diante disso, entende-se ser oportuno trazer esse aspecto aqui. Afinal quem foi esta pessoa que dá nome à protagonista desta Dissertação? Em São Paulo, tem-se o hábito de homenagear pessoas que morreram, dando seus nomes a espaços públicos. Maria José foi a mãe de Fernando de Albuquerque, engenheiro, participante do Conselho da Intendência que governou a cidade de São Paulo e “conhecido por ser um grande benemérito, preocupado com a saúde e educação do povo”⁰³.

Quanto à origem do nome do Bexiga, são várias as hipóteses: o apelido de um antigo proprietário e a presença da varíola ou das bexigas de boi encontradas no antigo matadouro municipal localizado na região são algumas delas. Não se pretende aqui resolver este assunto. O fato é que a denominação Bexiga surgiu anteriormente à inauguração do loteamento.

⁰² Conforme aponta Schneck (2016) o loteamento original estava circunscrito entre as ruas de Santo Antônio, Santo Amaro, Treze de Maio e a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Além destas vias, compreendia também as ruas Jacareí, Dr. Ricardo Batista, São Domingos, 14 de Julho, Manoel Dutra, São Vicente, Conselheiro Carrão, Fortaleza, Japurá, Abolição, Vicente Prado, Humaitá, Major Diogo, Maria José, Conselheiro Ramalho, João Passalacqua, Rui Barbosa, 13 de Maio e Dr. Luís Barreto.

⁰³ Disponível em: <http://www.portaldobixiga.com.br/ruas-e-avenidas/rua-maria-jose/>. Acesso em: 02/08/2020

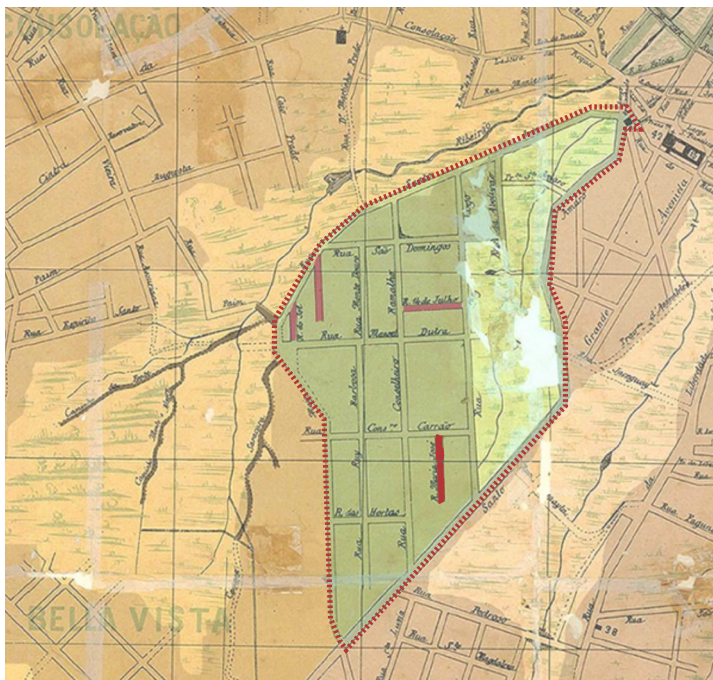


Imagem 03 I

Loteamento do Bexiga e a Rua Maria José (1895). Em rosa, as ruas introduzidas no loteamento, após 1980. Em vermelho, a Rua Maria José, também introduzida após 1980. Fonte: Informativo Arquivo Histórico Municipal. In: SCHNECK, 2010, p. 62. Destaque da autora, 2021.



Imagem 04 I

Loteamento do Bexiga e a Rua Maria José (1913). Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, SEM-PLA. In: SCHNECK, 2010, p. 71. Destaque da autora, 2021.

Segundo Schneck (2016), já em 1883, um abaixo-assinado, encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo, solicitou a alteração do nome de “Campo do Bixiga” para “Campo da Bella Vista”. Tal mudança revelava a intenção de proprietários do bairro que tinham como objetivo garantir uma denominação menos pejorativa, a fim de valorizar o empreendimento, “enfazizando apenas a ‘Bela Vista’ das suas partes mais altas”. (SCHNECK, 2016, p. 66).

Além da questão relacionada a seu nome, deve-se considerar também que o bairro acabou expandindo seus limites e, portanto, a região conhecida atualmente, e denominada Bela Vista, possui limites mais amplos daqueles propostos pelo loteamento original (Imagem 05).

Como aponta Gonçalves (2016), ao observar os mapeamentos existentes, o Bexiga passa a ser uma subdivisão do distrito da Bela Vista, no entanto, revela que desde a década de 1950, não há mais registro do Bexiga nos mapas oficiais.

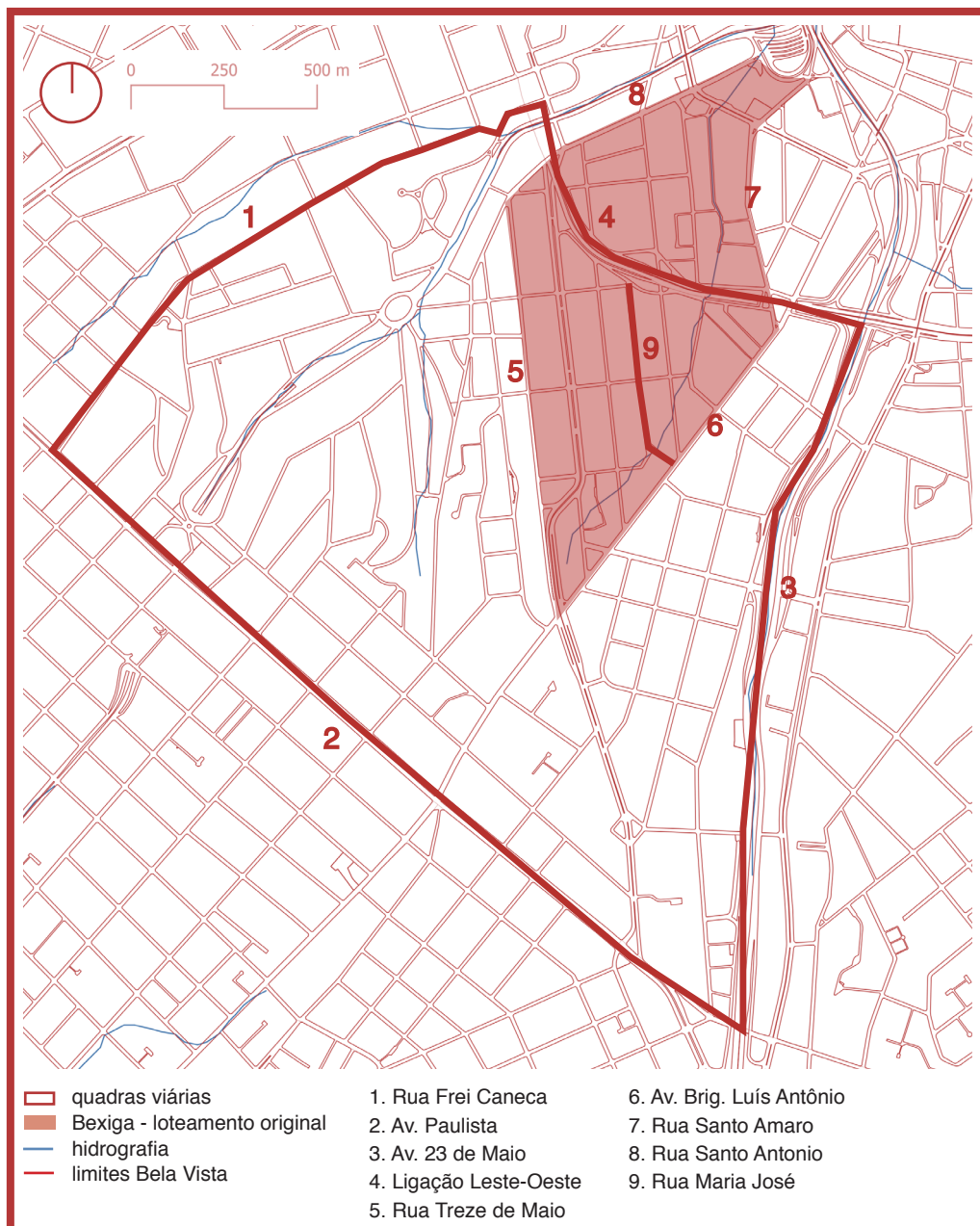


Imagem 05 | Bela Vista e o loteamento original

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Em consulta aos dados oficiais do município de São Paulo, de fato, só há referência ao distrito da Bela Vista, no entanto, a denominação “Bexiga”, com a descrição de seus limites, aparece na Resolução nº 22/2002 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, que tomba um conjunto de elementos da área da Bela Vista.

Atualmente, essa questão relacionada à denominação da área aparece em discursos de frequentadores e moradores do local. Como aponta Terra (2021), ainda que exista um entendimento comum de que o Bexiga trata de uma área mais específica do que a Bela Vista, há diferenças na forma de se referir à localidade e, dependendo do interlocutor, as denominações “mobilizam sentidos, identidades e fazem referência a experiências, a territórios e lugares específicos dentro do Bairro”. (TERRA, 2021, p.12).

Vale ressaltar que os dados atuais municipais oficiais utilizam a divisão administrativa de “distrito” como referência. Sendo assim, para algumas análises feitas nesta Dissertação, será utilizado como parâmetro o distrito da Bela Vista. No entanto, para além dos limites físicos e, considerando a dimensão social, também serão utilizados os termos “bairro” e “Bexiga” para se referir à região.

Isso porque, ainda que não oficial, o Bexiga está no imaginário de pessoas que vivem ou são de fora de São Paulo. O bairro boêmio, do samba, das canções de Geraldo Filme, das caminhadas de Adoniran Barbosa, das cantinas italianas e da festa da Achirópita destaca-se no circuito cultural da cidade de São Paulo. O motivo disso pode estar associado ao fato de que na “segunda metade do século XX a leitura do Bexiga como bairro italiano será reelaborada e incidirá em processos que associam patrimônio cultural e renovação e resignificação de rede de serviços e turismo”. (LANNA; MARRETI, 2019, p. 238).

Esta imagem, de certa forma, atribui ao Bexiga a característica de bairro homogêneo em seus aspectos sociais e funcionais. No entanto, além dessa imagem construída, transmitida pela historiografia e revisitada por tantos, no Bexiga coexistem outras situações que o tornam um bairro central popular de uma grande cidade brasileira composto por hibridismos, miscigenações e desigualdades, que compõe seu cotidiano e reforçam sua heterogeneidade.

Para além dos textos de memorialistas que transmitem as experiências vividas, muitas pesquisas acadêmicas dedicaram-se ao estudo do distrito da Bela Vista, principalmente da área identificada como Bexiga, revelando tais características e desconstruindo alguns desses estereótipos que serão abordados neste Capítulo.

Não se pretende realizar nesta Dissertação um extenso levantamento da formação do referido distrito, mas apresentar um breve histórico de sua formação, que contextualize a rua Maria José, revele elementos que se perpetuaram em sua materialidade e evidencie os principais aspectos que são decisivos para o entendimento do que esta região é hoje.

Destaca-se aqui que compreender o processo de ocupação e formação desta área é necessário não somente para compreender sua morfologia (resultante de todos esses processos), mas também para entender os grupos sociais que ocuparam essa região e, hoje (2022), influenciam a vivência do local.

Isso porque, como apontam Lanna e Marreti (2019) em

Levantamento realizado pela prefeitura de São Paulo em fins de 1970 revela que 80% das edificações eram residências térreas, sendo que 50% delas haviam sido construídas antes de 1922. A par dessa permanência, fato em si peculiar e excepcional em uma cidade como São Paulo, temos também uma alta incidência de moradores que nasceram e viveram toda a vida no bairro. (2019, p. 249).

Sobre a leitura morfológica, é importante destacar que, ainda que a proposta central desta pesquisa seja a análise de uma rua, há uma carência de estudos relacionados especificamente aos espaços livres do distrito em questão. Sabe-se que a cidade não pode ser analisada de forma segmentada. Sabe-se também que todo espaço edificado influencia no espaço livre e vice-versa. Assim como todo espaço de propriedade privada influencia naqueles de propriedade pública e vice-versa. Para entender uma rua, portanto, deve-se entender o lote – tanto em seus aspectos morfológicos, como padrão de ocupação e tipologias – como também seus usos, aspectos esses que influenciam diretamente nas dinâmicas e características das ruas.

Das pesquisas analisadas, ainda que, em sua maioria, o enfoque não tenha sido o planejamento e a apropriação dos espaços livres públicos, observou-se que tanto as ocupações do lote como a configuração do bairro podem fornecer entendimentos quanto à estruturação desses espaços livres e de elementos presentes até os dias atuais.

Sendo assim, serão abordados alguns aspectos que evidenciam a diversidade do local e, conseqüentemente, influenciam no sistema de espaços livres. Por fim, serão apresentadas algumas iniciativas que foram decisivas na construção da imagem do Bexiga e como a Rua Maria José se insere nesse contexto.

1.1 Bexiga: um bairro heterogêneo

Ao analisar o mapeamento de Uso do Solo Predominante do município de São Paulo, elaborado pela prefeitura em 2014⁰⁴, nota-se a predominância de uso misto (residencial e comércio/serviços) e de uso residencial vertical de médio/alto padrão no distrito da Bela Vista. Na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei nº 16.402/16), o distrito está, majoritariamente, grafado como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) e Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁰⁵.

Esses mapeamentos corroboram para uma leitura mais homogênea da área e não representam a diversidade funcional, morfológica e social encontrada na região, sobretudo na área do Bexiga.

O Bexiga é uma região diversa. Em grande parte das pesquisas e textos consultados, verificou-se a necessidade de romper com sua imagem homogênea, evidenciando sua heterogeneidade manifestada em sua diversidade social e funcional que, ainda que observada atualmente, está presente desde sua formação e construção.

A diversidade social pode ser apresentada de diversas formas, a começar, inclusive, pela presença dos imigrantes na área desde o início de sua constituição até os dias atuais. Muitas pessoas acreditam que o Bexiga foi fundado somente por italianos e que os italianos são todos iguais, possuem mesma origem e poder aquisitivo. Schneck (2016), Castro (2006) e Lanna e Marretti (2019) apresentam uma outra perspectiva sobre esse assunto.

04 Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/uso_do_solo_urbano/index.php?p=260380. Acesso em 08/02/2021.

05 Segundo Art 7º da referida lei, as ZEU “são porções do território destinadas a promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado com o sistema de transporte público coletivo”. Já as ZEIS, de acordo com o Art. 12, “são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população de baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS e Habitações de Mercado Popular – HMP, a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestrutura, áreas verdes e comércio e serviços locais, situadas na zona urbana”.

Além disso, alguns autores utilizam-se da morfologia – tipologias e padrão de ocupação das edificações construídas desde o lançamento do loteamento – para explicar a diversidade socioeconômica existente no bairro desde sua formação.

1.1.1 Diversidade social

A diversidade étnica manifestada no processo de ocupação social do Bexiga é um dos aspectos que evidenciam a diversidade social da região. A formação do Bexiga, como aponta Schneck (2016), se deu no final do século XIX, resultado do grande contingente populacional – decorrente do fim da escravidão, da necessidade de mão-de-obra, fornecida pelos imigrantes e ex-escravos – e da consequente ocupação de áreas adjacentes ao centro da cidade. Casas foram levantadas, ainda que de forma tímida, por volta de 1870 e 1880 e, de modo mais acelerado após 1890, até que em 1914, o bairro já estava bem consolidado. O bairro foi predominantemente construído por e para proprietários de pequeno e médio porte⁰⁶: “Pessoas comuns na sua grande maioria, imigrantes ou descendentes”. (SCHNECK, 2016, p.95).

O fato é que os italianos lideravam a composição étnica do bairro. No entanto, conforme Lanna e Marreti (2019), havia heterogeneidade entre os próprios italianos, já que eram de diferentes origens ou de diferentes níveis de renda.

Além disso, como aponta Schneck (2010), fora identificada a presença de outras etnias como portugueses, espanhóis, alemães, sírios, franceses, japoneses, húngaros, argentinos, austríacos, ingleses e iugoslavos que, embora em menor número, dividiram espaço com os italianos e brasileiros brancos e negros.

No caso destes últimos, conforme enfatiza Castro (2006), embora a presença do africano existisse antes mesmo da criação do bairro, por conta da presença de um quilombo na região, Schneck (2010) aponta que “são quase inexistentes as referências historiográficas tradicionais acerca da sua presença no bairro”. (2010, p. 29).

Dessa forma, verifica-se que o bairro

foi prioritariamente ocupado pelas camadas médias e baixas da população, oriundas de contextos étnicos e culturais diversos. De um lado, brasileiros brancos e afrodescendentes negros e pardos, ambos car-

⁰⁶ Muitos conseguiam tornar-se proprietários de terrenos e casas, devido aos baixos preços das propriedades.

regando o ônus de um passado escravista recente que determinava *a priori* a sua posição na escala social, circunstância esta agravada pela crença generalizada na superioridade racial e cultural do estrangeiro. De outro, imigrantes europeus em busca de oportunidades de conquistar, através do trabalho, a estabilidade que lhes era negada no local de origem. (SCHNECK, 2016, p. 47).

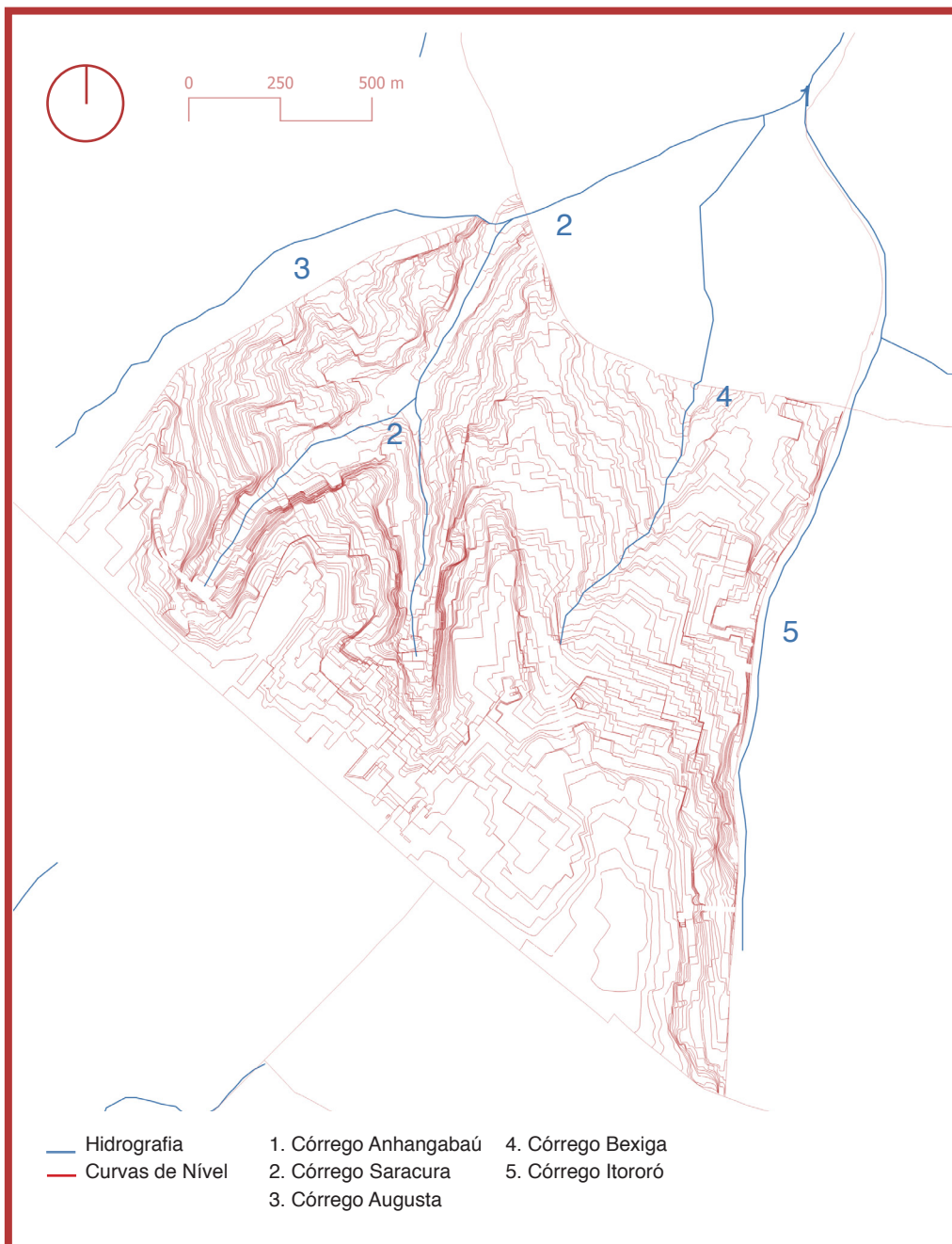


Imagem 06 | Relevo e Hidrografia do Bexiga

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022

Essa “superioridade racial e cultural do estrangeiro” descrita pela autora acabou garantindo a submissão e, de certo modo, a eliminação de referências negras da região. A invisibilidade dos negros na cidade, como descreve, indica uma intenção ideológica de branqueamento racial

O país possuía uma história recente, cuja população distinguia-se pela mistura de raças, herança de um passado colonial que interessava esquecer, porém impossível de ignorar – tratava-se de solucionar o paradoxo entre a herança colonial e escravista e a aspiração à modernidade. Impunha-se a necessidade de elaboração da nacionalidade brasileira de acordo com os preceitos modernos europeus, assim como era preciso estar de acordo com as práticas sociais e econômicas daquele modelo. (2016, p. 251).

A população negra era a que vivia em condições mais precárias, já que habitavam, predominantemente, a região do vale do Saracura, onde atualmente se encontra a Avenida 9 de Julho e a Escola de Samba Vai-Vai. Nas primeiras décadas do século XX, esta região carecia de serviços e infraestrutura (iluminação, fornecimento de água, calçadas e ruas, por exemplo).

Vale destacar que a ocupação social do Bexiga esteve intrinsecamente relacionada aos elementos morfológicos da região como o relevo e a presença de cursos d’água (Imagem 06). As áreas mais baixas e mais suscetíveis a inundações e condições de insalubridade, nas proximidades do rio Anhangabaú e dos córregos do Bexiga e do Saracura, eram as mais desvalorizadas e ocupadas por camadas mais pobres e com poucas chances de escolha, enquanto aquelas mais altas, planas e regulares, foram ocupadas por segmentos médios e altos da população.

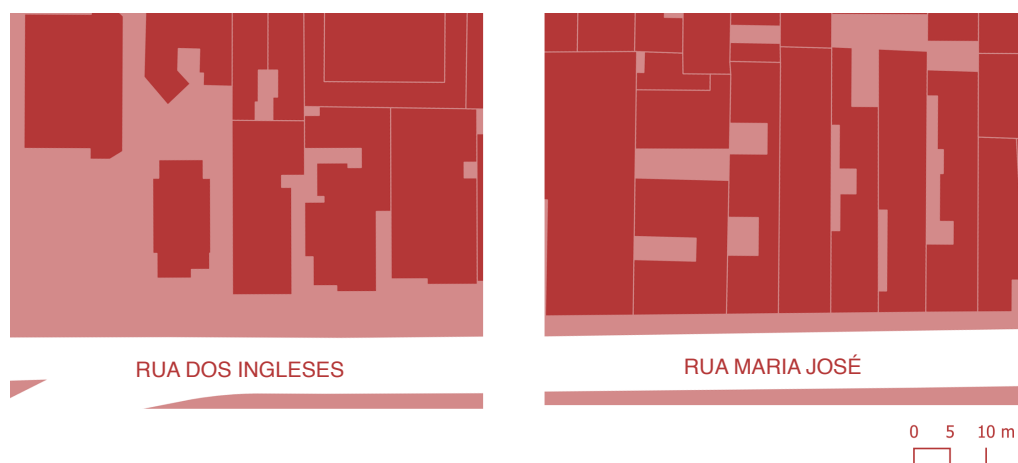


Imagem 07 | Padrão de Ocupação: Morro dos Ingleses x Rua Maria José
Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações do GeoSampa, 2022



Imagem 08 | Edificação no Morro dos Ingleses. Fonte: Foto da autora, 2022.

É relevante pontuar o que Lanna e Marreti (2019) colocam quanto aos critérios definidos pelos loteadores do bairro. Segundo os autores, a ocupação da região diferia daquela pretendida nos Campos Elísios, bairro central cuja origem ocorrera no mesmo momento. No caso do Bexiga, os loteadores não definiram critérios precisos para edificações e ocupação de lotes.

Como aponta Schneck (2016), enquanto a planimetria da região coube aqueles com maior poder aquisitivo, a volumetria foi resultado das ações de brasileiros e imigrantes de camada média.

Eram, então, múltiplas as formas de morar no bairro: casas em série, habitações coletivas, sobrados luxuosos em grandes terrenos, casas sem recuos e com máximo de aproveitamento do lote, casas isoladas, com recuos frontal e laterais, jardins e quintais.

Em uma mesma rua, portanto, coexistia a diversidade dessas tipologias, ainda que houvesse concentração em determinadas regiões. No Morro dos Ingleses, por exemplo, as casas tinham uma implantação diferente daquela predominante do loteamento original (Imagem 07). Como aponta Schneck (2010), havia uma determinação para que as edificações estivessem afastadas 5 metros do alinhamento da rua. Até os dias atuais, observa-se a presença de remanescentes de casas de classe média alta das primeiras décadas da formação do bairro (Imagem 08).



Imagem 09 | Fachadas da Rua Maria José: ausência de recuos laterais e frontais.
Fonte: Foto da autora, 2022.

O padrão predominante no bairro, no entanto, consistia em lotes de frentes estreitas (que variavam entre 4 a 6 metros) e fundos alongados (quase nunca com dimensões inferiores a 30 metros, mantinham uma média de 50 metros). Muitos dos fundos, muitas vezes irregulares, eram definidos pelos cursos d'água que permeavam a região. Já a forma tradicional de implantação no lote, como coloca Schneck (2016), era marcada pela casa térrea sobre porão, construída no alinhamento da rua, cuja fachada era composta por “duas janelas voltadas para a rua e um corredor lateral de onde se tem acesso ao interior da residência através de duas portas, uma na sala de visitas e outra na sala de jantar. O corredor lateral também leva ao quintal”. (2016, p. 75).

A construção no alinhamento, visível nos dias atuais (conforme Imagem 09) é de fato uma característica marcante e enfatizada por grande parte dos autores consultados. Embora não tenha sido encontrada nenhuma indicação quanto à obrigatoriedade de se construir no alinhamento, essa foi uma tendência. Segundo Schneck (2010), em relação às determinações e obrigatoriedades da municipalidade, ao contrário da ideia da ocupação espontânea da área, o que se verificou é que, de uma maneira geral, houve o cumprimento das regras estabelecidas nos Códigos de Postura e Sanitário (como os estreitos recuos laterais que atendiam à exigências municipais), apresentando padrões semelhantes em toda a cidade.

Nesses recuos, que integravam o sistema de espaços livres da região, nem sempre se intencionava a implantação de jardins, mas sim de novas áreas edificadas. Conforme observado, toda área do lote era passível de aproveitamento, “com o avançar dos anos, percebe-se uma certa tendência para a construção no fundo dos lotes, especialmente a partir da década de 1910, im-

plicando na conseqüente diminuição das áreas livres destinadas aos quintais.” (SCHNECK, 2016, p.75).

Segundo Scarlato (1995), os proprietários dos lotes situados no Bexiga passaram a expandir a área edificada em seus terrenos, por meio da construção de novos cômodos, e alugá-los, conforme o aumento da demanda por moradia decorrente da industrialização e do crescimento demográfico da cidade.

Não havia um único fator comum para ocupação do terreno. No entanto, a finalidade de locação predominava na região. Como expõe Schneck (2016), a área foi objeto de investimentos imobiliários e a grande maioria das casas foram construídas para este fim, por diferentes tipos de empreendedores imobiliários: “desde grandes capitalistas, passando por indivíduos que desejavam diversificar seus negócios, até aqueles mais pobres que viam no investimento imobiliário a possibilidade de aumentar seus rendimentos e garantir sua segurança financeira”. (2016, p. 41).

Conforme Grüspun (1979)

A distância entre portões ou portas do Bexiga não ultrapassava dez metros e quando a distância já era de dez metros, podia se calcular a montanha de gente que morava lá. Em cinco a seis metros, que era o mais comum, mudava a casa, o portão, a porta, a escada e o número. (1979, p. 43).

Um tipo comum de morar no bairro e fixado no imaginário da população consiste nas habitações coletivas. Ainda que não existissem em massa nos primeiros anos de formação do bairro, entre os anos de 1912 e 1914, essas habitações começaram a se expandir, resultando em um processo de encortiçamento que ocorreria nas décadas posteriores. Segundo Scarlato (1995), o cortiço é uma alternativa habitacional característica das áreas centrais e o aumento desse tipo de habitação nessas áreas da cidade foi mais expressivo até a década de 1950, quando se observou o crescimento da autoconstrução em regiões periféricas. Também conforme o autor, na década de 1980, houve novamente um crescimento de cortiços na região central da cidade.

Vale pontuar que a diversidade, característica tão marcante do bairro, também estava presente quando se tratava de habitações coletivas. Nas primeiras décadas do século XX, nas legislações vigentes, não havia uma definição conclusiva acerca do conceito de cortiço, tampouco da precariedade que esse tipo de habitação podia denotar, já que existiam habitações coletivas de ricos e pobres, nacionais e estrangeiros, demonstrando que a habitação unifamiliar não era um padrão predominante de moradia em São Paulo.



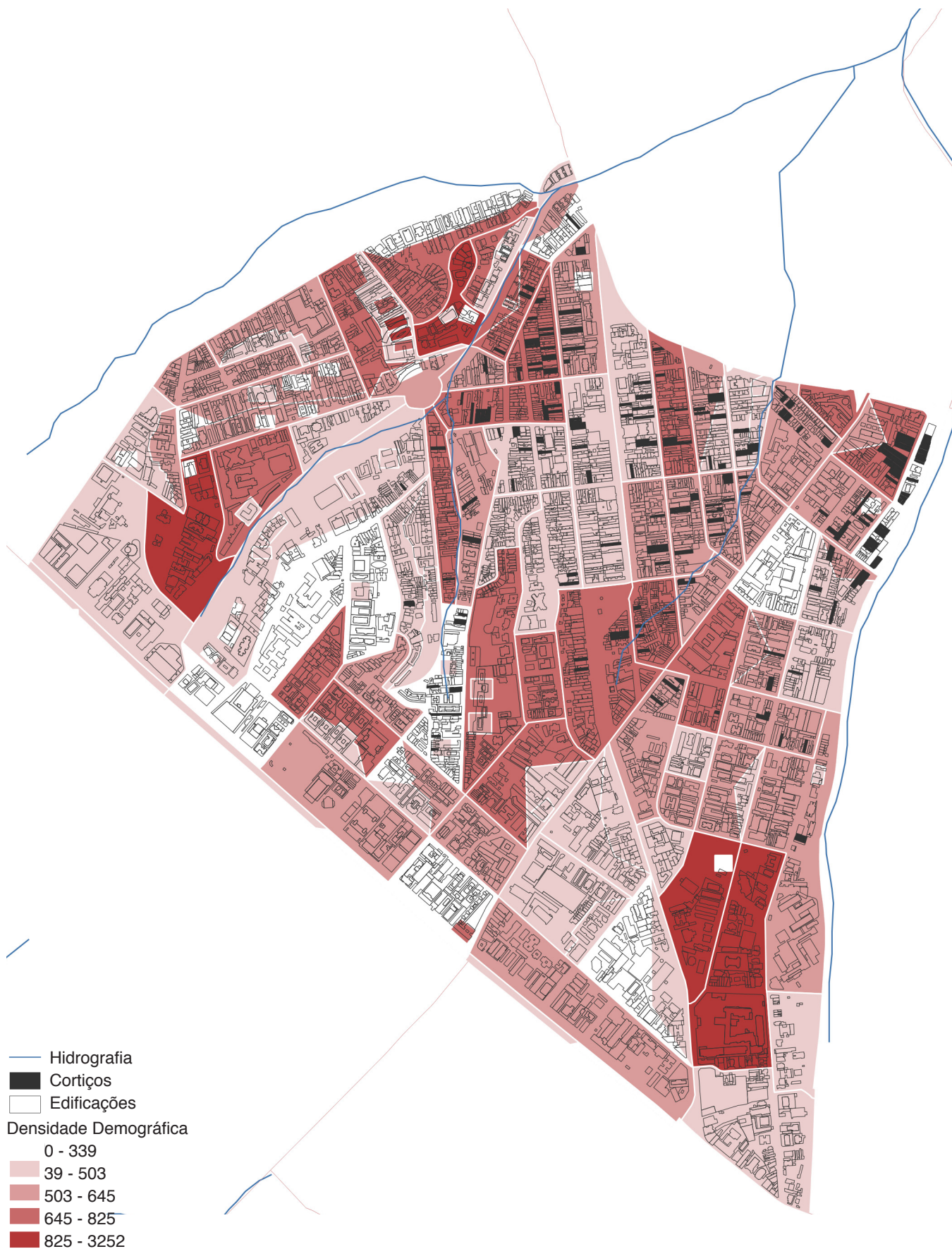
Imagem 10 | Maria José em 2022: Heterogeneidade tipológica.
Fonte: Elaborada pela autora com base em imagem do *Google Earth*, 2022

Essa diversidade revela que a prática da habitação coletiva não se confunde, ou se superpõe, à **pobreza**. A **precariedade e provisoriada** associada à imigração para o trabalho, o esforço para construção de um patrimônio imobiliário e as redes e vínculos de comunidade que (re)inventavam vínculos de além-mar parecem ser caminhos mais instigantes de compreensão das formas de morar e viver nesse espaço da cidade de São Paulo. A noção de cortiço, ainda que dificilmente definível, mas recorrentemente associada à pobreza, marginalidade e exclusão social, obscurece e não contempla a complexidade desses arranjos e redes sociais. (LANNA; MARRETI, 2019, p. 250)

Hoje, mais de cem anos depois de sua formação e depois de tantas transformações, questiona-se como é o padrão de ocupação e a volumetria da região e o que permaneceu de tudo isso. Segundo Schneck (2016), vale destacar que essa heterogeneidade apresentada desde sua formação pode ser observada não só na iconografia como também presenciada nos dias de hoje ao observar o bairro

Ao percorrer as ruas do Bexiga e observar os exemplares arquitetônicos remanescentes da época da urbanização do bairro, constatamos a presença de casas maiores e menores, indicando que a apropriação e produção desse espaço foi feita por diferentes sujeitos. As casas mais simples, geralmente portadoras de fachada com duas janelas e entrada lateral, de caráter marcadamente popular, são predominantes, mas casarões maiores também pontuam o cenário. (2016, p. 13).

Imagem 11 | BELA VISTA: DENSIDADE DEMOGRÁFICA E LOCALIZAÇÃO DOS CORTIÇOS



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

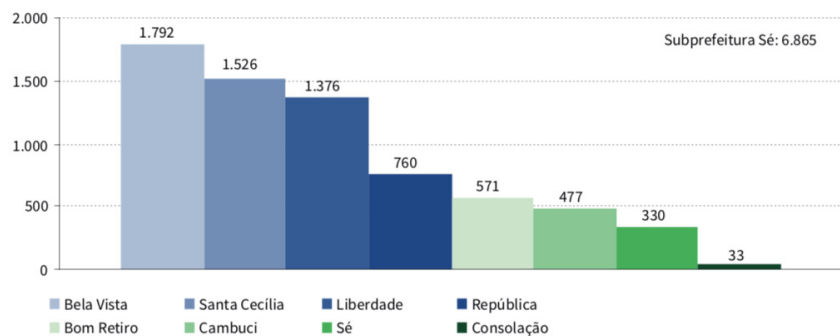


Imagem 12 | Gráfico Famílias em Cortiços, 2014
 Fonte: Caderno da Subprefeitura da Sé, 2016

De fato, hoje, em 2022, ao andar pelas ruas do bairro, observa-se essa diversidade socioeconômica manifestada pela heterogeneidade tipológica. Além da diversidade de gabaritos, as edificações remanescentes da construção do bairro (em sua maioria tombadas) coexistem com novas edificações e empreendimentos⁰⁷, as edificações isoladas no lote coexistem com aquelas que não possuem recuos e as habitações coletivas coexistem com habitações unifamiliares. A heterogeneidade tipológica (e socioeconômica) é tamanha que pode ser observada inclusive nos 500 metros de extensão da rua Maria José (Imagem 10).

A presença das habitações coletivas permanece sendo algo característico da região (Imagem 11). Conforme o Censo de 2010⁰⁸, a Sé é a Subprefeitura que

⁰⁷ Segundo Marzola (1979), naquele momento em que publicava seu texto, o Bexiga resistia à especulação imobiliária que se verificava nas áreas centrais da cidade. A autora atribuiu essa resistência, que começava a ficar ameaçada, aos “lotes estreitos e compridos” e à “deterioração dessa zona em virtude da concentração na área, de maneira caótica, de camadas marginais da população urbana” (1979, p. 68). Scarlato (1995) também discorre sobre esse assunto. Para ele, a “lenticidade desta verticalização no Bexiga”, que se iniciou a partir dos anos 1950, “tem componentes mais complexos do que estritamente econômicos no jogo do mercado imobiliário”. Ainda que houvesse, na década de 1980, iniciativas isoladas de algumas construtoras, de acordo com o autor, a dificuldade para incorporação de novos empreendimentos deviam-se às leis de zoneamento e de preservação do patrimônio histórico, ao tipo de vizinhança e tamanho e formato dos lotes, reforçando o explicitado por Marzola (1979). Nos dias atuais, algumas áreas têm sofrido maior pressão do mercado imobiliário, como aponta Ferreira (2016), no caso da rua Paim. Enquanto esta pesquisa estava em elaboração, um novo empreendimento foi lançado na rua Maria José, mostrando esse processo.

⁰⁸ Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_2010_455.html. Acesso em: 08/05/2021

concentra maior número de cortiços. Ainda que os dados do Censo apresentem que o distrito da Bela Vista seja o quarto colocado em número de cortiços desta Subprefeitura, o Caderno da Subprefeitura da Sé⁰⁹, desenvolvido pela prefeitura, em 2016, como material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras, mostra que neste distrito, há o maior número de famílias vivendo nessa condição (Imagem 12).

O que se nota é que, ainda que atualmente exista a definição de cortiço (conforme Lei 10.928/91¹⁰), os arranjos das moradias coletivas na região continuam sendo diversos, como coloca Terra (2021)

Ao longo da pesquisa, relatos ouvidos deram conta de diversas formas de morar coletivamente no Bexiga, sendo importante questionar a visão generalista de moradia precária. As condições descritas e observadas variavam muito em relação ao nível de conforto, havendo casas com cômodos repartidos para famílias ou moradores solteiros; terrenos com três casas, sendo algumas para uma só família e outras com cômodos divididos; casas em fundos de estacionamentos com mais de uma dezena de pessoas morando; quartos em sobrelojas, com banheiro e cozinha compartilhados; quartos divididos por tapumes; quartos com beliches ou triliches abrigando pessoas de mais de um núcleo familiar. Moradores relataram serem essas alternativas viáveis a quem não pode arcar com burocracias como comprovante de renda fixa ou necessidade de um fiador, comumente exigidas pelas imobiliárias da Cidade. (2021, p. 60).

A presença dos cortiços, como também pontua a autora, pode ser entendida como relevante no sentido de possibilitar a “permanência de moradores mais pobres no centro em sua presença justa e fundamental, mas pouco considerada em termos de melhores condições de moradia, aluguéis mais baratos e infraestrutura urbana do entorno preocupada com essa população”. (2021, p. 64).

09 SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Cadernos da Subprefeituras. São Paulo: PMSP/SMDU, 2016.

10 De acordo com seu Art. 1º, define-se “cortiço como a unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; c) várias funções exercidas no mesmo cômodo; d) acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; e) circulação e infraestrutura, no geral precárias; f) superlotação de pessoas”.

Imagem 13 | EQUIPAMENTOS DA BELA VISTA



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

1.1.2 Diversidade de usos

Um bairro diverso, misto e autossuficiente. Atualmente, observa-se no Bexiga, para além da oferta de equipamentos de cultura, educação, saúde e assistência cultural, o uso predominantemente misto, com a presença de alguns serviços e de pequenos comércios voltados aos moradores.

Vale ressaltar que essa característica já era observada em suas primeiras décadas de formação, isso porque o Bexiga demonstrou ser uma região voltada ao abastecimento alimentar e à prestação de serviços, com empregos e lazer, onde as atividades econômicas permeavam o cotidiano de seus moradores. Diferentemente de bairros como a Barra Funda, Mooca e o Brás, não era caracterizado pela existência de fábricas, mas pela presença de manufaturas: “grande parte dos setores produtivos aqui examinados em função de necessidades básicas da população (alimentação, artes e ofícios, construção civil, transporte, vestuário e acessórios etc.) envolveu algum tipo de manufatura”. (SCHNECK, 2016, p. 194).

Entre os pequenos comércios, independente do tipo do negócio, notava-se a coexistência entre moradia e trabalho em um mesmo lote, misturando-se as relações sociais às de trabalho.

Como aponta Schneck (2016), “era um bairro de caráter marcadamente popular”, ainda que também constituído por classes médias e altas, onde brasileiros e imigrantes necessitavam garantir recursos de forma eficaz. Sendo assim, como demonstram Lanna e Marreti (2019), aqueles conhecimentos cotidianos e domésticos, relacionados à subsistência e sempre praticados dentro de casa, no processo migratório, converteram-se em possibilidade de negócio, garantindo a inserção social dessa camada da população.

Dessa forma, nas primeiras décadas de sua formação, os pedidos de licença para transformar as janelas das casas em portas abertas para as ruas eram recorrentes e revelavam as transformações das salas das casas em negócios (armazéns, quitandas, manufaturas, oficinas de pequeno porte, entre outros).

A vida do bairro e de seus habitantes, portanto, acontecia nesse espaço onde trabalho, moradia e lazer estavam sempre associados.

Nenhuma das lojas do Bexiga abria em hora certa ou fechava em hora certa. Como na maioria das vezes era a família que trabalhava e morava no mesmo prédio e tinha poucos empregados, as lojas estabeleciam seus próprios horários. (GRÜNSPUN, 1979, p.85).

Em relação ao lazer, não existiam muitas ofertas e diversidade à população. Os jogos de bola, ou *bocce*, como se referiam os italianos, eram os mais demandados e permaneceriam na região ainda nos anos 1940, geralmente localizados nos fundos das cantinas. As práticas de sociabilidade dos moradores do Bexiga giravam em torno desses jogos e das festas religiosas anuais que aconteciam em homenagem aos santos e eram um dos principais divertimentos, sobretudo da população que obtinha menos recursos financeiros. Nos anos 1910, no entanto, foi introduzido o cinema, uma nova forma de entretenimento que estava ao alcance de todos¹¹, segundo Schneck (2016). As programações do Palace Theatre, por exemplo, variavam entre espetáculos teatrais, exibições de filmes e apresentações circenses.

Conforme aponta Schneck (2016)

não é possível precisar em que medida as atividades exercidas atualmente no bairro derivam dos antigos ofícios desenvolvidos há um século. É possível que os espaços de lazer (cinemas e teatros) identificados nas pesquisas que fundamentaram esta tese, assim como as festas populares de rua, tenham realmente sido o embrião do caráter cultural que o bairro possui atualmente, as quais certamente se devem aos diferentes grupos sociais e etnias, principalmente de afro-descendentes, que se fizeram presentes desde o início da história do bairro. No mais, se trata de outro momento desta cidade em contínua transformação. (2016, p. 101).

Ainda que possua características de bairro popular de uma grande cidade brasileira, não se pode negar a influência dessa região na cena cultural paulistana. Com grande presença de teatros, construídos já nas primeiras décadas de sua origem, equipamentos de cultura e festas populares de rua, o Bexiga é palco de manifestações culturais que variam também em sua abrangência: ora local, ora metropolitana.

Para além do pequeno comércio e da presença dos equipamentos de cultura, vale destacar que a área, também por sua localização central dentro do município de São Paulo, conta com ofertas de equipamentos de educação e de saúde (Imagem 13).

¹¹ A autora faz referência aos anos de 1910. No entanto, Grünspun (1979), em suas memórias do Bexiga de 1930, sobre o cinema Paramount, inaugurado em 1929, na Av. Brigadeiro Luis Antonio, local que antes existia o Palace Theatre, revela: “ninguém do Bexiga podia pagar a entrada, portanto não pertencia ao bairro”. (1979, p. 48).

11 | Proporção da população sem acesso próximo a equipamentos públicos de esporte e lazer, 2010

Considera-se acesso próximo a distância igual ou superior a um quilômetro (1 km).

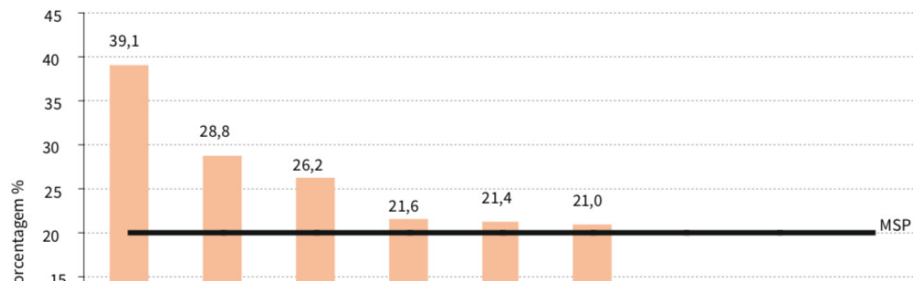


Imagem 14 | Gráfico Proporção da população sem acesso próximo a equipamentos públicos de esporte e lazer, 2010

Fonte: Caderno da Subprefeitura da Sé, 2016

Observa-se, no entanto, que não existem equipamentos de esporte mapeados no distrito da Bela Vista. Sobre isso, nas leituras feitas do Caderno da Subprefeitura da Sé¹², observou-se que, na referida Subprefeitura, o distrito da Bela Vista é o que tem maior proporção da população sem acesso próximo¹³ a equipamentos públicos de esporte e lazer (Imagem 14).

¹² SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Cadernos da Subprefeituras. São Paulo, 2016.

¹³ Considera-se acesso próximo a distância igual ou inferior a um quilômetro (1 km).

Imagem 15 | SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DA BELA VISTA



- | | | |
|------------------------------|------------------------------|---------------------------|
| calçadas, canteiros e praças | 1 - Praça Geremia Lunardelli | 6 - Escadaria do Bexiga |
| leito carroçável | 2 - Praça 14 Bis | 7 - Praça Dom Orione |
| espaço livre intra-lote | 3 - Praça Contos Fluminenses | 8 - Praça Pérola Byington |
| edificações | 4 - Praça Ítalo Bagnoli | 9 - Praça Amadeu Amaral |
| hidrografia | 5 - Praça Emygdio Mamocci | 10 - Praça Oswaldo Cruz |

1.2 Bexiga: sistema de espaços livres

O Bexiga não tinha praça nenhuma. O Bexiga não tinha jardins, nem na rua nem nas casas, menos na Rua João Passalacqua, onde de um lado tinha uma porção de casas com jardins na frente – o que era um privilégio – porque eram casas pequenas, térreas, mas para serem alcançadas precisava-se subir alguns degraus e chegar num patamar à casa do fundo. Neste patamar, as casas tinham algumas árvores e até flores. Nas outras ruas eram portões de ferro, portas de madeira e portões de madeira que davam diretamente para gente, isto é, gente que morava ligada à rua, sem um verde ou outro colorido que fizesse emenda (GRÜNSPUN, 1979, p. 25-26).

Tratar de uma rua do Bexiga, como a Maria José, implica em abordar o papel das ruas nessa região e, para isso, é necessário entender o seu sistema de espaços livres.

“Gente que morava ligada à rua”. As memórias de Grüspun (1979) do Bexiga de 1930 revelam um aspecto que pode ser evidenciado também nos dias atuais. O máximo aproveitamento dentro do lote verificado desde a formação do bairro resultou na existência de poucos espaços livres privados na região. Somado a isso, depois de quase cem anos dessa memória, são poucos os espaços livres públicos encontrados na área estudada. A Bela Vista continua sem nenhum parque existente ou planejado, e as praças, em sua maioria, são oriundas das grandes intervenções viárias que ocorreram na região a partir dos anos 1930 (Imagem 15).

Como aponta Gonçalves (2016), essas praças e áreas verdes remanescentes da organização do tecido viário são, em sua maioria, subutilizadas, com exceção das praças Pérola Byington (Imagem 16) e Dom Orione (Imagem 17) que possuem usos mais dinâmicos. Ao analisar o distrito da Bela Vista, para além dos limites do loteamento original do Bexiga, é possível observar outras duas praças que também são utilizadas com mais frequência: as praças Amadeu Amaral e Oswaldo Cruz.

Diante do exposto e ao observar o sistema de espaços livres da Bela Vista, interpreta-se que o principal espaço livre público de convívio entre os moradores do local são as ruas. É nas ruas que a esfera de vida pública se manifesta sem necessariamente haver uma política pública ou programa municipal que incentive isso.

Quando se observa a legislação da época da formação do Bexiga, constata-se que no Código Sanitário de 1894 (Decreto nº 233 de 02 de março de 1894), no Capítulo I, das Ruas e Praças Públicas, já existiam algumas determinações para o dimensionamento e materiais a serem empregados nas ruas e passeios públicos. Contudo, o que se vê no Bexiga não se enquadra nas tais determinações, já que o loteamento é anterior ao referido Decreto.

A pluralidade, marcada pela coexistência e heterogeneidade presentes desde sua formação, atualmente, manifesta-se também na caracterização do sistema viário e nas formas de uso e apropriação das ruas: grandes vias de fluxos intensos convivem com ruas locais e de menor largura. A rua, portanto, é central quando se aborda a região.



Imagem 16 | Praça Pérola Byington. Fonte: *Google Street View*, 2022



Imagem 17 | Praça Dom Orione em dia de feira. Fonte: *VejaSP*, 2017.

1.2.1 A via que agrega

Desde manifestações espontâneas até feiras livres e festas organizadas, os encontros nas ruas do bairro do Bexiga são uma característica marcante desde sua formação e são enfatizados por grande parte dos autores consultados.

O Bexiga tinha um dia especial que era importante demais para o bairro e regia muitos dos hábitos dos moradores. Era o dia da feira na rua Maria José até a rua Fortaleza e algumas transversais.

O dia da feira era na sexta-feira.

Era a maior feira de todas as redondezas, a mais barulhenta, alegre, divertida e barata que se conhecia e que oferecia o que havia de mais fino e selecionado. Era a feira em São Paulo que fechava mais tarde, chegando quase até às três horas da tarde.

o Bexiga em peso ficava o dia inteiro na feira. Não dava para andar de tanta gente durante o tempo que durava a feira. Ninguém ia para comprar e se ver livre da feira mas para passar o tempo todo e a aproveitar de tudo que a feira oferecia (...) não dava para fazer quase nada no Bexiga naquele dia. (GRÜNSPUN, 1979, p. 39 e 41).

Foi em 1915, na rua São Domingos (Imagem 18), que a região passou a ser um dos primeiros bairros paulistanos a sediar uma feira-livre para venda de alimentos.

Conforme trecho transcrito, a relação com as feiras em ruas também foi manifestada por Grüspun (1979), em suas memórias do Bexiga dos anos 1930. O memorialista revela o impacto da feira da Rua Maria José nas relações sociais do bairro (Imagem 19).

As ruas do bairro aparentemente foram protagonistas e responsáveis por agregar pessoas e promover os encontros tanto cotidianos como também sazonais.

Conforme tratado anteriormente, as festas de rua eram um dos principais eventos de entretenimento da população local nas primeiras décadas do século XX. Como revela Schneck (2016), as comemorações religiosas, organizadas por moradores de maior poder aquisitivo (já que implicavam gastos com montagens de coretos e com incidentes), eram abertas ao público, sem distinção de camada social. Nos registros encontrados, constatou-se que se concentravam principalmente nas ruas Treze de Maio e Rui Barbosa



Feiras Livres [Bexiga]



▲ **Imagem 18** | Feira livre na Rua São Domingos (1915)
Fonte: Eli M. de Moraes. In: SCHNECK, 2016, p. 275

◀ **Imagem 19** | Feira livre da Rua Maria José na década de 1950.
Fonte: Arquivo de Re Sartorelli Monteiro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKwt3Pfr-qYn/>. Acesso em: 24/05/2022

essas [as festas] parecem ter tido um papel significativo no lazer dos moradores do bairro. Os registros encontrados sobre esses eventos datam de 1907 e 1911, e indicam que eram festas religiosas, realizadas em agosto e setembro, e dedicadas aos santos de devoção dos moradores do bairro. Uma das festas realizadas em setembro, na esquina da rua Rui Barbosa com a Conselheiro Ramalho, era dedicada a Nossa Senhora da Penha. Possivelmente, a outra festa realizada na rua da Saracura Pequena, fosse para a mesma santa, já que acontecia no mesmo mês. A terceira festa, realizada na rua 13 de Maio, no mês de agosto, provavelmente era em homenagem a Nossa Senhora da Achiropita, já que é nesse mês que se comemora o dia dessa santa. Já Maria Cristina Caporeno (2014) arrolou seis festas realizadas entre 1906 e 1910 no bairro do Bexiga: São Manoel, no Largo São

Manoel (atual Praça 14 Bis), em 1906 e 1910; Nossa Senhora da Incononata, na rua Santo Antônio (1906); Nossa Senhora da Ripalta, na rua Rui Barbosa (1906 e 1908); Nossa Senhora do Bom Parto, na esquina das ruas Rui Barbosa e Conselheiro Carrão (1909); Nossa Senhora da Glória, na rua 13 de Maio (1908); além de uma outra sem referências ao santo homenageado, também na rua 13 de Maio (1907). (SCHNECK, 2016, p. 96).

Grünspun (1979), em suas memórias de 1930, revela que havia duas quermesses ao ano, que depois foram reduzidas para uma, e duas procissões: a de Corpus Christi e a de Domingo de Páscoa

Durante a quermesse o padre se reunia com grupos de pessoas de ruas diferentes, ou de situação econômica diferente. Planejava como organizar as barracas, os turnos de quem iria trabalhar [...] A quermesse durava uma semana e o trânsito ficava interrompido naquela quadra durante sete dias [...] Havia barracas que organizavam bandas para passar pelo bairro anunciando a quermesse. Toda a criançada acompanhava a banda pelas ruas. Durante a noite era o programa festivo em que o bairro se reunia numa quadra com a igreja como centro da sua vibração e talvez a sensação de viver como gente. Viver como seres humanos que encontram, compartilham e interagem com outros seres humanos, de cores diferentes, de línguas diferentes, de costumes diferentes, e que se miscigenaram com alegria porque apesar dos governos era uma terra que conquistava a todos. (1979, p. 100-102).

Nessa passagem, pode-se compreender a relevância das festas de rua para os habitantes do Bexiga e para o fortalecimento de suas relações sociais.

Segundo Marzola (1979), embora não precise exatamente quando, as ruas também eram palco de serenatas e outras formas de sociabilidade: “Nas noites quentes de verão era comum ver-se os velhos italianos e suas famílias sentados em cadeiras, colocadas nas calçadas, onde ficavam até altas horas da noite, conversando e contando as novidades ocorridas no velho bairro”. (1979, p. 95).

Grünspun (1979), em suas memórias, também narra situações mais cotidianas de uso da rua, como as brincadeiras de crianças nas ruas: “Chuva forte era uma festa. Ruas inundadas nas baixadas era diversão da criançada de todas as idades”. (1979, p. 29).

Atualmente, quando se caminha pelas ruas do bairro, observa-se que esse

tipo de manifestação cotidiana ainda é predominante em algumas de suas ruas. Além disso, festas sazonais e de maior abrangência também continuam presente pelas ruas do Bexiga (Imagem 20).

Esse tipo de apropriação pode estar relacionado a aspectos morfológicos e sociais do bairro (presentes desde a sua origem), a pouca existência de espaços livres públicos e privados, às construções no alinhamento (que reforçam a interação entre casa e rua), à presença de habitações coletivas e edificações de uso misto composta por atividades comerciais em seu térreo, à heterogeneidade social, às relações de vizinhança, entre outras características que influenciam nas dinâmicas de uso e apropriação de algumas ruas do região.



Imagem 20 | Festa junina na rua
Fonte: Foto da autora, 2019

1.2.2 A via que segrega

Como se viu até o momento, as ruas do bairro, desde sua formação, tinham o papel de promover encontros. As práticas sociais desde espontâneas e cotidianas até programadas e sazonais manifestavam-se nestas ruas.

Com o crescimento da área central da cidade, a partir dos anos 1930, o sistema viário passa a “ser o elemento estruturador das dinâmicas internas da cidade de São Paulo, servindo de base não apenas para o transporte urbano, mas também para a expansão urbana”. (GONÇALVES, 2016, p. 161).

A implantação de grandes estruturas viárias não só alteraram a relação que o Bexiga tinha com o centro, diminuindo as distâncias físicas, mas também garantiram a integração desta área com outras regiões da cidade.

Seguindo, portanto, um padrão de transformação existente na cidade de São Paulo, por meio da canalização e tamponamento de rios e córregos para construção de grandes avenidas, foi a partir dos anos 1930 – e de forma mais intensa por volta dos anos 1960 e 1970 – que o bairro sofreu transformações significativas em seu tecido urbano, o que resultou em modificações não somente em sua morfologia, mas também nas relações sociais que ocorriam na região. Tais mudanças reverberam até os dias atuais, já que deixaram “heranças de fissuras urbanas” na área. (GONÇALVES, 2016, p. 161).

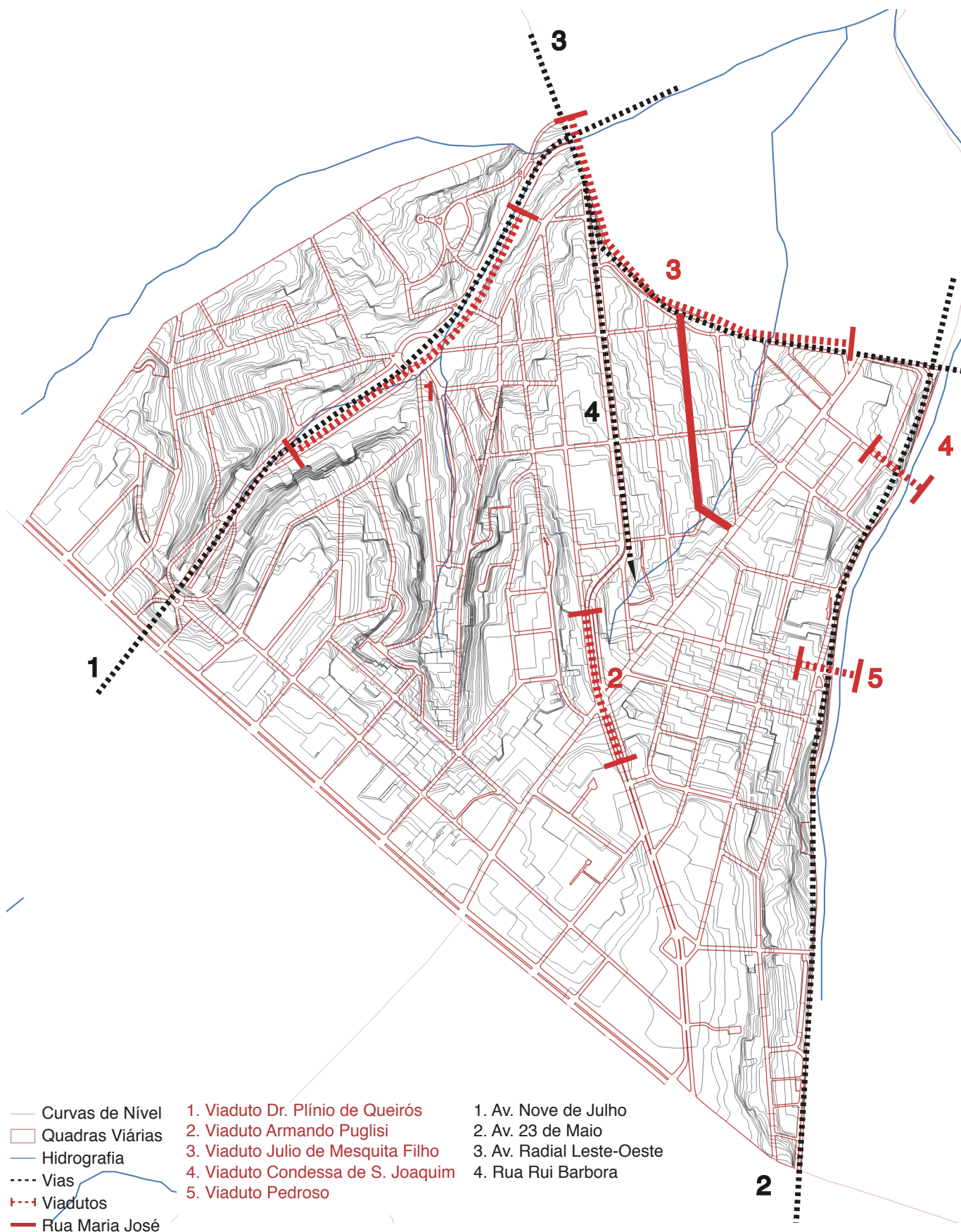
Do ponto de vista da morfologia do bairro, como coloca Schneck (2016), em parte de seu tecido original foram construídos viadutos e avenidas, fato que dificulta o entendimento e apreensão do que foi essa área há cem anos.

As primeiras grandes intervenções, ocorridas nos anos 1930, fizeram parte do Plano de Avenidas elaborado pelo engenheiro Francisco Prestes Maia. A região passou a se conectar à área central por meio da avenida Nove de Julho (1935), construída sobre o córrego Saracura, e dos viadutos Jacareí e Dona Paulina (1942).

Algumas décadas mais tarde, em 1968, a avenida 23 de Maio foi construída, embora prevista já no Plano de Avenidas. Dessa forma, os vales do Saracura e Itororó transformados nas avenidas Nove de Julho e 23 de Maio, respectivamente, em conjunto com o Vale do Anhangabaú formavam o Sistema Y proposto no Plano de Avenidas por Prestes Maia.

Nesse contexto, a cidade passou por novas intervenções urbanísticas voltadas ao transporte rodoviário e individual e marcadas por grandes desapropriações que geraram obstáculos e desarticulações em bairros da cidade.

Imagem 21 | VIAS E VIADUTOS DA BELA VISTA



- | | | | |
|-------|-----------------|------------------------------------|---------------------------|
| — | Curvas de Nível | 1. Viaduto Dr. Plínio de Queirós | 1. Av. Nove de Julho |
| □ | Quadras Viárias | 2. Viaduto Armando Puglisi | 2. Av. 23 de Maio |
| — | Hidrografia | 3. Viaduto Julio de Mesquita Filho | 3. Av. Radial Leste-Oeste |
| --- | Vias | 4. Viaduto Condessa de S. Joaquim | 4. Rua Rui Barbora |
| -.-.- | Viadutos | 5. Viaduto Pedroso | |
| — | Rua Maria José | | |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022

Em 1968 foi iniciado em São Paulo um projeto de intervenção urbana intitulado “Anel de Estacionamento do Centro 1”, projeto ligado à expansão do modelo rodoviário de ocupação do solo adotado em São Paulo, que acarretou numa grande remodelação paisagística nas áreas afetadas. Construiu-se o “Eixo Leste- Oeste”, grande via expressa que atravessa o bairro; um viaduto sobre a Rua Treze de Maio; o elevado sobre a praça 14 bis, na altura da av. Brigadeiro Luís Antônio, nomeado posteriormente viaduto Armando Puglisi; e o alargamento da Rui Barbosa, que acabou por destruir as construções localizadas em um dos lados da via. A realização destas obras geraram um bairro com quarteirões cortados, ruas interrompidas e estruturas erguidas que criaram um efeito de “muro” divisor. O alargamento da rua Rui Barbosa e a construção do “Eixo Leste-Oeste” seccionaram o Bexiga em três grandes frações, sendo a área que localizava-se entre os quarteirões compreendidos pelas ruas Conselheiro Ramalho, São Domingos, Manuel Dutra e Rui Barbosa, a mais afetada com estas intervenções. (LANNA; MARRETTI, 2019, p. 251)

Dessa forma, ignorando as configurações e dinâmicas de circulação de pedestres, de comércios locais, entre outras pré-existentes na área, o alargamento da Rua Rui Barbosa, bem como a construção do Eixo Leste-Oeste seccionaram o bairro, acarretando em descontinuidades, ruas interrompidas, quarteirões cortados, edificações destruídas, grandes vazios, áreas sem utilização e locais inóspitos a pedestres. Essa situação é lembrada também nos dias atuais por moradores e frequentadores da região, conforme relatos expostos por Terra (2021)

o alargamento de duas vias importantes do Bexiga é bastante citado por moradores, simbolizando uma alteração espacial com considerável efeito simbólico e afetivo. Trata-se da rua Rui Barbosa, ampliada na década de 1960, e da avenida Brigadeiro Luís Antônio. É comum moradores e ex-moradores se referirem a essas modificações como “divisores” do Bairro. (2021, p.57).

A Radial-Leste, de características heterogêneas composta por trechos em vias elevadas, em superfície, semi-enterrados e entrincheirados, foi concebida como via expressa sem relação com seu entorno e atualmente se configura como o elemento que mais gera obstrução na região.

Outras áreas que apresentam problemas de ordem física e social são os baixios dos viadutos. Essas áreas, nos últimos anos, têm sido alvo de intervenções e proposições¹⁴.

Nos dias de hoje, quando se analisa os espaços livres mapeados na região, observa-se que esses espaços, em sua maioria, coincidem com as grandes estruturas viárias, sendo possivelmente remanescentes dessas estruturas. Diante disso, por não terem sido majoritariamente planejados, por não terem utilização e por não se conectarem à cidade (muitas vezes isolados por grandes avenidas), são vistos e entendidos como “sobras” no tecido urbano.

Ainda que promovessem a conexão com outras áreas da cidade, essas grandes intervenções viárias transformaram as dinâmicas sociais de seu entorno imediato, por meio “de recortes, sobreposições, justaposições e demais manejos no tecido urbano que não obstante sofrem valorização do solo pela especulação imobiliária, mas também segregam ‘partes de um todo’ sociocultural”. (GONÇALVES, 2016, p. 161).

Assim como os autores consultados, Marreti (2018) revela que

As transformações resultantes não foram apenas físicas, mas também, sociais. Muitas famílias que habitavam o Bexiga há gerações foram desapropriadas pelas obras e tantas outras deixaram o bairro em decorrência dos problemas decorrentes, entre eles o aumento do número de automóveis circulando pelas ruas do bairro, que também causaram um aumento da poluição do ar e sonora. Estas mudanças foram retratadas em um curta-metragem produzido pela cineasta Regina Jehra “Bexiga- Ano Zero”. O filme, lançado 1971, aborda a chegada dos italianos para o bairro do Bexiga e a sua saída em decorrência das obras (...) O curta mostra numa sequência de imagens as transformações ocorridas no bairro em decorrência das obras viárias

¹⁴ Como aponta Gonçalves (2016), a área localizada embaixo do viaduto Julio de Mesquita Filho, onde a rua Maria José se inicia, e que atualmente é utilizada como estacionamento e mercado, já recebeu várias propostas de requalificação, sendo uma delas apresentada pelo grupo Teat(r)o Oficina em 2005, cuja sede margeia a Ligação Leste-Oeste. Outros projetos e intervenções são exemplos de utilização dos baixios como o “Espaço de Convivência Bela Vista” com ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade social e o Mercado das Flores, inaugurado em 2012, em uma área de aproximadamente 600m² localizada embaixo do Viaduto Plínio de Queiroz. Nesse sentido, em 2015, a prefeitura de São Paulo, por meio da Subprefeitura da Sé, abriu um chamamento para concessão dos baixios da região. Sem manifestação de interesse no referido edital, atualmente nessas áreas ocorrem oficinas esportivas e atividades de escola de samba.

realizadas no bairro na virada da década de 1960 para 1970. São registradas imagens internas das casas desapropriadas, algumas ocupadas momentaneamente por famílias sem teto, movimentações de terras, a elevação das pesadas estruturas de concreto do novo viaduto, terminando com uma cena aonde senhoras vestidas de preto, numa provável alusão as *mammas* italianas em luto, caminham nas vias do anel viário, sobre os destroços de seus antigos lares. (2018, p. 42).

Além disso, as várias desapropriações anteriormente citadas e advindas dessas intervenções garantiram e reforçaram o apagamento da presença de algumas etnias no bairro: descendentes de imigrantes migraram para outras localidades da cidade como os bairros do Paraíso e Vila Mariana. Como colocam Lanna e Marreti (2019), as expressões referentes a etnicidades italianas praticamente deixaram de existir.

Outro apagamento, inclusive eternizado em letra de música de samba¹⁵, se deu com a sobreposição da Avenida Nove de Julho ao vale do Saracura, área de comunidades negras.

A população negra que ali vivia e praticava suas artes e festejos, como a batucada e a capoeira, instalou-se no local antes da imigração italiana, mas foi aos poucos sendo “varrida da história” restando hoje poucos vestígios do “Bixiga negro”, exceto talvez pela escola de samba da Vai-Vai, cuja formação coincidiu com a abertura da Avenida. (GONÇALVES, 2016, p. 174).

Cabe pontuar aqui que, diante do contexto de crescimento da cidade, as transformações também ocorreram no âmbito do perfil migratório. Por volta dos anos 1930 e 1940, São Paulo deixava de receber grande fluxo de imigrantes europeus e passava a contar com a vinda de migrantes nacionais que, atraídos pelo crescimento da indústria, buscavam melhores condições de vida na capital. Predominantemente da região nordeste do país, esses migrantes passaram a se estabelecer nas áreas centrais da cidade, habitando principalmente cortiços, com condições insalubres, já que ofereciam proximidade com o mercado de trabalho, além de aluguéis baixos. Estes cortiços tornaram-se o modelo preponderante de habitação popular.

¹⁵ A música “Tradição” de Geraldo Filme traz em seus versos: “Asfalto hoje cobriu o nosso chão, Lembrança eu tenho da Saracura”.

Conforme observado em dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, houve um crescimento populacional significativo entre as décadas de 1950 e 1960 no Distrito da Bela Vista, período que coincide com a chegada de migrantes nordestinos em São Paulo.

As transformações físicas e sociais acarretaram em mudanças na escala cotidiana e as degradações ocorridas no bairro passaram a ser associadas à presença dos nordestinos. Como apontam Lanna e Marreti (2019), os migrantes brasileiros, em sua maioria vindos da região Nordeste brasileira a partir da década de 1950, “são indicados frequentemente pelos moradores mais antigos do bairro como sendo os grandes responsáveis pela ‘decadência’ do Bexiga.” (2019, p. 260). Apesar da citada hostilidade, deve-se ressaltar a forte presença e grande contribuição dos nordestinos na composição do Bexiga.

¹⁶ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03/03/2022.

1.3 Bexiga: espaços luminosos e opacos¹⁷

Como visto, diante da execução das obras viárias na Bela Vista e do seu consequente processo de transformação física e social que culminou em perdas e apagamentos na região, muitas foram as tentativas de requalificar esta área por parte do poder público e também de moradores.

Por meio de planos, projetos e políticas públicas, a prefeitura de São Paulo buscou intervir na área em diferentes escalas. No entanto, partiu de alguns moradores um movimento de construção de uma imagem do Bexiga, associando-o à identidade do imigrante italiano e garantindo maior visibilidade à região.

Você, leitor, antes de iniciar a leitura desta Dissertação, provavelmente já conhecia o Bexiga. Conhece a região pessoalmente? Ou pela televisão? Já frequentou a famosa festa de Nossa Senhora da Achirópita? Jantou em alguma cantina italiana? Foi a algum teatro? Festejou nos sambas espalhados pelo bairro? E a Rua Maria José? Antes de ler este texto, já conhecia essa rua?

Enquanto alguns de seus locais recebem as atenções e atraem turistas, outros possuem abrangência local e não são conhecidos para quem é de fora. O Bexiga é um bairro diverso, mas também desigual. Essa desigualdade se aplica não só a sua visibilidade, como também ao acesso aos equipamentos existentes na região. O Bexiga cotidiano difere-se do Bexiga que se encontra no imaginário nacional, não se excluem, mas compõem uma trama complexa.

1.3.1 Propostas de requalificação para a área

Plano de Desenvolvimento para a Bela Vista, Concurso Nacional de Ideias para Renovação Urbana e Preservação do Bairro do Bexiga, Resolução do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) nº 22/2002 (Tombamento da Bela Vista). Muitas foram as respostas do poder público diante da situação que a Bela Vista se encontrava em meados de 1970.

¹⁷ SANTOS, 1996. Vale pontuar aqui que Terra (2021), em sua Dissertação, também utilizou esse conceito para se referir à área do Bexiga.

Melhorias para a circulação de pedestres, ruas, praças, vilas ...

Para melhorar a qualidade das ruas e praças, criamos um PLANO DE DESENHO URBANO para o bairro, que não é apenas um conjunto de pequenos projetos. Esse plano é um conjunto de regras para se fazer projetos que terão, como objetivo, resolver os principais problemas das ruas e quadras, tais como: segurança, tratamento de calçadas, iluminação, arborização etc. Por exemplo: para evitar acúmulo de lixo próximo aos viadutos serão criados jardins com plantas que exijam poucos cuidados e baixo custo, ocupando essas áreas de ninguém.

As fachadas deverão ser recuperadas, evitando muros cegos, integrando os pedestres ao edifício, melhorando o ambiente das ruas. É a criação de ruas animadas.

Os lugares mais importantes do bairro exigirão projetos especiais. Todas as renovações e reformas na Vila Itororó, na Vai-Vai, na Igreja, no Museu etc. serão discutidas uma a uma por toda a comunidade.

Entre esses projetos especiais, estão as RUAS-PRAÇAS RESIDENCIAIS (nas vilas) e as RUAS-PRAÇAS COMERCIAIS (13 de Maio). As RUAS-PRAÇAS SÃO UM BOM COMEÇO PARA SE MUDAR A "CARA" DO BAIRRO, SEM SE GASTAR MUITO DINHEIRO.





INTERIORIZAÇÃO DE QUADRAS. As necessidades coletivas dos moradores do bairro foram ao longo do tempo atendidas por soluções individuais de ampliação de seus imóveis. O aumento da população moradora foi possível graças a construção de dependências nas áreas livres dos imóveis. Hoje as quadras do Bexiga são bastante construídas e muitas das necessidades coletivas urgentes não foram ainda atendidas.

Creches, escolas, áreas de lazer, estacionamento e habitação poderão surgir no espaço coletivo do interior de quadras.

PRAÇA LINEAR. "Se essa rua fosse minha" haveria calçadas bonitas e recuperadas, bancos para o descanso à sombra de árvores...

A praça não será uma grande área localizada em um ponto qualquer da cidade. As praças serão muitas e estarão em todas as ruas. A praça não será redonda nem quadrada, terá a forma das ruas ao longo das calçadas.

RECUPERAÇÃO DE TRILHOS. "Se essa rua fosse minha" haveria paralelepípedos cortados por trilhos. O asfalto será retirado de ruas que permitam baixa velocidade. O paralelepípedo voltará a ser o revestimento dessas ruas, onde trilhos antigos marcarão o trajeto do bonde - Circuito Bexiga.

As escadarias da Vila Itororó podem ser transformadas em um anfiteatro e nos imóveis conviver comércio, atividades culturais e moradas, mantendo-se vivo aquele espaço durante todo o dia.

Um Shopping Cultural pode ser construído, visando a resgatar valores culturais e divertimentos próprios aos moradores do bairro.

Na Rua 13 de Maio, em frente à Igreja de N. Sr. de Achiropita a calçada será alargada, facilitando os festejos.

Acreditamos que algumas medidas podem concorrer para tornar os espaços públicos bastante mais agradáveis, estimulando o convívio e o lazer:

- calçadas mais largas com abrigos nos pontos de ônibus, quiosques para venda de jornais, bancos etc.;
- praças em alguns cruzamentos, reduzindo o tráfego no interior do bairro;
- ruas arborizadas com espécies locais, floríferas e frutíferas, dando novo colorido ao ambiente;
- pequenos jardins nos trechos de terra pública vazia;
- o sombreado dos viadutos humanizados, com quadras de esportes, áreas de lazer, parques infantis, pequenos bares, lanchonetes e melhor iluminação;
- sinalização criativa que facilite o acesso ao interior do bairro.

Alguns projetos especiais merecem destaque:

Imagem 22 | Propostas Concurso de Ideias: Cartilha entregue à população com os projetos finalistas. Fonte: Marreti (2018)

Conforme Marreti (2018), na década de 1970, com a lei de zoneamento do município de São Paulo (Lei 8.328/75), a Bela Vista foi classificada como zona de uso especial, sendo “relevante no processo de renovação urbana”. Diante das diretrizes estabelecidas, a Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP), junto com a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), fizeram uma proposta para um plano de desenvolvimento para a Bela Vista, compreendendo o território do Bexiga.

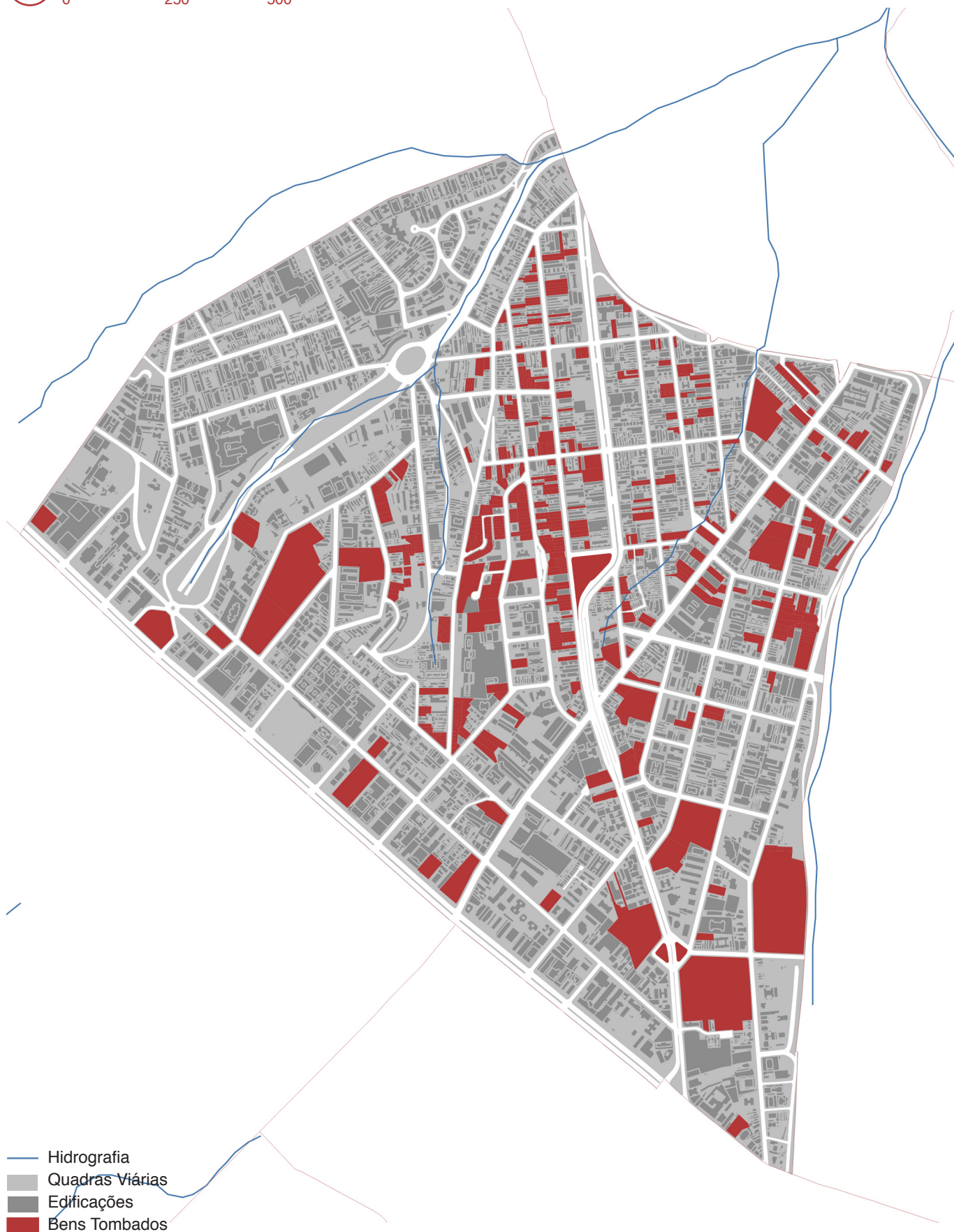
Como explica Marreti (2018), a partir de estudos desenvolvidos sobre o bairro, foram encomendados três projetos de intervenção urbana para o Bexiga que, no entanto, não foram executados: um plano de restauro para Vila Itororó¹⁸, um projeto para o Parque da Grotta¹⁹ e uma proposta de intervenção na rua Treze de Maio²⁰. Este último, previa a requalificação das calçadas, a criação de novas passagens, de duas praças e de um estacionamento subterrâneo.

18 Atualmente, a vila, construída na década de 1920 e que sempre teve a moradia como uso principal, abriga o Centro Cultural Vila Itororó, gerido pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

19 A área da Grotta, tombada pelo CONPRESP, consiste em uma conformação geomorfológica da área do vale do córrego Saracura.

20 A Rua Treze de Maio é a mais conhecida do Bexiga. Nela estão localizados diversos estabelecimentos como as inúmeras cantinas e restaurantes, os bares de rock, a Igreja da Nossa Senhora da Achiropita, a Escadaria do Bexiga e a Praça D. Orione.

Imagem 23 | BENS TOMBADOS NA BELA VISTA



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022



Imagem 24 | Edificações tombadas da Maria José
Fonte: Fotos da autora, 2022

Muitas das ideias propostas influenciaram aquelas apresentadas no Concurso Nacional de Ideias para Renovação Urbana e Preservação do Bairro do Bexiga, proposto na gestão de Luíza Erundina (1989-1992). Este concurso, conhecido como “Concurso do Bexiga”, ainda que iniciado na gestão de Jânio Quadros (1986-1988), foi reformulado na gestão petista e tornou-se um projeto inovador, já que contou com a participação das pessoas diretamente afetadas como moradores, proprietários de imóveis e trabalhadores.

Após análise das propostas apresentadas e vencedoras do referido concurso (Imagem 22), vale destacar aqui aquelas relacionadas às ruas do bairro. Reconhecendo-se o fato da região possuir poucos espaços livres públicos, e entendendo a rua como o principal espaço de convívio, as propostas giravam em torno de requalificar esses espaços. Algumas das propostas atribuíram às ruas, inclusive, a denominação “Ruas praças” e “praça linear”. A ideia, possivelmente, estava relacionada ao entendimento da rua como lugar de convívio. Já o termo “linear” associava-se à morfologia das ruas. Tal fato, enfatiza o caráter híbrido das ruas do bairro, cuja função ultrapassa aquela restrita à circulação.

Das iniciativas do poder público, o tombamento da Bela Vista foi o que de fato foi implementado. Em 1990, conforme Marreti (2018), a partir de uma iniciativa da sociedade civil, o CONPRESP resolveu abrir um processo de tombamento para a área, sem o consentimento dos órgãos que estavam envolvidos no Concurso de Ideias do Bexiga e, restringindo a participação da população nesse processo, que era um dos objetivos centrais do referido concurso. Conforme Imagem 23, em grande parte das ruas do loteamento original, encontram-se, portanto, edificações tombadas pelo CONPRESP e, de forma menos expressi-

va, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (CON-DEPHAAT). No caso da rua Maria José, não é diferente, verifica-se a presença de 27 edificações tombadas.

Tais decisões foram determinantes na preservação da materialidade de grande parte do bairro, conforme suas primeiras décadas de origem. O tombamento permitiu que partes da região não recebessem grandes transformações em seus aspectos morfológicos (Imagem 24).

1.3.2 Imagem do Bixiga: visibilidade e apagamentos

Dentre todas as iniciativas de transformação da região e para além das proposições urbanísticas, talvez a que obtivera mais êxito no sentido de atingir o objetivo a que se propunha relacionava-se à criação de uma imagem do Bixiga não só a nível municipal, como também nacional.

Na festa da Achirópita, nas moradias, nos bares e ruas as sonoridades do início do século misturavam-se com falas nordestinas. Intervenções urbanas, deslocamentos populacionais e alterações de uso transformavam o Bixiga em lugar cada vez mais associado a uma vida boêmia e a processos de pauperização e encortiçamento de construções pré-existentes. Neste quadro iniciava-se um movimento de construção de um Bixiga italiano. Passado e presente em disputa. (LANNA; MARRETI, 2019, p. 252).

Como afirmam Lanna e Marreti (2019), diante do sentimento de perda de identidade, dois personagens conhecidos da região tiveram papel essencial nessa construção. Armandinho e Walter Taverna²¹, com intenções que variavam entre preservar a memória de seus ancestrais e dos membros da comunidade a promover o bairro para gerar visibilidade e, conseqüentemente, atrair investimentos públicos e visitantes, empenharam-se em proporcionar e reforçar velhas e novas características do bairro associadas à identidade do imigrante italiano.

Para isso, não só mobilizaram memórias e narrativas, como também formaram instituições como o Museu Memória do Bixiga (MUMBI) e a Sociedade de

²¹ Armando Puglisi (1931-1994), conhecido como Armandinho do Bixiga, e Walter Taverna (1933-2022) nasceram e viveram na região. Foram responsáveis por diversos movimentos de promoção do Bixiga, como a criação do Bolo do Bixiga, tradição no aniversário da cidade, do Bloco Esfarrapado, da Feira de Antiguidades e Trocas do Bixiga que acontece na Praça D. Orione, do Museu da Memória do Bixiga, entre outros.

Defesa das Tradições e Progresso da Bela Vista (SODAPRO), criaram e reativaram festas e locais que auxiliaram na construção deste “imaginário social” que reconhece o Bexiga como bairro italiano, apesar das mudanças sociais e demográficas ocorridas”. (LANNA; MARRETI, 2019, p. 253).

O processo de construção do “Bixiga italiano” (Bexiga com “i”, fazendo alusão ao sotaque dos imigrantes) contou também com a recuperação de tradições religiosas, como festas da época da vinda dos imigrantes italianos no início do século XX.

Como coloca Gonçalves (2016), “talvez a principal âncora cultural do Bixiga ao seu passado seja a Festa da Achirópita”. (2016, p. 286). A festa típica em louvor à Nossa Senhora da Achirópita (Imagem 25), como exposto anteriormente, começou a ser praticada no bairro por volta de 1908, quando fiéis reuniam-se na casa de um morador para adorar a imagem da santa trazida da Calábria. Dentre todos os acontecimentos relacionados a essa festa, ressalta-se aqui o momento em que a celebração voltou definitivamente para rua em meados de 1979, estabelecendo-se com a devida autorização da Prefeitura em 1980. Realizada na rua Treze de Maio, desde então, a festa ganhou força com a multiplicidade das cantinas italianas e com o incentivo de Armandinho e Walter Taverna, tendo, portanto, um papel fundamental na construção dessa imagem.

Por volta da década de 1990, com o advento de colaboradores e patrocinadores, a festa ganhou cada vez mais repercussão em escala não só municipal como nacional. Inserido no mês de agosto, no calendário oficial da cidade de São Paulo, o evento de escala metropolitana atrai grande número de visitantes e para atender às demandas, bem como conquistar espaço na competitividade turística, acaba se afastando de sua concepção original



Imagem 25 | A festa da Achirópita. Fonte: Rede Globo, 2018. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/>. Acesso em: 07/07/2022.

A reinvenção da festa altera seus significados. Hoje ela garante uma visibilidade do bairro para fora dele. E procura afirmá-lo como local de permanência de uma italianidade desejável e compartilhada em torno da comida e do catolicismo, distanciando-se das memórias operárias grevistas. (LANNA; MARRETI, 2019, p. 257).

Outro aspecto que reforçou a construção do imaginário italiano se deu com a promoção de cantinas existentes na região nos roteiros culturais da cidade a fim de intensificar o turismo na área.

A reinvenção da festa somada à promoção desses restaurantes inseriam o Bexiga no roteiro turístico da cidade, processo integrado com a proposta de requalificação do bairro (e apagamento das presenças nordestinas) pautado no retorno da italianidade.

O reforço dessa italianidade em detrimento de outras etnias garantiu o apagamento de outras realidades como a existência da comunidade negra cuja presença numérica e influência no bairro são significativas e estão presentes desde o início da ocupação da região.

A presença do segmento negro atualmente é valorizada, prioritariamente, sob seu aspecto cultural. A partir dos anos 1930, há uma reaproximação das etnias compositivas do país visando à “construção da imagem do ‘brasileiro’ enquanto fruto da mestiçagem”. (GONÇALVES, 2016, p.74). Nesse sentido, manifestações de origem africana como o samba e a capoeira, passam a ser manifestações nacionais, populares e folclóricas.

Atualmente, embora a presença dos afrodescendentes seja um fato reconhecido, sua importância aparece reduzida cultural e espacialmente: de um lado, porque limitada aos eventos culturais dados pelo calendário festivo da cidade – o Carnaval –, e de outro porque restringe sua presença ao vale da Saracura, supostamente a única área ocupada por esse segmento social. (SCHNECK, 2016, p. 47).

Em relação ao carnaval, Gonçalves (2016) expõe que o Bexiga, em conjunto com a baixada do Glicério e Barra Funda, foi reduto de negros que, dificultados de participarem dos corsos da elite, deram origem a uma nova manifestação artística e cultural: os primeiros cordões carnavalescos da cidade. Em 1930, originou-se uma das mais conhecidas e tradicionais agremiações carnavalescas, a Vai-Vai, cujos ensaios que se iniciaram nos fundos das casas de seus fundadores foram conquistando lentamente as ruas e o espaço público.

Ainda sobre este assunto, Lanna e Marreti (2019) afirmam que

Estas não são as únicas expressões culturais associadas à cultura negra, no Bexiga existem também terreiros de candomblé umbanda e escolas de capoeira. Outras manifestações consideradas tradicionais no bairro também foram criadas mais recentemente, ou para usar a definição de Hobsbawn “inventadas”, como por exemplo a lavagem da escadaria da praça D. Orione iniciada em 1988 e inspirada na lavagem das escadarias da Igreja Nosso Senhor do Bonfim de Salvador, ou a criação do Bloco Afro Oriashé (2019, p. 260).

Castro (2006) também destaca que entender a dimensão política da presença africana na região – e não apenas de entretenimento ou de lazer, relegando-as a um aspecto folclórico – é fundamental para compreender como esse espaço se constituiu.



Imagem 26 | Lavagem da Escadaria do Bexiga, 2022
Fonte: Facebook Ilú Obá De Min, 2022.

1.3.3 O Bexiga do cotidiano

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. (SANTOS, 1996, p. 261).

Para Santos (1996) as cidades são compostas por “espaços luminosos”, controlados pela lógica mercantil-midiática, e “espaços opacos” que são aqueles que, vividos no cotidiano e em oposição às zonas luminosas, constituem-se pela criatividade.

Sobre isso, é curioso observar o que narra Marzola (1979) sobre as noites “iluminadas” do Bexiga que divergem do seu cotidiano “pacato”

À noite essas ruas adquirem um caráter todo especial, que nada tem haver com caráter, por vezes pacato, do dia-a-dia. Iluminam-se, enfeitam-se, para receber uma população flutuante, que procura o bairro em busca de diversão, de boa comida, de bons espetáculos teatrais. (1979, p. 117).

De forma análoga, pode-se depreender que no Bexiga há zonas luminosas e também opacas. Isso porque, como visto até aqui, o Bexiga é uma região diversa composta por camadas que se destacam por meio de uma “tradição seletiva” (TERRA, 2021), que busca atrair olhares e investimentos, e por camadas que nem sempre são reconhecidas mas se manifestam espontaneamente, na dimensão cotidiana. O Bexiga cotidiano não é o mesmo que está no imaginário nacional, não se excluem, mas compõem um arranjo complexo

A disputa entre os diversos grupos que compõem o Bexiga pela construção das imagens e memórias associadas ao local fazem parte de um amplo campo de forças político. O Bixiga italiano de Walter Taverna e Armandinho disputa com outras representações e realidades: o Bexiga negro, o Bexiga nordestino, dos boêmios, dos teatros, das lutas políticas, etc. Uma composição de camadas complexa e plural. Em todas essas camadas, e no seus múltiplos sentidos, o Bexiga nordestino é associado à decadência e degradação, o que leva ao fato de que em quase todas as políticas de memória e requalificação eles se-

jam os personagens ocultos, ignorados e apagados. Em contrapartida os italianos são, recorrentemente, ligados à origem apogeu do bairro, configurando suas qualidades e distinções, que configuram os eixos centrais das memórias e políticas sobre ele produzidas e implementadas. (LANNA; MARRETI, 2019, p.262).

Como também coloca Lucena (1984), o Bexiga é um conjunto complexo de fragmentos de “coisas populares”. (1984, p. 77). Nesse sentido e como se pôde ver nesta **Dissertação, as manifestações culturais sempre estiveram presentes no bairro**

As festas religiosas e outras tradições constituem-se em importantes registros culturais para a população local que luta pela sobrevivência verdadeira em meio a manifestações culturais contemporâneas com seus hábitos teatralizados e disseminados pelos veículos de comunicação. (GONÇALVES, 2016, p. 279).

A seu caráter cultural também se associa a vida boêmia. Segundo Gonçalves (2016), foi entre os anos 1940 e 1950 que a região começou a se destacar na vida noturna paulistana, com a presença das cantinas e das casas de espetáculo e companhias de teatro. Com isso e ao longo dos anos, a área passou a ser reduto de artistas, recebendo ações artísticas e culturais e criando uma rede vasta e diversa de profissionais composta por

companhias de teatros, blocos carnavalescos, rodas e escolas de samba, grupos de choro, de pagode, de viola, grupos de dança, de circo e de capoeira, rodas de leitura, narradores, chargistas, desenhistas, pintores, gravuristas, instrumentistas e tantos outros, ora investindo em suas pesquisas técnicas, formais e temáticas, ora mobilizando a sua arte em trabalhos lúdicos, educativos ou políticos, ora articulando estilos e gêneros artísticos diversos, ora contribuindo para embaralhar os lugares das artes, dos ofícios e dos saberes em suas obras, práticas e experiências (CORREIA DE LIRA, J. In: HIKIJI, Rose S. G.; SILVA, Adriana de Oliveira (orgs.), 2014, p. 12 apud GONÇALVES, 2016, p. 75).

Nos dias atuais, como também coloca a autora, a vida noturna continua girando em torno da gastronomia e dos teatros, atraindo diversos visitantes. No entanto, uma “pequena porcentagem da população residente local tem acesso a estes equipamentos e os veem com ressentimento porque contribuem para o encolhimento das práticas sociais e diversões costumeiras, que ensejam a perda de valores e significados”. (GONÇALVES, 2016, p.121)

Esse fato também é reforçado por outros autores. Marzola (1979) revela que poucos habitantes do bairro tinham acesso às cantinas, restaurantes, teatros, já que estavam “acima de suas posses” (1979, p. 116). Scarlato (1988) expõe também essas contradições presentes no Bexiga ao revelar que quanto “mais cresceu a ‘indústria do lazer’ mais a sua população viu-se privada de ingressar nesse mercado” (1988, p.127).

As práticas de abrangência metropolitana se afastam daquelas locais. Nesse sentido e considerando a variedade de ações culturais e sociais que ocorrem na região, Gonçalves (2016) propõe em sua Dissertação uma classificação das ações culturais, promovidas tanto pelo setor público como também pela sociedade civil, em relação a sua escala e abrangência

ações culturais locais (que dependem das características do bairro),
ações culturais que independem das características do bairro e ações
culturais mistas, que associam características locais, com outras que
as excedem. (GONÇALVES, 2016, p. 280).

Segundo a autora, essas ações culturais que excedem as características do bairro abrangem os teatros e companhias de dança, assim como alguns eventos de escala municipal e metropolitana. Já as ações culturais locais, como as da Associação Novolhar, da Rede Social Bela Vista e do Espaço de Convivência para Adultos Bela Vista, exprimem resistência diante dos problemas sociais da região

precariedade da moradia, habitações encortiçadas, ocupação debaixo de viadutos por população desamparada, visando atender, através da educação e da arte, os moradores locais em situação de vulnerabilidade social em escala evidentemente maior que as ações locais. (GONÇALVES, 2016, p. 281).

A região do Bexiga é desigual: enquanto alguns de seus locais recebem as atenções e compõem roteiros turísticos da cidade, outros possuem abrangência local e não são conhecidos para quem é de fora.

Mas mais que isso. Como visto na primeira parte deste Capítulo, o Bexiga está em uma área bem infra estruturada, com uma série de equipamentos de cultura, educação e saúde, no entanto, há uma assimetria em relação ao acesso não só aos equipamentos culturais, mas também a toda essa infraestrutura. Como aponta Terra (2021)

a percepção é a de que essa organização não supre as demandas existentes ali. Alguns moradores, refletindo sobre os motivos disso,

apontaram o adensamento, sendo numerosa a população pobre, exatamente a que depende mais dos órgãos públicos para fins de saúde, educação, trabalho e lazer. (2021, p.68).

É nesse contexto, marcado pela diversidade, mas também por assimetrias, que a Rua Maria José está inserida. Esta rua, e as vivências que nela acontecem, pode ser um exemplo de um Bexiga cotidiano, opaco, que se mantém em meio a diferentes experiências e situações desiguais. Evidenciar o quanto os espaços opacos podem ensinar é um dos objetivos desta Dissertação. ■

2. RUA MARIA JOSÉ: uma rua do cotidiano

É e pode crer
A vida nos ensina
cê tem que aprender a correr
pra não cair
equilibrar
acreditar
a rua me mostrou
que liberdade
não podemos só sonhar
[...]
vamo conversar
desenrolar
mais tarde tem samba, vai colar?
são anos de correria
Bela Vista
é muita história pra contar

As crianças correndo
gente pra lá e pra cá
larguinho lotado
time da maria vai jogar
Nescau trouxe os equipa
Normando fortaleceu
nem mic eu tinha
O Kleber que me deu

E eu cantei.

Como cantei
Pisei na calçada
Beat alto
Arrepiei
E eu cantei

Maria e outras histórias, por Guidão

O que está acontecendo na rua para além do que a História e a leitura de planos e mapas contam? Com uma perspectiva distinta da apresentada anteriormente, este capítulo dedica-se a apresentar as vivências da Maria José, por meio das leituras das apropriações e práticas cotidianas dessa rua.

A rua que interessa expor aqui está relacionada à dimensão do vivido, com base não só nas percepções da pesquisadora, como também nas observações das regularidades, dos comportamentos dos variados grupos sociais e suas diversas formas de apropriação da Rua Maria José. Propõe-se, portanto, interpretar, para além de sua materialidade, a “Experiência da Rua” (MAGNANI, 2003) nos diferentes momentos de observação (dia, noite, dias de semana, finais de semana e feriados) e as conseqüentes mudanças que ocorrem na dinâmica desse espaço.

A partir dessas leituras, propõe-se a reflexão acerca de conceitos comumente utilizados quando se trata de ruas brasileiras. Há uma bibliografia extensa que trata do assunto. No entanto, serão abordadas, principalmente, quatro referências de autores brasileiros cujas ideias sobre as ruas se aproximam das questões que se pretende desenvolver: Santos e Vogel (1981), DaMatta (1997)⁰¹, Magnani (2003) e Simas (2019).

Antes de apresentar as leituras da rua Maria José e as conseqüentes reflexões acerca de ruas brasileiras, serão expostas algumas considerações sobre a dimensão cotidiana, por meio do desenvolvimento de ideias e conceitos que se relacionam ao estudo do objeto desta pesquisa.

01 Para esta Dissertação, foi consultada a 5ed. do livro “A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil”, publicada em 1997. No entanto, sua primeira edição data de 1985.

2.1 A dimensão do cotidiano

“Todos a vivem, sem nenhuma exceção”.
(HELLER, 2000, p.17) [sobre a vida cotidiana]

O “cotidiano”, inicialmente, denota “repetição”. Como aponta Nóbrega (2017), pode apresentar-se como “a burocratização da vida do homem comum, com ele emerge um roteiro, um programa que imobiliza e neutraliza a capacidade de reprodução como espontaneidade”. (2017, p. 30).

No entanto, ainda que obedeça a um ritmo alienante, da ação sem reflexão, o cotidiano abriga em si possibilidades “de descobrir coisas, de desvendar ações, de registrar movimentos, trajetórias, tendências, fluxo, movimento”. É nele que se revelam os dramas e enredos que nutrem a vida social. (NÓBREGA, 2017, p.35).

Também para Nóbrega (2017), há um caráter revolucionário no banal: “toda novidade do mundo se encontra diluída na ação banal, na repetição automática dos gestos, das formas”. (2017, p.35).

O cotidiano, então, apresenta possibilidades para aqueles que estiverem dispostos a lê-lo e, assim, entendê-lo.

As discussões acerca do cotidiano intensificaram-se por volta da década de 1960 e 1970, em meio a uma série de acontecimentos que levaram aos protestos de maio de 1968 e a movimentos reivindicatórios pelo mundo.

Em um contexto de questionamentos quanto à realidade social e às formas de reação, ativa e passiva, da sociedade e dos indivíduos diante das forças hegemônicas, surgiram estudos que colocaram o cotidiano em pauta e discussão: Lefebvre⁰² (1991, 2002), Heller⁰³ (1994, 2000) e Certeau⁰⁴ (1998) foram consultados para esta pesquisa.

02 O autor dedicou mais de uma obra sobre o assunto, no entanto, para esta pesquisa, foram lidos os livros “Critique of everyday life – Vol. II”, cuja primeira publicação (francesa) se deu em 1961 e “A vida cotidiana no mundo moderno” publicado, inicialmente, em 1968, na França.

03 A autora também dedicou mais de um livro sobre o tema. Para a pesquisa foram consultados os livros “O Cotidiano e a História”, cuja primeira versão fora publicada em 1970, e “Sociología de la vida cotidiana”, publicado, pela primeira vez – na versão húngara – também em 1970.

04 A primeira edição francesa do livro “A invenção do cotidiano” foi publicada em 1980, resultado de pesquisa elaborada entre 1974 e 1978.

Embora apresentem diferentes elementos, há uma convergência em suas ideias: é no cotidiano que se encontram as possibilidades de transformação da sociedade e, por isso, estudá-lo é uma forma de dar visibilidade e refletir sobre os processos sociais, recolocando o foco na sociedade e nos indivíduos.

Para Lefebvre (1991), o cotidiano é a referência para conhecer a sociedade, já que representa o centro da produção das relações sociais. Segundo Santos (2019), ao criticar a história ordenada pela razão moderna ocidental e responsável por organizar a vida e regular as relações sociais, mas negligenciar os instintos, o corpo, as paixões e o cotidiano, Lefebvre passa a reconsiderar a dimensão do vivido e, portanto, a vida cotidiana.

Heller (2000) também coloca o foco no cotidiano ao afirmar que a “vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico”. (2000, p. 20).

Sendo assim, diante dessa potencialidade, pretende-se destacar alguns aspectos relacionados ao estudo da vida cotidiana que foram significativos para o desenvolvimento desta pesquisa, traçando relações entre os autores consultados. Para isso, também foram pesquisados outros autores contemporâneos que estudaram o tema ou assuntos correlacionados.

Iniciando por sua definição, segundo Heller (2000), a vida cotidiana é a vida de todo homem, do homem inteiro. No entanto, ainda que todos possuam uma vida cotidiana, seu conteúdo e estrutura não são idênticos para todas as pessoas⁰⁵, já que se modificam, por exemplo, com a idade e determinadas fases da vida⁰⁶.

Dentre as atividades cotidianas, para Heller (1994), encontram-se aquelas rotineiras, como comer, trabalhar, vestir-se, dormir, entre outras que são necessárias para reprodução humana. Tais atividades caracterizam-se pela espontaneidade que, segundo a autora, é a característica dominante da vida cotidiana. Isso porque

se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo [...] de cada uma de nossas formas de atividade, não poderíamos realizar nem sequer uma

05 Segundo Heller (1994), “todos precisam dormir, mas ninguém dorme nas mesmas circunstâncias e pelo mesmo período de tempo”, por exemplo. (1994, p. 19, tradução nossa).

06 Heller (1994) também evidencia que as catástrofes podem transformar radicalmente a vida cotidiana.

fração das atividades cotidianas imprescindíveis; e, assim, tornar-se-iam impossíveis a produção e a reprodução da vida da sociedade humana. (HELLER, 2000, p. 30).

Outro aspecto característico para a autora, trata-se de sua heterogeneidade diante da variedade de seu conteúdo. De acordo com Heller (2000), o cotidiano refere-se aos mais diversos campos da vida, já que “são partes orgânicas da vida cotidiana a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.” (2000, p. 18).

Por outro lado, conforme a autora, existem também as atividades não-cotidianas que se encontram no campo da ciência, das artes, da filosofia e caracterizam-se pela intencionalidade e pela relação consciente do indivíduo com as atividades dessa esfera. No entanto, é importante esclarecer que, conforme Heller (2000), não há uma divisão clara entre essas duas esferas, as ações não cotidianas “partem da vida cotidiana e a ela retornam”. (2000, p. 20).

Isso porque, para a autora, o “indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”. Enquanto “participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”, o homem também abriga o genérico, “mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares”. (HELLER, 2000, p.21).

Dessa forma, a vida cotidiana apresenta-se como um híbrido entre as questões relacionadas ao indivíduo (“Eu”) e a sociedade (“Nós”, “Eles”), abrigando em si uma coexistência de particularidades e generalidades.

A vida cotidiana acontece num lugar e este lugar é um cotidiano compartilhado entre muitas realidades: a do trabalhador, a dos agentes econômicos, a dos produtores imobiliários, a da classe média, aos abastados e a uma parcela de indivíduos subalternizados – pobres, mulheres, velhos, etc. Cada um destes e tantos outros que vivem o cotidiano da cidade (o lugar) sob suas particularidades, cada um, enquanto grupo e enquanto sujeitos sociais, revela os seus dramas, os seus conflitos, os seus constrangimentos e as suas impossibilidades. (NÓBREGA, 2017, p.43).

Na citação exposta, Nóbrega (2017) apresenta uma camada de análise – o “cotidiano da cidade” – que interessa a esta pesquisa. É no “espaço” (SANTOS, 1996) que se dá a vida cotidiana.

Nesse sentido, Heller (1994) denomina “espaço cotidiano” aquele que se dá o contato cotidiano, tendo como característica o antropocentrismo: “em seu centro está sempre um homem que vive sua vida cotidiana”. (1994, p. 382, tradução nossa).

No plano dos acontecimentos, portanto, o espaço abriga a vida cotidiana. Diante da definição de Santos (1996) adotada nesta pesquisa, depreende-se que não há disjunção entre tempo e espaço, já que a dimensão temporal está inserida na espacial.

O entendimento de Certeau (1998) também se aproxima do exposto, já que para o autor, o “espaço” existe quando se considera a variável “tempo”. Para ele, “a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. (1998, p. 202).

No contexto atual de imediatismos, onde tudo se transforma tão rápido e constantemente, entender a dimensão temporal da vida cotidiana requer analisar a organização normatizada e segmentada da vida (mas não só).

Quanto a essa organização, Lefebvre (1991) aponta

Cada um deles [fragmentos da vida cotidiana] pressupõe uma soma de organizações e de instituições. Cada um deles – o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres – é explorado de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semiplanificada) dos lazeres. (1991, p. 67).

Como reforça Lefebvre (2002), a reprodução ampliada do capital impõe um ritmo e um tempo aos indivíduos (“tempo linear”) imposto, disciplinado, artificial, controlado pelos ponteiros do relógio e alinhados à capacidade produtiva que não coincide com o tempo da natureza (“tempo cíclico”).

Ainda sobre questões relacionadas a “tempo” e “espaço”, DaMatta (1997), na apresentação do seu livro, também expõe que não é possível falar de espaço, sem falar de tempo. Para o autor, ambos os termos são invenções sociais

somente no sistema ocidental anglo-saxão, onde o capitalismo passou a ser o sistema econômico dominante com todas as consequências que estamos lentamente descobrindo com mais profundidade, que tempo e espaço se apresentam de modo mais individualizado, “desembebedos” do sistema de ação social e encapsulados num sistema homogêneo e hegemônico de duração, de medida e até mesmo de percepção e relacionamento. (DAMATTA, 1997, p. 23).

É curioso notar que, conforme aponta Heller (1994), na vida cotidiana as distâncias são comunicadas com definições temporais: as pessoas costumam informar o tempo que demora para chegar até determinado local, ao invés de expor a sua quilometragem. Usa-se mais relógios do que trenas.

Acontece que não há uma medida homogênea e única que consiga contemplar certas variáveis e a complexidade das ações sociais. Um exemplo disso seria os dias da semana. Como DaMatta (1997) expõe, no caso do Brasil, esses dias são determinados por perspectivas diferentes e complementares de tempo: sábados e domingos “são tempos mais internos, da casa e da família”, enquanto os outros dias “são vividos como tempos externos, marcados pelo trabalho”. (1997, p. 24).

Outro exemplo, ainda mais contrastante, seria a discrepância dos tempos das rotinas diárias e das situações extraordinárias, mas socialmente programadas, como as festas, cerimônias e solenidades. Nessas situações a ideia de tempo se altera

o tempo ordinário e rotineiro é medido por meio de dias, horas e minutos - a precisão destas unidades sendo mais do que suficiente para a convivência do dia-a-dia na maioria das profissões e rotinas -, num espetáculo esportivo são apenas os segundos que podem contar como unidades absolutamente determinantes para o desenrolar e o resultado do cerimonial. Vejam o que ocorre numa corrida de cem metros rasos... Do mesmo modo, num filme ou numa peça de teatro, as unidades de medidas são emocionais. O tempo medido e quantificado é substituído por uma **duração vivida e concebida como emocional**. Não se fala mais em horas ou minutos, mas naquele momento que as lágrimas produziram o silêncio e os suspiros mediram a grande cena final... Já nos grandes festivais populares, os dias é que podem ser as unidades de duração mais significativas... (DAMATTA, 1997, p. 26, negrito nosso).

Também para DaMatta (1997), essa sensação de diferentes durações do tempo em festas se dá pelo fato de que

as rotinas, os espaços específicos estão socialmente equacionados a atividades específicas. Não dormimos na rua, não fazemos amor nas varandas, não comemos com comensais desconhecidos, não ficamos nus em público, não rezamos fora das igrejas etc. Os exemplos, conforme sabe o leitor, são legião. Ora, a festa promove precisamente os deslocamentos destas atividades dos seus, digamos, “espaços normais”. Isso, então, permite a sensação de um tempo louco, nota-

velmente lento ou, como ocorre com o nosso carnaval, uma temporalidade acelerada, vibrante e invertida. (DAMATTA, 1997, p. 28 e 29).

Essa ideia já era explicitada por Heller (1994) que, com a explicação da “experiência interior temporal”, vai apresentar o “tempo vivido”. Para a autora, essa experiência, aspecto importante e peculiar da vida cotidiana, é imensurável e não tem nenhuma relação com a quantidade de tempo medido por meio de uma convenção social, já que é subjetiva – cada um tem um “tempo vivido” diferente.

Heller (1994) também destaca o papel da memória nessa experiência temporal, que também não se pode medir. Nesse sentido, segundo a autora, Proust relatava a possibilidade de reviver a vida inteira em um breve instante da memória.

Sendo assim, embora o “tempo linear” imponha um ritmo sobre a vida cotidiana, marcado pela experiência superficial e fragmentada, a dimensão do vivido o tensiona.

No entanto, é com a experiência do “evento” (SANTOS, 1996)⁰⁷, da situação não programada, que o cotidiano revela suas possibilidades.

Também segundo Santos (1996), “os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo, onde estão, novas características”. É importante salientar sua irreversibilidade⁰⁸, já que os eventos não se repetem e “Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história”. (1996, p. 116).

Ainda que existam diversos termos, salienta-se que o evento acontece aqui e agora, enquanto vivido, no “Presente” (SANTOS, 1996), evidenciando, assim, a necessidade de estar no campo, presente, para apreendê-lo.

Sobre essa necessidade do contato com o campo, é importante destacar que a vida cotidiana, mais do que um caminho aleatório e banal, é considerada, segundo Nóbrega (2017), a conexão possível com o mundo real e concreto.

07 Sobre esse termo, vale destacar aqui certas considerações feitas por Santos (1996): aquilo que ele denomina “evento”, Lefebvre chama de “momento” e Bachelard de “instante”. Para Russel, “um evento resulta de uma série de instantes”. (SANTOS, 1996, p.114).

08 Heller (2000) também destaca a irreversibilidade do que ela vai denominar “acontecimentos”.

Por isso, estar no campo é a forma de ter contato com suas apropriações, e seus significados, manifestadas na vida cotidiana

O corpo é a primeira chave de compreensão e de apropriação do espaço, a vida cotidiana é vivida pela apropriação através do corpo, mas o corpo não entendido como peso material e físico, mas como centro de controle dos sentidos e das sensações; entendido como capacidade sensorial responsável por ajudar as pessoas a se conectarem com a cidade e com as questões postas. É o corpo que nos possibilita o acesso ao mundo. O corpo, em análise relacional, aparece como um elemento espacial, ao mesmo tempo em que fisicamente separado, o corpo e a corporeidade que ele evoca, acionam os elementos do espaço, possibilitam a conexão do indivíduo com o lugar, da sociedade com o espaço; o corpo é extensão da vontade; é meio para experimentar o mundo. Como tal, o corpo é parte constitutiva e fundamental para a formação da prática sócio-espacial (NÓBREGA, 2017, p. 44).

Essas práticas (gestos, escolhas, falas, hábitos) foram o campo de estudo de Michel de Certeau na década de 1970. Para Certeau (1998), é possível identificar indicadores de criatividade nessas apropriações, já que podem extrapolar as limitações que as determinações do objeto estabelecem para seu uso.

Para além dos saberes cotidianos descritos por Heller (1994)⁰⁹, Certeau (1998), em seu trabalho, revela a capacidade de invenção daqueles que vivenciam o cotidiano em subverter a lógica dominante. Segundo o autor, mesmo no consumo de bens materiais, pode-se verificar apropriações e ressignificações pelos consumidores que não eram esperadas.

Ao confiar na inventividade do “mais fraco”, Certeau (1998) vai analisar as “maneiras de fazer” manifestadas nas práticas cotidianas e quais “procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”. (1998, p. 41).

Ainda que essas situações possam ser entendidas como “resistências”, Certeau (1998) apresenta-as na perspectiva da “invenção”. Em uma entrevista concedida ao site da UOL¹⁰, em 2021, o historiador Luiz Antonio Simas revela

09 Para Heller (1994), os saberes cotidianos consistem em todos os conhecimentos que todos os indivíduos devem interiorizar para poder existir.

10 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/07/04/historiador-luiz-antonio-simas-e-preciso-fazer-o-brasil-dar-errado.htm>. Acesso em: 09/01/2022.

que não é “adepto da palavra resistência, assim isolada, porque resistir é você se colocar na posição de ser pautado pelo outro [...] a resistência deve ser acompanhada da palavra invenção. Nós temos que inventar a vida também”.

Acredita-se, portanto, que a leitura e reconhecimento dessas invenções manifestadas, por meio das apropriações, na vida cotidiana e apreendidas no campo de estudo podem indicar um caminho para se pensar as cidades.

2.2 Uma investigação do cotidiano

Conforme exposto, o cotidiano só pode ser apreendido e estudado na experiência vivida. Nesse sentido, para compreender a complexidade de elementos da vida cotidiana, faz-se necessária a proximidade com o campo de estudo.

Como aponta Nóbrega (2017), um exame detalhado da vida cotidiana pressupõe entender os sentidos da apropriação coletiva.

Em relação a isso, Nishikawa (1984) entende que as apropriações revelam as necessidades de reestruturações físicas, de modo a permitir flexibilidade no uso do espaço. Ainda que as possibilidades de uso estejam indicadas no projeto e em sua execução, são aqueles que o usam que determinam a função do local. Encontra-se nas apropriações criatividade e capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas, além do fornecimento de subsídios que contribuam para futuras intervenções.

Sendo assim, com o objetivo de observar as diferentes formas de apropriação da rua, foram realizadas incursões a campo em diferentes dias da semana e horários, a partir do segundo semestre de 2019 até o primeiro semestre de 2022.

Em relação à metodologia adotada, as formas de aproximação do campo foram influenciadas pela abordagem, de cunho etnográfico, que Magnani (2002) denomina de “perto e de dentro”¹¹.

No entanto, quanto a isso, algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas, refere-se ao fato de esta pesquisa estar inserida na disciplina da arquitetura e do urbanismo¹². O objetivo dessa pesquisa é, portanto, estudar o espaço, ou seja, a relação das pessoas com a materialidade.

Além disso, embora haja, atualmente, uma tendência de utilização da etnografia como metodologia, Uriarte (2012) esclarece que ela não é apenas uma prática de pesquisa, já que “o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo

¹¹ Conforme Magnani (2002) tal abordagem difere de outras pesquisas que também se apresentam como etnográficas, já que se refere, especificamente, a questões da cidade e da contemporaneidade.

¹² Ainda que tenha existido uma aproximação com a antropologia e a metodologia etnográfica, em 2018, por meio do curso de extensão denominado “Etnografias Urbanas” e organizado pelo departamento de antropologia da FFLCH-USP.

pela teoria”. (2012, p.1). Magnani (2002) também ressalta que a etnografia tem que ser entendida como um modo de acercamento e apreensão e não pode ser reduzida a uma técnica, já que conforme as circunstâncias da pesquisa os procedimentos podem variar.

Nesse sentido, salienta-se que não fora realizado o método da etnografia neste trabalho, mas algumas ferramentas e estratégias da pesquisa etnográfica, expostas por Magnani (2002, 2003) e Uriarte (2012), foram introduzidas na pesquisa de campo, pois se entende que a antropologia pode fornecer muitas contribuições para o estudo da cidade.

Um dos principais pontos refere-se ao interesse pelo Outro. Conforme destaca Uriarte (2012), a pesquisa de campo antropológica baseia-se em estabelecer relações com as pessoas. É importante esclarecer que essas relações consistem em uma troca, que pode acontecer por meio do diálogo entre o pesquisador e a pessoa que vivencia o local.

Sobre o aspecto da alteridade, para os antropólogos, conforme aponta Magnani (2002), é necessário um comportamento de estranhamento e/ou exterioridade por parte do investigador em relação ao campo de estudo. Para o autor, também é primordial a definição de um recorte preciso, mas outros recortes mais amplos também devem ser analisados, já que um “olhar distanciado” é imprescindível para ampliar a pesquisa e complementar a “perspectiva de perto e de dentro”.

Santos e Vogel (1981) também falam sobre isso quando definem o “estranho”

Está perto e longe ao mesmo tempo. Próximo no espaço físico, uma considerável distância social nos separa dele. Não pertence ao lugar, mas pode vir a pertencer-lhe. Suas marcas são a mobilidade e a objetividade. Pela primeira se distingue de todos os que têm raízes, pois não está atado ao grupo pelo solo do parentesco ou pelas demais formas da intimidade que prendem um homem a um lugar ou a um ambiente social. Graças a segunda marca pode ser visto (e pode ver) sem os envoltórios criados pela intimidade. Não arrasta consigo o lastro de uma história. (1981, p.90).

As formas de abordagem na pesquisa de campo, segundo Magnani (2003), podem variar entre “a observação direta de comportamentos, a observação participante (quando há um maior envolvimento no cotidiano), coleta de depoimentos, de histórias de vida, narrativas orais, termos de parentesco”. (2003, p. 5).



354

352

Imagem 27 | Em frente a uma pensão da Rua Maria José. Fonte: Foto da autora, 2021.

Além da formação teórica e após o trabalho de campo, a pesquisa etnográfica tem o momento da escrita. Uriarte (2012) destaca o grau de dificuldade dessa etapa tendo em vista a diferença entre a vivência (no caso, a vivência do Outro, observada pelo pesquisador) e a escrita.

Como apontou Certeau (1998) quando se referia a narrar as práticas, as “histórias vividas são diferentes daquelas narradas”. (1998, p.153). Isso acontece sobretudo porque o texto escrito exige o mínimo de linearidade que não é compatível com a dimensão da vivência.

Além disso, deve-se levar em conta que, por referir-se à vivência do Outro, os relatos de campo possuem um grau de interpretação da pesquisadora.

Sendo assim, após definição do recorte preciso – a rua Maria José – e concomitantemente a pesquisas não só sobre a rua, mas também acerca da região em que ela está inserida – o Bexiga – iniciou-se, em novembro de 2019, a etapa de pesquisa de campo.

Para o exercício, foram escolhidos os instrumentos de observação direta e coleta de depoimentos informais. Os registros das informações foram feitos por meio de anotações em um caderno de campo e fotografias tiradas pelo celular. Por vezes, optou-se por não utilizar nenhuma ferramenta, para garantir maior aproximação com o campo e as pessoas. Nessas observações, procurou-se, primordialmente, estar disponível e aberta às situações que o campo poderia apresentar. Também se buscou identificar e interpretar os diferentes grupos sociais e suas relações com a rua, por meio das diversas apropriações manifestadas. Entende-se que a rua, e sua materialidade, é parte constitutiva dessas práticas.

Após cada incursão, foram elaborados relatos de campo, escritos em ordem cronológica dos acontecimentos, em que foram reunidas todas as percepções e conversas com vivenciadores¹³.

¹³ Como propõe Pereira (2006) em sua tese de doutorado, adota-se aqui o termo “vivenciador”, já que expressa a ideia de um agente participante no espaço.

2.2.1 Vivências da Rua Maria José

Tem uma turma que frequenta a rua em uma dimensão que não é a da vivência, é a dimensão do simulacro (...) Eu estou falando do coroa que joga um dominó na praça, daquele camarada que tem um açougue de rua e daquele sujeito que bate ponto no botequim às cinco da tarde pra tomar a cachaça dele. Essa práxis cotidiana da rua é uma vivência, não é um simulacro. A gente está tendo muito simulacro e pouca vivência. (SIMAS, 2020)¹⁴

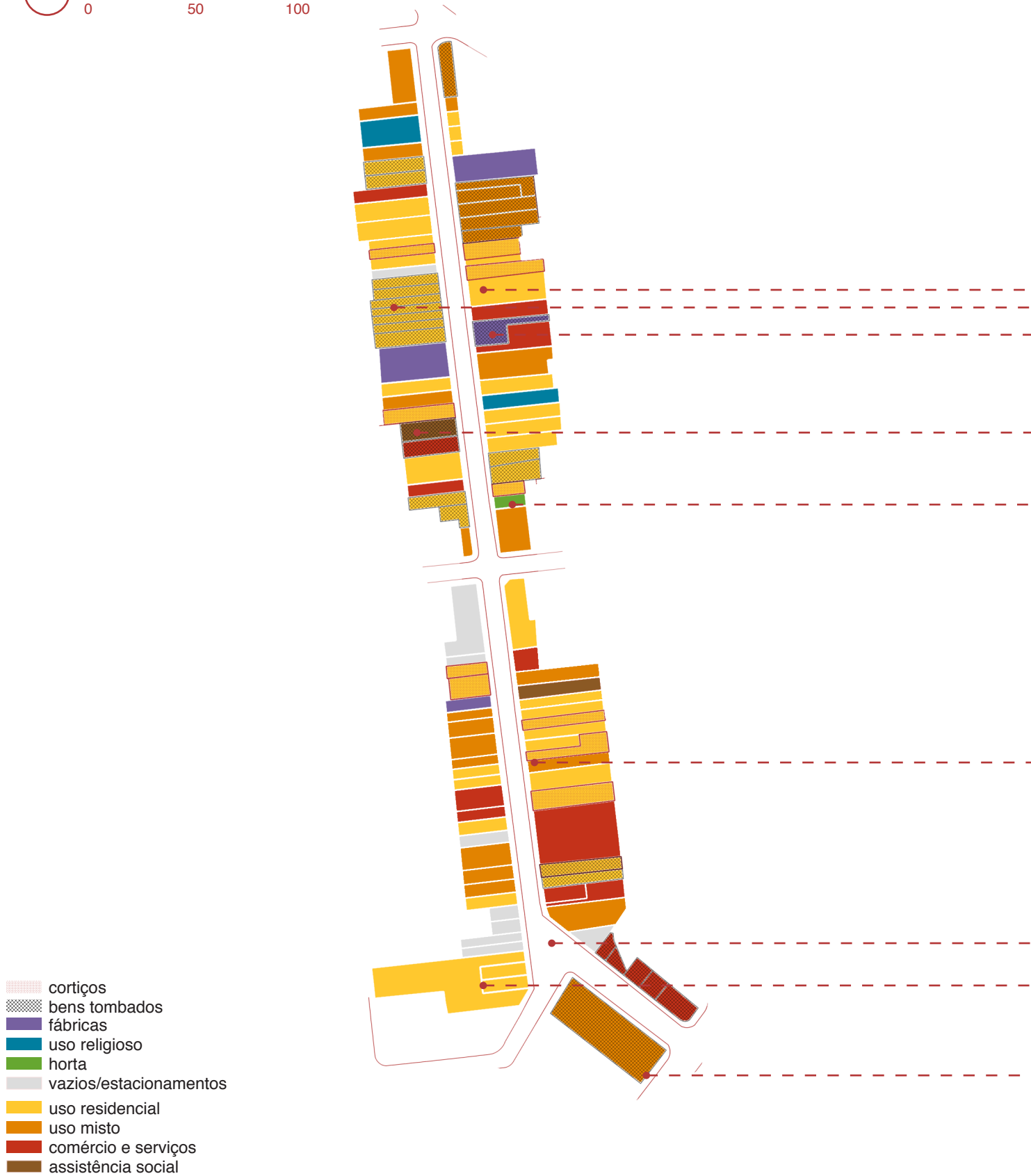
Diante do observado em campo e de consultas feitas sobre a rua, serão apontados a seguir, na primeira pessoa do singular¹⁵, alguns fragmentos de situações vivenciadas e observações feitas a partir disso. **Vale pontuar que, embora as situações descritas apresentem certa linearidade (própria da escrita), o objetivo não é nivelá-las ou reduzi-las à limitação dos relatos, mas expor e refletir acerca das possibilidades de apropriação (sobretudo as relacionadas às práticas de convívio) da Rua Maria José.**

Ainda que existam certos padrões e ações reproduzidos pelos vivenciadores da rua e ainda que a materialidade da Maria José se mantenha, cada campo se torna uma experiência única, com descobertas que reforçam a complexidade e heterogeneidade de elementos que formam a vida cotidiana.

¹⁴ Ritualizar a vida: entrevista concedida ao Ecoa/UOL. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/luiz-antonio-simas-prepara-livro-sobre-maracana-e-cre-na-festa-como-meio-de-reencantar-mundo-pos-covid-19/?fbclid=IwAR1KhfoSyp_u2hmgAamutkTb6DR_3p-36YegZppzPh-Vs0xq4c-FRR5awynQ. Acesso em 02/03/2021.

¹⁵ A escolha pelo uso da primeira pessoa se deu como forma de garantir maior proximidade e pessoalidade com os relatos de campo.

Imagem 28 | MAPEAMENTO DA MARIA JOSÉ



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do Geosampa, 2022
Fotos da autora; *Google Street View*, 2022

EDIFÍCIO RESIDENCIAL



SOBRADOS UNIFAMILIARES,
TOMBADOS



FÁBRICA TOMBADA



CCA



HORTA



PENSÃO, USO MISTO



LARGUINHO



NOVO EMPREENDIMENTO

EDIFÍCIO TOMBADO,
USO MISTO



Morar na rua Maria José

Ao observar o cotidiano da rua, não demorou muito para eu perceber uma tendência de apropriação daquele espaço muito relacionada às moradias.

As primeiras aproximações com o campo, em novembro de 2019, ocorreram por meio da caminhada. Andava, pelos 500 metros da Rua Maria José, observando as pessoas e suas variadas formas de se apropriar da rua. Depois de um tempo, fui conversando e me aproximando mais de alguns de seus vivenciadores. Para aqueles que me aproximava, sobretudo diante das conversas que introduzia (os diálogos giravam em torno de temas diversos, desde assuntos corriqueiros até assuntos relativos à rua), era evidente que não era daquele local. Notei que a aproximação era mais fácil aos finais de semana do que nos “dias úteis”, já que as pessoas estavam mais disponíveis e tinham mais tempo para conversas aos sábados, domingos e feriados.

Desde o início, um aspecto evidente, percebido em qualquer dia da semana, era seu uso misto. De segunda a sábado, é possível constatar uma série de comércios locais e serviços que convivem com as moradias. Aos domingos, o que chama mais atenção são alguns bares e a movimentação dessas residências.

Tratar da rua Maria José e das suas diferentes apropriações requer falar de moradia. Isso porque, embora existam esses estabelecimentos de comércio e serviços, a rua Maria José é uma rua essencialmente “do morar”. Na maioria dos lotes, conforme Imagem 28, há residências dos mais diversos tipos e grande parte das apropriações da rua relacionam-se aos seus moradores.



Imagem 29 | Alinhamento das edificações da Rua Maria José
Fonte: Elaborada pela autora a partir de imagem do Google Earth, 2022

Dessa forma, a questão da moradia é o primeiro ponto que gostaria de abordar. Desde que comecei as pesquisas de campo, já sabia da diversidade tanto tipológica como também sócio econômica das formas de morar na rua Maria José, que inclusive foram descritas no capítulo anterior, como uma característica do Bexiga.

Em relação à tipologia, ao caminhar pela rua, três fatos me chamaram mais atenção: sua horizontalidade (são poucas as edificações de alto gabarito e somente dois edifícios possuem mais de 10 andares), a quantidade de lotes por quadra (fachadas estreitas) e as construções no alinhamento da rua (poucos são os recuos frontais, quando existem, conforme Imagem 29).



Imagem 30 | Pensão de porta aberta: as portas abertas de algumas das pensões da Rua Maria José reforçam a interação entre as edificações e a rua
Fonte: Foto da autora, 2022

Sobre o último aspecto, é notável que as interações casa-rua intensificam-se por conta da ausência de recuos. Foram algumas as vezes em que, andando, pude ouvir as notícias veiculadas nas televisões das casas (aquelas em que as janelas situavam-se no térreo) e observar seu mobiliário, por exemplo.

Nas edificações em que há recuo frontal, é possível observar pessoas nesse espaço de transição entre a rua e a casa. Quando não há o recuo, observei alguns moradores sentados ou em cadeiras dispostas na calçada (Imagem 27), ou nas soleiras das residências. É muito comum também notar gente nas janelas observando o movimento. Em algumas idas a campo, durante o dia, verifiquei as portas abertas de alguns cortiços, reforçando a relação entre as edificações e a rua (Imagem 30).

Quanto à diversidade sócio econômica, é possível verificar desde habitações coletivas, como os cortiços ou pensões (muitos preferem a utilização deste último termo, devido ao preconceito e entendimento pejorativo relacionado ao primeiro), até residências unifamiliares. São os moradores das pensões, no entanto, aqueles que mais usam a rua.

As pensões e as calçadas: e a diluição entre privado e público

Era uma manhã de sábado ensolarada de outubro de 2021. Enquanto andava pela rua, observei uma senhora em frente a uma das pensões lavando a calçada. Após ser correspondida com um “bom dia” iniciamos uma longa conversa.

A moradora da pensão, logo foi me contando sobre sua vida: veio do Norte do país para São Paulo em busca de oportunidades de trabalho. Antes, residia em uma pensão próxima à escola de samba Vai-Vai e, há 5 anos, havia se mudado para a Rua Maria José. Explicou que o seu cômodo era o de frente para rua e que todos os cômodos da frente possuíam banheiro, já os de trás, compartilhavam. Segundo ela, a pensão em que morava anteriormente era uma bagunça, diferente do que acontece na Maria José: “conheço todo mundo - não por nome, porque é muita gente - mas todos se cumprimentam, não tem conflito, todos se respeitam, a música alta para às 11 horas da noite”, disse.

Não demorou muito e a senhora me convidou para entrar em sua casa. Um cômodo que, dividido por um armário, transformava-se em dois: quarto e cozinha. Também fez questão de mostrar seu banheiro, elemento que diferenciava sua casa das demais que se localizavam no mesmo lote. Do cômodo, a janela enquadrava a rua. Foi a única vez que entrei em uma pensão na Maria José (Imagem 31).



Imagem 31 | A rua vista de dentro da casa.

Fonte: Foto da autora, 2021

Lembrei que em uma incursão, em março de 2020, uma moradora de outra pensão da rua, já no início da conversa, perguntou se a escolha pela Maria José se deu pela quantidade de cortiços existentes nela.

De fato, grande parte das apropriações cotidianas da rua se deve pelos residentes das pensões e, por isso, o primeiro ponto a se destacar aqui trata da presença delas na rua e a consequente relação de seus residentes com a Maria José.

Conforme exposto no capítulo anterior, ao longo das duas quadras da rua Maria José estão registrados 11 (onze) cortiços (Imagem 28). No entanto, ao longo do trabalho de campo, percebi que há outros não mapeados.

Ainda que não seja o principal objeto de estudo, vale pontuar alguns aspectos sobre esses elementos. Nas conversas que tive e pesquisas que fiz, verifiquei que são muitos e particulares os motivos pelos quais as pessoas vão morar nas pensões. A oferta de equipamentos e oportunidades de emprego são alguns dos fatores que levam famílias de baixa renda a optar pelo aluguel de quartos na região central da cidade.

Como apontado no capítulo anterior, são variadas as formas de morar coletivamente nessas edificações. Há vagas para solteiros, famílias, cômodos com banheiro, outros compartilhados.

Ao considerar que, na Maria José, há cortiços de dimensões de casas assobradadas unifamiliares com ocupação de 42 pessoas (conforme levantamento feito no Geosampa¹⁶), é possível imaginar a falta de privacidade diante da sobreposição das atividades cotidianas (cozinhar, estudar, se alimentar, brincar) exercidas em cômodos compartilhados por tantos. Nesses casos, portanto, os limites entre privado e público ficam diluídos.

Dona Maria, moradora de uma pensão, em depoimento dado ao documentário “Maria e outras histórias” desenvolvido pelo Coletivo Cine Quebrada, publicado no *Youtube* em 2022¹⁷, revelou que a maioria das pessoas da rua mora em pensões. O lote em que ela mora conta com 13 quartos e 21 pessoas. Segundo a senhora, eles “não têm aquele espaço como quem mora em apartamento, que tem a área. Então, as pessoas se acumulam nas portas de casa, fazendo seu churrasquinho e interagindo uns com os outros”.

Guinho, também morador da rua, no mesmo documentário, assim como Dona Maria, relatou a relação da ausência de espaço livre dentro do lote com as práticas de convívio que ocorrem na Maria José. Segundo ele, quando criança, morava com seus 6 irmãos em uma pensão: “Imagina uma família dentro de um quarto de pensão? Ninguém fica [...] Eu era esses moleques da rua, que ficavam jogando bola na rua e batucando”, comentou. Esses relatos do cotidiano, portanto, indicam um movimento presente na rua Maria José.

¹⁶ Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 13/04/2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022.

Imagem 32 | Placas de aluguel na Rua Maria José: é possível verificar uma série de placas de aluguel dispostas ao longo da rua. Fonte: Fotos da autora, 2021



Grande parte das atividades de sociabilidade que seriam exercidas em casa são estendidas para as calçadas e se devem à existência das pensões. Ao observar a rua, notei que é na frente de algumas dessas pensões que se concentram algumas atividades. Pessoas conversando sentadas nas soleiras ou em cadeiras dispostas na calçada e crianças brincando são exemplos comuns de apropriações no fim do dia, à noite, e aos finais de semana. Embora haja um número menor de crianças brincando nas calçadas durante o período noturno, é possível verificar a existência desse tipo de apropriação, fortalecida pela boa iluminação pública da rua (há postes em toda sua extensão).

A calçada (Imagem 33) torna-se, assim, uma referência de local de sociabilidade para essas pessoas, uma extensão de suas casas. É nesse espaço que se estabelecem vínculos e criam-se algumas redes de apoio.



Imagem 33 | Apropriações das calçadas da Rua Maria José: as dimensões das calçadas da rua variam, de acordo com o trecho, entre 1,53m e 3,36m. Além disso, sua baixa declividade facilita esse tipo de apropriação.

Fonte: Foto da autora, 2022

“Cada vez é mais difícil morar no centro”

Essa fala do Guinho¹⁸, morador da rua, revela a situação em que muitos moradores se deparam. O aluguel de um quarto de pensão no centro varia em torno de R\$ 800,00 e R\$ 900,00 e, considerando que o valor do salário mínimo, em 2022, é de R\$ 1.212,00, fica evidente as dificuldades de se manter nessas áreas.

Segundo Dona Luzia¹⁹, também moradora da Rua Maria José, com seu salário, apenas é possível pagar o aluguel e para o restante das contas (de água, de luz e comida), ela conta com a ajuda dos filhos: “vai chegar uma hora que não vou conseguir pagar e aí vou ter que sair”, revelou.

Em relação a esse processo que envolve o mercado imobiliário, um outro aspecto que vale pontuar aqui, já que aparece nas falas de alguns dos moradores e impacta diretamente nas apropriações da rua, refere-se às edificações e às transformações que a região vem sofrendo.

Como apontado no capítulo anterior, a Rua Maria José conta com 27 edificações tombadas (Imagem 28). Embora sua materialidade (principalmente a volumetria) esteja preservada, os usos são diversos – pensões, residências unifamiliares, edificações de uso misto, pequenas fábricas, equipamento público, são alguns dos usos mapeados.

Além disso, é importante também lembrar que a área está grafada, na LPU-OS, como ZEIS 3 e 5, ou seja, para o zoneamento da cidade, as quadras que compõem a rua são compostas por imóveis subutilizados/deteriorados ou lotes vazios/subutilizados, onde há uma intenção em promover, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, empreendimentos de Habitação de Interesse Social - HIS (ZEIS 3) e, pela iniciativa privada, empreendimentos de Habitação de Mercado Popular (HMP) e de HIS (ZEIS 5).

Conforme exposto anteriormente e segundo Scarlato (1995), ainda que, na década de 1980, houvesse iniciativas isoladas de algumas construtoras, as leis de zoneamento e de preservação do patrimônio histórico e o tamanho e formato dos lotes dificultaram a incorporação de novos empreendimentos na região. Entendo que esse ainda pode ser um fator que contribui para manutenção da materialidade e horizontalidade da rua Maria José.

¹⁸ Depoimento dado ao documentário “Maria e outras histórias” desenvolvido pelo Coletivo Cine Quebrada, publicado no *Youtube* em 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022.

¹⁹ Idem.



Imagem 34 | Larguinho da Maria José e o empreendimento ZYZ Bela Vista sendo construído. Fonte: Foto da autora, 2022

No entanto, durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi lançado um novo empreendimento na rua, em um terreno em que antes funcionava um estacionamento²⁰, de 1.531,00 m², bem em frente ao Larguinho (área que será descrita adiante) e entrada pela rua Conselheiro Ramalho. Conforme anúncio²¹, o edifício, denominado ZYZ Bela Vista, tem previsão de entrega em maio de 2023 e contará com 150 apartamentos - compostos por unidades de 25m² a 53m², com 1 ou 2 dormitórios e distribuídos em seus 13 pavimentos (somados ao térreo e 2 subsolos). Contará também com área de lazer completa com churrasqueira, *petplace*, *playground*, espaço *fitness*, lavanderia, entre outras atividades que diferem de todas as outras edificações da rua.

²⁰ Nos mapas disponíveis no Geosampa (Sara Brasil, de 1930 e Vasp Cruzeiro, de 1954), é possível verificar que nessas datas existiam edificações no local. No entanto, a ortofoto de 2004 revela a existência desse estacionamento, pelo menos, a partir dessa data.

²¹ Disponível em: https://grupokallas.com.br/empreendimento/zyz-belavista/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=ads-search-zyzbelavista&gclid=Cj0KCQiAxoiQBhCRARIsAPsvo-xUcJa4qc9NRPO8qSsoaLhqWRI2hljdDMB_gMrnXL-cp6tcGqjZb5s0aApx-EALw_wcB. Acesso em 20/12/2021.

Essa novidade acabou gerando rumores quanto aos futuros moradores da rua e as consequentes transformações que o novo empreendimento causará. Sobre isso, Guinho²² afirmou que será um desafio já que os futuros vizinhos não conhecem a tradição e a história da rua. Assim como Guinho, um outro vivenciador da rua, em uma das conversas que tivemos, disse que eles deverão se adaptar às atividades que ali acontecem: “o futebol vai continuar acontecendo”. Guinho também afirmou que deseja que os novos moradores “venham para somar”, embora ainda tema as consequências dos jogos do mercado imobiliário: “expulsa nosso povo daqui, traz de quem é de fora”, revelou.

A vinda de um número grande de moradores acaba gerando uma ameaça sobretudo à relação de vizinhança tão bem estabelecida na rua.

Relação de vizinhança: a “sociabilidade de bairro”²³ no centro de São Paulo

Na Bela Vista, ainda hoje, é possível encontrar solidariedade entre os vizinhos – o habitante da casa ao lado não é um estranho, mas sim um amigo. É um tipo de relacionamento que, praticamente, não existe mais em cidades que atingiram o gigantismo de São Paulo, onde o ritmo de vida impõe uma impessoalidade nas relações humanas, onde o homem deixa de ser um ‘indivíduo’, para ser uma peça na engrenagem que move essa máquina complexa que é a cidade. (MARZOLA, 1979, p. 114 apud GONÇALVES, 2016, p.154).

A relação de vizinhança está presente em algumas ruas do bairro e é apontada por autores que estudaram o Bexiga. O “espírito de coletividade tão amplamente comentado pelo bairro” (GONÇALVES, 2016, p.78) já era descrito décadas antes por Marzola (1979).

²² Depoimento dado ao documentário “Maria e outras histórias” desenvolvido pelo Coletivo Cine Quebrada, publicado no *Youtube* em 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022.

²³ Magnani (2003) apresenta duas formas de sociabilidade: as “de bairro” e as “de centro”. Ainda que o autor utilize o Bexiga como exemplo de “sociabilidade no centro”, entende-se que há características também da descrita “sociabilidade de bairro” em algumas de suas áreas. Como visto no Capítulo anterior, na região do Bexiga, há vários “Bexigas”: O Bexiga turístico não é o mesmo daquele observado na Rua Maria José. Dessa forma, o que acontece na Rua Maria José aproxima-se, em certos limites, da descrição fornecida à “sociabilidade de bairro” pelo antropólogo. É nesse contexto, portanto, que o autor apresenta a categoria “pedaço” composta por dois elementos: o espaço físico (definidores de fronteiras) e a rede de relações. “Ser do pedaço” não significa somente residir no mesmo local, mas também ter laços de vizinhança, parentesco, participar de atividades comunitárias, esportivas, ou seja, pertencer a este local.

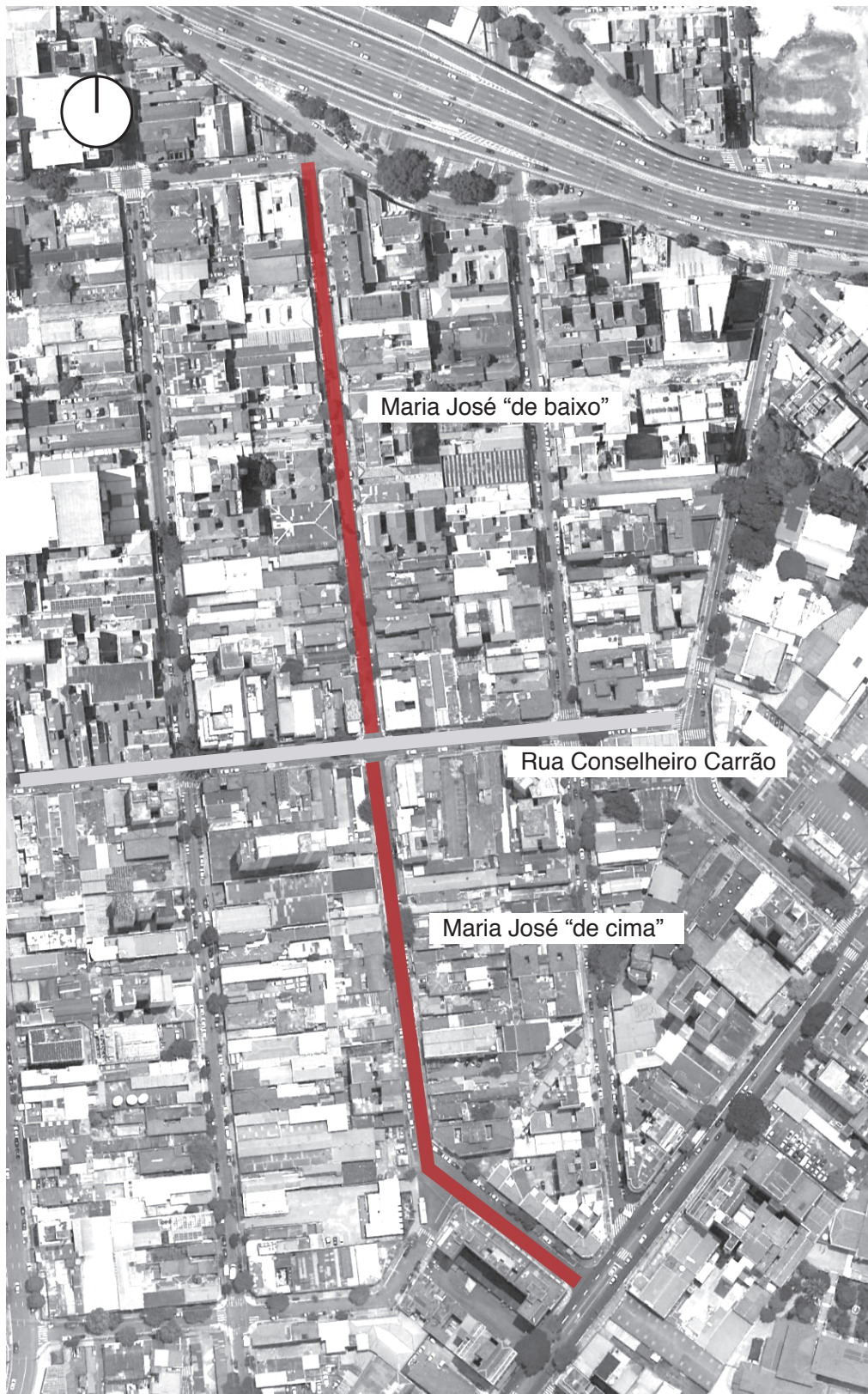


Imagem 35 | Setorização da Maria José
Fonte: Elaborada pela autora a partir de imagem do *Google Earth*, 2022

Não demorou muito para eu compreender que na Maria José não é diferente. As pessoas se reconhecem e, mais que isso, relacionam-se. Expressões como “A nossa amizade”, “Nos viram crescer”, “A nossa história”, “Todo mundo se conhece” foram comuns nas falas das conversas que tive ao longo da pesquisa.

Com o tempo, no entanto, fui percebendo que não eram apenas os moradores da rua que eram daquele “pedaço” (MAGNANI, 2003). Tem gente, por exemplo, que, mesmo morando em outro bairro, cresceu na rua, por conta de um familiar morador, e a frequenta aos finais de semana. Tem também aqueles que moram na rua, mas não participam das atividades comunitárias do local.

Outra situação não esperada no início da pesquisa foi entender que existe, para a maioria dos vivenciadores que conversei, uma separação da própria Maria José. Esse aspecto é reforçado pela fala do Bala²⁴, morador da rua: “Desce a Maria José pra cá é uma alegria, pra lá é uma tristeza, não tem um vizinho bom (...) isso aqui é nosso”.

De acordo com um vivenciador da rua, em um relato fornecido em uma das incursões realizadas em outubro de 2021, é diferente a relação das pessoas com a rua “na parte de cima e na parte de baixo”. Segundo ele, as pessoas da “parte de baixo” são mais “privadas” e “restritas” e, ainda que alguns residentes dessa área da rua participem das atividades, na “parte de cima” as pessoas são mais “comunitárias” (Imagem 35). Neste relato, também apresentou alguns aspectos morfológicos – é um local mais plano que conta com a vazão do largo – para explicar o motivo da concentração das atividades ocorrer nessa parte.

Em um campo também realizado em outubro de 2021, conversei com uma moradora de um sobrado localizado na “parte de baixo” da rua. Na conversa, ela me explicou que em sua casa morava apenas sua família e confirmou as diferenças socioeconômicas entre os moradores. Embora ela não participasse das atividades que ocorriam “na parte de cima” da rua, afirmou ser tranquila e respeitosa a convivência entre os vizinhos. Disse haver uma rede de comunicação e relatou um caso de assalto recente em que todos se mobilizaram para garantir a segurança do local.

No início, associei essa divisão da rua às diferenças socioeconômicas, mas depois percebi que em ambos os trechos coexistem pensões e residências de

²⁴ Depoimento dado ao documentário “Maria e outras histórias” desenvolvido pelo Coletivo Cine Quebrada, publicado no *Youtube* em 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022.

classe média. É possível atribuir a divisão ou à concentração dos botecos na “parte de cima” ou à existência do Larginho, mas não há um resultado conclusivo sobre isso.

O que posso inferir é que, pelos relatos dos vivenciadores da rua, os laços de vizinhança não estão necessariamente relacionados ao “espaço físico”, mas sim à rede de relações, às atividades comunitárias, que garantem a essas pessoas um sentimento de pertencimento a este local.

Quanto às atividades comunitárias, há um movimento de organização na rua que se iniciou em 2014 por um grupo de vivenciadores e culminou na implementação do Programa municipal Ruas de Lazer em 2019, que será tratado no próximo capítulo.

Esse grupo, além da organização do campeonato de futebol que acontece no larguinho, passou a realizar, por meio da arrecadação de recursos das pessoas do bairro, eventos na rua, como a festa do dia das crianças.

“Eu gosto daqui, as pessoas daqui são muito boas, [...] eu gosto de todo mundo e todo mundo gosta de mim, graças a Deus [...] e tem os meninos, os rapazinhos que moram aqui, que trabalham. Tudo que acontece na rua os meninos resolvem os problemas. Não posso dizer que são muitos”, disse Dona Inácia²⁵, rezadeira da rua, sobre esse movimento.

Com a maior parte das pessoas que conversei, há um entendimento de que a rua é comunitária. Cada um ajuda com o que tem, dentro dos seus limites. Essa ajuda acontece, inclusive, de pessoas que não participam das atividades. No entanto, tem também aqueles que não participam de nenhuma forma. Em geral, portanto, há um senso comunitário de grande parte dos moradores, é possível observar que as pessoas se auxiliam em momentos de necessidade e reconhecem suas responsabilidades mútuas.

É importante também salientar que os conflitos e divergências são inerentes ao espaço público de uso coletivo. Diante da coexistência de eventos, das diferentes formas de apropriação, por meio de diferentes grupos, com diferentes interesses que ocupam simultaneamente um mesmo local, é frequente que situações indesejadas ocorram.

Santos e Vogel (1981) apontam que a forma de resolver esses conflitos é a

²⁵ Em depoimento dado ao documentário “Maria e outras histórias” desenvolvido pelo Coletivo Cine Quebrada, publicado no *Youtube* em 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022.

prática permanente de negociação. Em muitos casos, para isso, é necessária a figura de um mediador, um negociador das relações: “alguém que harmoniza e concilia, mas no qual se reconhecem afiliações e lealdades muito bem marcados. Trata-se de um ator que tem um lugar social, uma identidade estabelecida em muitos domínios. Mediar é ter trânsito”. (SANTOS; VOGEL, 1981, p. 87).

Sobre isso, identifiquei que o grupo organizado desempenha esse papel na rua. Em uma conversa que tive com um morador e um dos membros do grupo, ele fez questão de enfatizar que há uma disciplina por parte deles, sobretudo nos eventos que acontecem na rua. Também observei que as pessoas reconhecem o trabalho desse grupo. Em outra conversa, uma moradora ao comentar sobre outro membro, revelou que ele era muito articulado e “fazia o papel social na rua”.



Imagem 36 | Trabalho na Rua Maria José
Fonte: Foto da autora, 2022

Trabalhar na rua Maria José

Como exposto, uma característica significativa da rua Maria José é seu uso misto. Embora tenha notado um grande número de locais subutilizados com placas de aluguel, observei que uma série de estabelecimentos – como pequenas vendas para abastecimento local, pizzarias, salões de cabeleireiro, restaurantes e lanchonetes, bares, salão do Reino das Testemunhas de Jeová, distribuidora de águas e bebidas, corretora de imóveis, fábrica de bolsa, oficina, estacionamento, escritório, centro espírita, Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) da PMSP, lojas de roupa, loja de *cannoli*, horta orgânica, lavanderia, costureira, serviço de transportadora e armazenamento de móveis, estúdio de pilates, entre outros tipos de comércio e serviços – convivem com as moradias, ora dividindo o mesmo lote (utilizando os térreos das edificações), ora ocupando exclusivamente um terreno.

Sem dúvidas, a quantidade e diversidade de estabelecimentos garantem um maior movimento na rua, sobretudo aos dias de semana. Sobre isso, notei que existe um revezamento das atividades, enquanto alguns locais só abrem durante o dia, outros (como as pizzarias e bares), em menor número, ficam abertos à noite. Ao longo da pesquisa, também observei o fechamento de alguns desses negócios, fato que pode estar relacionado à situação de pandemia²⁶.

Ainda que sejam privados, com exceção do CCA que é um equipamento público, muitos desses negócios, principalmente aqueles com seus térreos abertos para a rua, compõe também esse espaço público.

Muitas vezes, pude perceber que as pessoas que trabalham nesses locais ficam nas fachadas das edificações, às vezes sentadas nas soleiras, sociabilizando. Embora tenha tentado uma aproximação, não obtive êxito nas conversas. Notei que as pessoas sempre estavam mais reservadas e com pressa em responder. Acredito que isso se deve ao fato de estarem trabalhando.

Nas curtas conversas que tive, identifiquei que não há um padrão das pessoas que trabalham na rua, existem pessoas que moram na própria Maria José ou no bairro e outras que vêm de lugares distantes somente para trabalhar.

Com isso, percebi que a rua, diferente do que pensava, tem uma abrangência maior. Isso se evidenciou às sextas-feiras e explico o porquê.

As feiras livres: sexta é dia de feira

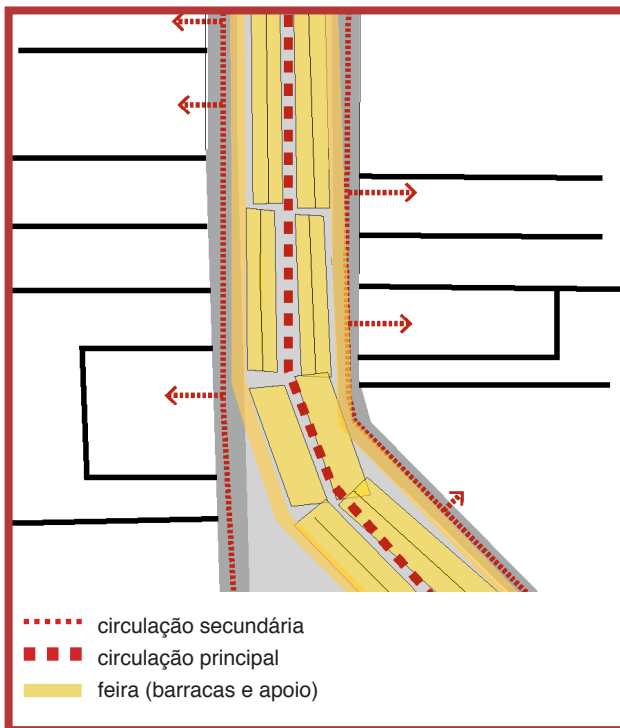
Sexta-feira, entrei na rua na altura do larguinho e me deparei com uma concentração de kombis e caminhões. Superada a barreira de veículos, cheguei na feira: uma rua diferente da que estava acostumada. Cheia de barracas; muitas cores; gritos de ofertas para ver quem atraía mais a freguesia; cheiro de peixe; pastel e caldo de cana; calçadas tomadas por caixas, frutas, legumes e verduras; temperos; flores; pessoas trabalhando, circulando, comprando, entrando em suas casas com sacolas, conversando, encontrando-se. Uma feira livre brasileira.

Como exposto no capítulo anterior, em 1915, a região passou a ser um dos primeiros bairros paulistanos a sediar uma feira livre para venda de alimentos. Atualmente, após mais de cem anos, o distrito da Bela Vista conta com 5 feiras, sendo uma delas, localizada na rua Maria José.

²⁶ No dia 16/03/2020, o prefeito da cidade de São Paulo declarou situação de emergência no Município e definiu outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, contexto que será abordado no próximo capítulo.



Imagem 37 | A feira da Rua Maria José em duas perspectivas: da rua e de dentro do comércio
 Fonte: Fotos da autora, 2021



Dessa forma, às sextas-feiras, faça chuva ou sol, das 7h30 às 13h00, um trecho desta rua, localizado entre a avenida Brigadeiro Luís Antônio e a rua Conselheiro Carrão adquire uma dinâmica diferente dos outros dias da semana: barracas são instaladas no leito carroçável e o meio da via vira a principal área de circulação de pedestres. As calçadas, por sua vez, acabam servindo de apoio aos feirantes, de circulação secundária e acesso às moradias e aos comércios locais (Imagem 38).

As feiras, portanto, garantem a redefinição de alguns espaços da rua, sendo também exemplos de fluidez entre os domínios de público e privado.

Imagem 38 | Esquema circulação da feira livre.
 Fonte: Elaborada pela autora, 2021

O que notei é que esse tipo de uso também potencializa as construções de sociabilidade. Nas feiras, além das atividades econômicas de venda e compra de mercadorias, são várias as possibilidades de encontros entre as pessoas que a frequentam. O que é trabalho para alguns, acaba sendo entendido como lazer para outros e quem já vivenciou uma feira livre paulistana sabe: a barraca do pastel é um ponto de encontro. Para algumas pessoas, além da compra de alimentos e abastecimento, o “ir à feira” implica em encontrar amigos e conhecidos.

Um ponto que merece destaque e que também potencializa as relações sociais estabelecidas por meio da feira livre refere-se ao seu tempo de existência. Como também exposto no capítulo anterior, Grüspun (1979), em suas memórias do Bexiga dos anos 1930, já revelava que as frutas só eram encontradas na feira que acontecia, às sextas-feiras, na Rua Maria José. Em quase cem anos, imagino a quantidade de histórias e relações criadas com essa rua a partir desse tipo de apropriação.

Para a maioria dos feirantes que conversei, a relação com a rua é de trabalho. Um deles revelou, inclusive, que embora cada dia da semana esteja em uma rua diferente do município, “toda feira é igual”. Quando perguntei se havia algo diferente nessa feira, a senhora da barraca de pastel disse que, devido ao seu tamanho, a concorrência é grande se comparada às outras feiras que trabalha.

Imagem 39 | A calçada em dia de feira livre da Maria José
Fonte: Foto da autora, 2021



Uma senhora, moradora da Zona Norte, fez questão de dizer que há 53 anos, desde os 13 anos de idade, vende flores na rua Maria José (Imagem 40). Para ela, o que difere esta rua das outras feiras é o seu movimento. No entanto, para além disso, percebi que ela se relaciona com as pessoas que frequentam a feira. Muitas delas, ainda que não comprem seus produtos, param em sua barraca para conversar.

Para os moradores da rua que dialoguei, a relação com a feira varia. Em uma das conversas que tive, uma moradora de um dos prédios da rua, disse que se mudasse dali, sentiria falta dessa atividade às sextas-feiras.

Conheci uma moradora que vive em uma casa de frente para a feira desde criança. Em uma sexta, enquanto esperava do lado de fora de sua casa o marido para sair para trabalhar, iniciamos uma conversa sobre a rua e a feira. Ela revelou um fato curioso que demonstra que essa atividade pode conflitar com a privacidade e interferir na vida cotidiana de alguns dos moradores. Em seu caso, devido à sua alergia aos frutos do mar, a barraca de peixe que ficava bem em frente a sua casa lhe gerou um mal estar por muito tempo. Após a mudança da barraca, a feira tornou-se “indiferente”, fazendo parte de seu cotidiano.

Notei que a relação com o comércio também varia. Para aqueles que servem refeições, a feira é bem-vinda, porque aumenta a frequência do local, já para o senhor que trabalha em uma pequena venda de produtos alimentícios, a feira é ruim porque aumenta a concorrência e a frequência diminui. Para outros estabelecimentos, nada muda.

Esperava também ouvir reclamações quanto à circulação, mas isso não apareceu em nenhuma das falas.

Vale destacar que a feira livre coloca a Maria José em um outro lugar. Ela passa a ser referência: pessoas não só de ruas próximas, mas também de pontos mais distantes, passam a frequentar a rua, por conta da feira. Mais do que isso, 686²⁷ feirantes vêm de diversas regiões do município (e até de outras cidades vizinhas) trabalhar na rua Maria José. A abrangência desta rua, que até então era entendida como local, por conta da feira livre, ultrapassa os limites imaginados.

²⁷ Conforme levantamento do Geosampa. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 13/04/2021.



Imagem 40 | Barraca de flores há 53 anos na Rua Maria José. Fonte: Foto da autora, 2021

Bares/botecos: e o Larguinho's Bar

Apreendi com os mais velhos que um botequim é feito de memórias, aspirações, anseios, sonhos, desilusões, conquistas, fracassos re-tumbantes, alegrias e invenções da vida daqueles que passaram por suas mesas e balcões. (SIMAS, 2019, p. 90).

O Bar é a chave de qualquer cidade;
saber onde se pode beber cerveja é quanto basta
(BENJAMIN, 1987 apud SIMAS, 2019, p.5)

Embora os botecos sejam um dos principais espaços de sociabilização da rua, poucas vezes me senti confortável em estar em um bar/boteco da Maria José. Isso porque, aos dias da semana, são apropriados, predominantemente, por homens, o que cria um ambiente não convidativo para uma pesquisadora, jovem e mulher.



Imagem 41 | Larguinho's Bar
Fonte: Foto da autora, 2020



Imagem 42 | À noite no bar
Fonte: Foto da autora, 2022



Imagem 43 | Churrasqueira na calçada
Fonte: Foto da autora, 2022

Em alguns finais de semana, pude verificar a presença de algumas famílias e mulheres e foi nesses momentos que tive maior aproximação. Nos bares o tempo é outro, diferente daquele apressado do trabalho. É também nesses espaços que acontecem os encontros, as conversas, os jogos. Observei que as pessoas que trabalham nesses espaços acabam interagindo com os que o utilizam como lazer. Trabalhar, para alguns, acaba sendo também um lazer.

São esses locais que garantem o movimento da rua à noite (Imagem 42), durante todos os dias da semana. Tanto nas noites, como nos dias de verão, identifiquei um maior número de mesas dispostas na calçada que, em alguns momentos, chegam a invadir o leito carroçável. Mesmo quando não ocupam as calçadas há uma permeabilidade visual entre rua - bar, que garante a conexão desses dois elementos.

Dentre os 11 bares/botecos identificados, encontra-se o Larguinho's Bar (Imagem 41) que desempenha um papel importante de ponto de encontro da rua. Nas interpretações feitas, isso se deve a alguns fatores. O principal deles é ser administrado por um grande articulador das atividades comunitárias, conhecido pelos vivenciadores da rua. Além disso, sua localização, quase na esquina em frente ao “Larguinho”, acaba tornando esse bar o ponto de maior movimento da rua. Na calçada oposta ao bar, é curioso notar a existência de uma churrasqueira que, construída em alvenaria, já faz parte do mobiliário urbano da rua e complementa os usos do referido bar (Imagem 43).



Imagem 44 | Chuteiras penduradas na fiação.
Fonte: Natália Romeu, 2022



Imagem 45 | Futebol no larguinho da Maria José
Fonte: Foto da autora, 2022

O Larguinho: a centralidade da rua

Quem passa a pé ou de transporte motorizado pela rua Maria José, nem imagina as várias apropriações que acontecem no alargamento viário com a rua Fortaleza. Isso porque, em sua materialidade, não há diferenciação do leito carroçável: ele acontece em nível, não há limites físicos, nem material diferente do asfalto.

O que comunica que ali é um local diferente são as pinturas no asfalto, improvisadas pela comunidade, que se desfazem com o tempo. Demorei um tempo para descobrir que há uma tradição relacionada a essa pintura. Em toda copa do mundo, os vivenciadores se reúnem para pintar a bandeira do Brasil e escrever “Ordem e Progresso” na língua do país que sediará o campeonato mundial. O futebol é um elemento muito presente na Maria José. Para perceber isso não é difícil: é só olhar para cima e observar as chuteiras penduradas na fiação (Imagem 44).

Foi também devido ao futebol que conheci a Maria José: quando fiquei sabendo pela primeira vez do “Larguinho” foi por conta do campeonato Inter-ruas. Uma colega do mestrado, moradora do Bexiga, comentou que na rua acontecia um torneio de futebol inusitado, por conta da sua localização e do formato do campo improvisado (as traves não são instaladas paralelamente). Um tempo depois, fui entender a importância desse espaço para os vivenciadores do

local: ali é o principal ponto de encontro e apropriação da rua Maria José. De acordo com um vivenciador da rua, desde sua juventude, mesmo com o trânsito de carros, o local sempre foi um reduto para jogar futebol (Imagem 45) e, por conta do fechamento das escolas da região aos finais de semana, os grupos de jovens do bairro se apropriavam da rua para brincadeiras diversas. Segundo ele, antes deles “existiam outros [jovens]” que se apropriavam da área, é uma tradição do local, uma “forma de fazer” (CERTEAU, 1998) passada de geração para geração.

Diante desse uso espontâneo, por volta dos anos 1995, o campeonato nasceu dos times das escolas. A partir disso, iniciou-se uma integração das ruas e, atualmente, são vários os times do Bexiga, cada um representando seu respectivo ponto: tem o time da Rua Abolição, da Rua Paim, da Conde de Joaquim, da Praça Dom Orione, da Conselheiro Ramalho, da Japurá, entre outros. Todo mundo se conhece e o larguinho da Maria José, também por isso, é um reduto do pessoal da Bela Vista no domingo.

Ainda que domingo tenha maior frequência, quase todos os dias, sobretudo aos finais da tarde e sábados, é possível encontrar crianças jogando bola no local. O dono do Bar Clã Destino, que também fica em frente ao largo, revelou que a comunidade coloca, algumas das vezes, um cone no centro da via com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos e comunicar que ali existem crianças brincando.

Imagem 46 | Cinema no Larguinho da Maria José
Fonte: Instagram @coletivo_cinequebrada, 2019



Em 2019, o Larguinho também passou a ser cinema em algumas noites. A partir da projeção de filmes nas empenas de algumas edificações, o coletivo Cine Quebrada incorporou esse local ao seu projeto que, segundo a descrição de sua página no *Facebook*²⁸, tem “o objetivo de levar obras audiovisuais nacionais e independentes para as ruas do Bixiga, bairro do centro de São Paulo conhecido pela diversidade cultural e étnica” (Imagem 46).

²⁸ Disponível em: <https://web.facebook.com/cinequebradaproducoes>. Acesso em: 25/04/2021.



Imagem 47 | Cordão do Jamelão: o carnaval na Rua Maria José
Fonte: Foto da autora, 2020

O Carnaval: festa da rua ou festa na rua?

Eu sou um entusiasta da festa como um elemento de construção de pertencimento. O Beto Sem Braço dizia uma frase que eu cito em 'O Corpo Encantado das Ruas', que é: 'o que espanta miséria é festa'. E não é só a miséria econômica, mas a miséria existencial mesmo. A festa é a construção do sentido de ser coletivo. Esse é um dos pontos em que eu tenho esperança: eu acredito na festa. (SIMAS, 2020)

Assim como expõe o historiador Luis Antonio Simas (2020) neste trecho de sua entrevista dada a Ecoa/UOL²⁹, entendo que a festa é uma das formas de construção de coletividade.

²⁹ Ritualizar a vida: entrevista concedida ao Ecoa/UOL. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/luiz-antonio-simas-prepara-livro-sobre-maracona-e-cre-na-festa-como-meio-de-reencantar-mundo-pos-covid-19/?fbclid=IwAR1KhfoSyp_u2hmgAamutkTb6DR_3p-36YegZppzPh-Vs0xq4c-FRR5awynQ. Acesso em 02/03/2021.



Imagem 48 | Sons da festa: instrumentos de sopro integravam o bloco
Fonte: Foto da autora, 2020

Desde a primeira incursão a campo, em novembro de 2019, tive conhecimento do dia da festa de carnaval da rua e, conseqüentemente, criei muitas expectativas em relação a esse acontecimento. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, apenas uma vez presenciei a saída do bloco do Cordão do Jamelão³⁰.

Era sábado, dia 29/02/2020, final de semana após o feriado de carnaval, dia agendado para a saída do bloco, que existe desde 2006. O horário marcado para início das atividades era às 14h00. Nas proximidades não ouvia nenhum som. Ao me aproximar do local, vi que havia um trecho de rua interditado ao tráfego de veículos, mas ainda assim, muitos carros estavam estacionados.

Já próximo ao Larguinho, notei certo movimento: algumas pessoas em suas casas observavam, uma mulher e duas crianças fantasiadas dançavam no leito carroçável.

Embora não houvesse muito movimento, ele estava mais concentrado em frente ao Larguinho's Bar, ao redor das batidas da bateria "Bela Brisa".

³⁰ Nos anos de 2021 e 2022 o Carnaval de Rua estava suspenso por conta da pandemia.

Enquanto as marchinhas de carnaval eram tocadas, houve algumas tentativas fracassadas de conversas com os vivenciadores do local. Era um bloco pequeno e as pessoas estavam em pequenos grupos enquanto aproveitavam o som. Não havia muita abertura.

Consegui contato com um grupo de senhores músicos com instrumentos de sopro. Perguntei se eles integravam o bloco e eles disseram que há 5 anos fazem parte do cordão. Após, vi um estandarte com os dizeres “Corporação Musical Operária da Lapa, desde 1881”.

Um trenzinho motorizado, denominado “trem da alegria” (Imagem 47), chegou com várias crianças. O bloco era predominantemente composto por adultos. Poucos eram os jovens.

Ao abordar um grupo de senhoras de terceira idade – que estavam fantasiadas iguais – perguntei se elas sempre frequentavam esse bloco. Afirmaram, mas disseram que não moravam ali perto (uma era da região leste, outra de Pinheiros, outra da Lapa). Quando questionei sobre o motivo que as atraía àquele bloco, comentaram que conheciam o Jamelão e que o sobrinho de uma delas tocava na banda.

Outras senhoras de terceira idade disseram que era a primeira vez no bloco, que moravam na região, mas não na rua. Uma jovem mulher, responsável por convidá-las para o evento, as acompanhava e revelou que morava em um cortiço da própria rua Maria José.

Ao longo desta conversa, a jovem questionou se havia reparado que o bloco era formado predominantemente por brancos e que o “povo da rua” não estava participando, “não havia se misturado”. Esse comentário confirmou algumas das percepções que havia tido. Afinal, a festa da rua não era das pessoas que vivem ali?

Alguns aspectos chamaram atenção: o primeiro deles era a ausência das pessoas (mães e filhos) que frequentemente via na rua. O segundo era a estrutura do evento, havia funcionários da prefeitura prestando serviços de limpeza e uma ambulância estacionada no local. O terceiro é que a maior parte do seu itinerário era fora da Rua Maria José.

Enquanto o bloco andava pelas ruas da região, retornei à Maria José, pois me interessava mais o que acontecia naquele local. Ao retornar, notei que as mesmas cenas cotidianas se repetiam: um grupo sentado em uma mesa na calçada do bar, um menino andando de bicicleta em meio às serpentinas penduradas na fiação, moradores andando.

Esperava uma festa da rua, com todos os moradores se reunindo e confraternizando. O que encontrei, no entanto, foi um bloco que estava ali de passagem, composto, predominantemente, por pessoas não residentes da rua e, em certa parte, de outros bairros e regiões do município.



Imagem 49 | Fios e serpentinas: é carnaval na rua
Fonte: Foto da autora, 2020

2.3 Uma rua brasileira do cotidiano

A partir das situações vivenciadas e observadas no cotidiano da rua Maria José, serão feitas algumas reflexões acerca de ruas brasileiras. Como visto no primeiro capítulo, nem dentro dos limites do distrito da Bela Vista há um padrão de rua. Sabe-se, portanto, das especificidades das ruas paulistanas, principalmente quando se considera seu contexto.

No entanto, ainda que não seja possível generalizar e definir o que é uma rua brasileira, sobretudo quando se pensa nas dimensões e características específicas regionais do país, a partir do observado em campo e de textos que abordam esse tema (dentro do recorte temporal que se inicia na década de 1980 e vai até os anos 2020), constata-se algumas recorrências nas descrições de ruas por autores brasileiros.

Antes de expor suas ideias, pretende-se contextualizar qual é a rua que está sendo tratada aqui.

2.3.1 Qual é a rua abordada

Por meio de observações qualitativas, relatos etnográficos, entrevistas e registros iconográficos e com o objetivo de evidenciar a apropriação de seus espaços de uso comum para fins de lazer, Santos e Vogel (1981) buscaram o levantamento de comportamentos e reações regulares nas vivências cotidianas das ruas do bairro do Catumbi, localizado na cidade do Rio de Janeiro.

Ao iniciar sua leitura, nota-se que a descrição do bairro carioca muito se assemelhava a características do Bexiga, expostas no Capítulo anterior: os dois são próximos ao centro de duas metrópoles³¹ brasileiras, bairros que sofreram um processo de transformação, com desapropriações, demolições e construção de viadutos e vias expressas que seccionaram seu tecido urbano. No Catumbi, assim como no Bexiga, coexistem edificações nos mais diversos níveis de conservação, prevalecendo o uso misto. Também é um reduto tradicional do samba, abrigando blocos famosos da cidade.

Ao longo do trabalho, Santos e Vogel (1981) elegeram algumas ruas para serem apresentadas. Além das semelhanças entre os bairros das duas cida-

³¹ Segundo IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 04/10/2021.

des, as descrições da rua carioca Emilia Guimarães, de 1981, muito também se aproximavam das características da paulistana Maria José, de meados de 2020

Mas adiante, um grupo de mulheres conversa à porta da casa de uma delas. Um bando de crianças brinca de “amarelinha” sobre um traçado no meio da rua. Os garotos, que jogavam futebol, interromperam a partida para se reunirem ao redor de um poste que parece ter o condão de atrair as crianças nos intervalos da brincadeira. Enquanto isso os velhos e as mulheres, isoladas ou em grupos, nas cercanias das portas, às janelas, observam. (1981, p. 57).

Nota-se que algumas características também poderiam se aplicar em outras ruas de grandes cidades brasileiras³². Diante disso, levanta-se a seguinte questão: o que é observado, atualmente, na rua Maria José que remete à lembrança de outras ruas de grandes cidades brasileiras?

Santos e Vogel (1981) oferecem algumas pistas: o Catumbi é um bairro consolidado, central, cujas ruas são descritas como ruas de “centro de um bairro tradicional”. (1981, p. 128).

Além disso, para os autores, a diversidade é um elemento estruturante para áreas como essa. Nesse sentido, os autores utilizam-se das ideias de Jacobs (2018) para apresentar os fatores que determinam a diversidade urbana: “a multiplicidade de usos primários, a necessidade de quadras pequenas, a mistura de edificações de idades variadas e uma certa densidade, inclusive residencial”. (SANTOS; VOGEL, 1981, p. 78).

A rua tratada aqui, portanto, é uma rua densa (principalmente residencial) e mista, de centro, ou de centro de bairro consolidado, de uma grande cidade brasileira, onde a diversidade é um dos seus principais elementos estruturantes.

2.3.2 Definir uma rua brasileira?

Como abordado no início deste capítulo, há uma bibliografia extensa e muitos autores que tratam do conceito de ruas e assuntos correlatos.

³² É considerável notar que essa mesma sensação teve a professora Karina Leitão, na banca de qualificação desta pesquisa, ao revelar que a leitura da rua Maria José a fez recordar da rua de Belém (PA), em que morou na sua infância.

Como Santos e Vogel (1981) expõem:

A palavra rua vem do latim *ruca*. Primitivamente o vocábulo significava o sulco situado entre dois renques de casas ou muros em uma povoação qualquer. Os romanos costumavam fundar cidades traçando suas vias em cruz. Para nossa cultura é impossível imaginar o urbano sem o recurso à noção e à imagem de ruas. A importância de que desfrutam pode ser percebida pela constatação da quantidade de atividades e significados para os quais servem de apoio ou de locus. (1981, p.24)

Muitos autores não brasileiros também discorrem sobre o conceito de rua e sua relação intrínseca com as cidades.

Jacobs (2018) entende as ruas como órgãos vitais da cidade, conformando-se em seu principal espaço público: “Ao pensar numa cidade o que lhe vem à cabeça? Suas ruas.” (2018, p. 29).

Lynch (2018) coloca a rua como um dos diversos tipos de vias existentes na cidade. Denomina essas vias como os “canais ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou potencial” (2018, p. 52) e as considera elementos predominantes na imagem da cidade, uma vez que as pessoas observam a cidade à medida que nelas se deslocam.

Para Lamas (1993), que analisa do ponto de vista morfológico, a rua, através de sua forma peculiar e muitas vezes linear, consiste no elemento mais claramente identificável tanto na forma da cidade, como no gesto de projetá-la, funcionando como estruturadora do traçado e reguladora entre edifícios e quadras, adquirindo também a função de orientação daqueles que circulam pela cidade. Quanto ao traçado, o autor entende este elemento como fundamental na orientação, além de destacar seu caráter de permanência que, em muitos casos, resiste às transformações urbanas.

As ruas, de fato, carregam diversas acepções. No entanto, são abordadas aqui, principalmente, quatro referências de autores brasileiros, cujas ideias sobre as ruas se aproximam das questões que se pretende desenvolver: Santos e Vogel (1981), DaMatta (1997), Magnani (2003) e Simas (2019).

Como apresentado, são muitos os elementos que compõem a rua Maria José. Quanto à sua materialidade, pode-se dizer que uma rua não é somente composta pelo leito carroçável e pela calçada, mas também pelas fachadas, recuos das edificações que a conformam e até pelos terraços das edificações que se encontram abertas às pessoas.



Imagem 50 | Esperando (ou observando) na janela
Fonte: Foto da autora, 2021

Além disso, o meio físico, o padrão e disposição de ocupação, bem como o uso dessas ocupações, as dimensões, a presença de mobiliário, iluminação e arborização são elementos que influenciam diretamente na dinâmica da rua, como visto na leitura das apropriações cotidianas da Maria José.

Calçada, guia, sarjeta, esquina, meio-fio, leito carroçável, casa, prédio, muro, janela, porta, soleira: há uma “gramática reconhecível” das ruas. De forma genérica, no entanto, há uma divisão em duas categorias: a da “casa” e a da “rua”. Santos e Vogel (1981), assim como DaMatta (1997), evidenciam em seus textos a oposição existente entre esses dois termos.

Para Santos e Vogel (1981), nas casas, além da moradia, podem também ser realizados trabalhos (não domésticos), que não sejam oficiais/registrados. Já ao domínio das ruas, além da rua propriamente dita (composta pelo leito carroçável, calçadas, esquinas), pertencem os estabelecimentos que ocupam um local específico, como casas comerciais ou oficinas, por exemplo³³.

33 Vale destacar que, embora esses estabelecimentos sejam de propriedade privada, os autores os consideram pertencentes ao domínio da rua, por conta de sua influência e relação com esse elemento, assim como visto nas vivências da Maria José.

Os autores também expõem que uma rua está, geralmente, associada às calçadas/passeios. Estes elementos que seguem paralelamente as fachadas e o traçado da via, delimitam fisicamente “um espaço intermediário que é o espaço das pessoas na rua.” (1981, p.51).

Como também mostrado nos relatos de campo, alguns elementos da casa acabam garantindo maior interação com as ruas. As portas, quando se encontram abertas, ou entreabertas, são o limiar da casa. Já as janelas, desempenham papel de mediação entre a área interna da casa e a área externa da rua e garantem a comunicação com a rua, sem que haja necessidade de abrir a porta da casa. Podem também servir como “balcão” de um negócio/comércio, integrando parte da calçada. Nesse caso, “as relações mediadas por uma janela-balcão situam-se num outro domínio do social - o trabalho” (SANTOS; VOGEL, 1981, p. 53).



Imagem 51 | De porta aberta
Fonte: Foto da autora, 2021

Para além da materialidade, DaMatta utiliza os termos “casa” e “rua” como “duas ‘categorias sociológicas’ fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira” (DAMATTA, 1997, p. 07)

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p. 08)

Ao se referir à “casa” ou à “rua”, remete-se a um conjunto de relações sociais. A casa³⁴, geralmente, associa-se à família, à personalidade, à intimidade e à invisibilidade. Já a rua, fica na esfera da impessoalidade, do local onde ocorrem as relações formais, visíveis, estabelecidas pela lei.

O autor também evidencia que as pessoas acabam tendo condutas sociais distintas em cada um desses locais

Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal - o esperado e o legitimado - é que casa, rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação. Nessa perspectiva, as diferenciações que se podem encontrar são complementares, jamais exclusivas ou paralelas. (DAMATTA, 1997, p. 3)³⁵

No entanto, também segundo o autor, quando se observa a complexidade das relações sociais (e seus paradoxos), nota-se que esses espaços, “rua” e “casa”, carregam entre si uma relação complexa e não estática. Como visto,

34 Heller (1994) também relaciona a casa a uma categoria que pode estar associada a coisas conhecidas e habituais, à segurança e às relações afetivas.

35 Embora a categoria “outro mundo” não seja abordada nesta pesquisa, vale apenas explicar aqui que o autor utiliza-se dessa expressão para se referir à morte no imaginário da população brasileira.

as vivências da Maria José evidenciam isso, já que a rua, neste caso, não pertence à esfera da impessoalidade

a oposição casa/rua tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou seu “ponto”. Neste sentido, como já acentuei uma vez (Cf. DaMatta, 1979), a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali «vivem» como «se estivessem em casa», conforme salientamos em linguagem corrente. (DAMATTA, 1997, p. 39)

Além disso, ainda que exista divisão física e previsão legal - as ruas são de propriedade pública e segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406/02, Art. 99), são definidas como “bem de uso comum do povo”, enquanto as casas e os lotes podem ser de propriedade privada – nem sempre essas fronteiras são claras.



Imagem 52 | Esperando sentadas na calçada
Fonte: Foto da autora, 2022



Imagem 53 | Corredor das pensões: espaços arruados. Grande parte das pensões segue o padrão de ter uma circulação lateral externa que garante o acesso aos cômodos.
Fonte: Fotos da autora, 2021

A dimensão cotidiana mostra que os termos público e privado não contemplam certas situações. Santos e Vogel (1981) manifestam que a oposição casa e rua relacionam-se à ideia de gradação: “Mostramos que uma gradação do público e do privado se relacionava com os espaços da casa, do quintal, da calçada, localizando-os contextualmente, nesse eixo” (1981, p. 69).

Sobre isso, Santos e Vogel (1981) também expõem que “quanto mais portas se abrem para a calçada, tanto mais completamente o espaço público é passível de apropriação pela casa” (1981, p. 54).

As ocorrências na Rua Maria José demonstram isso: as calçadas acabam sendo apropriadas pelas famílias residentes, como uma extensão das casas, com brincadeiras de crianças ou encontros entre vizinhos. Além disso, oficinas, bares, comércios também se apropriam do espaço das calçadas, quando não acabam extrapolando suas atividades para o leito carroçável. O futebol e festas de rua também são exemplos de apropriações coletivas de grupos sociais específicos do espaço público que podem reforçar (ou enfraquecer) a dimensão pública da rua.

DaMatta (1997) também destaca que assim como a rua pode adquirir caráter de casa, a casa também tem seus “espaços arruados”, como aqueles que relacionam interior com exterior: varandas, janelas, jardins, quintais.

Embora Santos e Vogel (1981) e DaMatta (1997) apresentem em seus textos certas situações que demonstram a dinamicidade entre os termos “rua” e “casa” e os domínios “público” e “privado”, não é utilizado por eles o exemplo dos cortiços. Como exposto anteriormente, no caso dos cortiços, a noção de privacidade é tênue, dada a situação de compartilhamento de cômodos para algumas atividades domésticas.

É também a dimensão do cotidiano e da vivência que coloca em xeque a lógica pautada na função de algumas ruas brasileiras.

Qual a função da rua brasileira? Qual seu uso predominante? Como contextualizado anteriormente, a rua abordada aqui, é uma rua de centro, ou de centro de bairro consolidado, de uma grande cidade brasileira. Uma rua, densa e mista, onde a diversidade é o seu elemento estruturante. Uma rua do cotidiano vivenciada de diversas formas que vão além da função de circulação.

Simas (2019) interpreta as ruas como um local de disputa, sendo possível lê-las a partir de duas diferentes perspectivas: do ponto do encontro (da construção de sociabilidade, construção de identidade, da rede de pertencimento, da rede de afetos) ou do ponto, prioritariamente, de passagem (da circulação de corpos e mercadorias, da lógica do trabalho e dos corpos disciplinados).

Santos e Vogel (1981) afirmam que em planos e mapas, as ruas são entendidas como meios de circulação entre dois pontos. Ainda que seja possível medir seus fluxos e hierarquizá-las, na experiência da cidade verifica-se que a rua é mais que passagem, via, caminho. Para eles, uma rua pode ser entendida como um caminho que leva ao lazer, ao culto, ao trabalho, no entanto, a própria rua pode abrigar todas essas atividades.

Diante de sua diversidade e sócio-diversidade e da possibilidade de nela ver o outro, a rua torna-se local de encontro, de trocas, do conflito, da experiência democrática, de permanência, de brincar, de socializar, de manifestar, de se expressar, de aprender e de se apropriar.

A rua abordada aqui é, portanto, aquela que Magnani (2003) descreve em seu texto. Não é a rua “rígida na função tradicional e dominante”, exclusivamente estabelecidas pelos critérios classificatórios de circulação, mas sim a rua que “resgata a experiência da diversidade, possibilitando a presença do forasteiro, o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, o reconhecimento

dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares – tudo num espaço público e regulado por normas também públicas”. (2003, p.02).

Nesse sentido, Santos e Vogel (1981) revelam que a rua o “palco por excelência do social”. É “um espetáculo que permite assumir certas identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais se vai participar”. (1981, p. 83). A partir de cada perspectiva e contexto vivenciado (calçadas, janelas, muros, esquinas), é possível apreender o espaço da rua, possibilitando o contato com o outro.

A questão é que embora exista uma gramática reconhecível e comum que constitui referências no espaço, os “significados que um determinado suporte material (esquina, calçada, quintal, rua, etc.) pode assumir, resultam da sua conjugação com uma atividade e mudam de acordo com ela”. (SANTOS; VOGEL, 1981, p. 48).

Imagem 54 | Samba da Maria José
Fonte: Foto da autora, 2022



Como Santos e Vogel (1981) colocam, para o “princípio da diversidade, não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa”. (1981, p. 128).

No caso da Maria José, a mesma calçada que desempenha a função de circulação de pedestres, também é o local das brincadeiras de criança no final do dia e aos finais de semana, do encontro de vizinhos, da extensão do bar, do palco em dia de festa e do apoio de serviços aos feirantes. O mesmo alargamento viário, configurado para ordenar o trânsito, é campo de futebol de domingo, cinema à noite, estacionamento de caminhões de feira às sextas e o principal local de festas e encontros.

A flexibilidade do suporte físico da rua, para abrigar a dimensão cotidiana, garante essa transitoriedade de usos e funções. Segundo Gonçalves (2020) definir uma rua de acordo com suas funções, seria uma tarefa complexa, já que são muitas e variam permanentemente.

Nesse sentido, Simas (2019) propõe que para entender as ruas, deve-se atentar às gramáticas que não são normativas, das sabedorias corporais, da percepção, da cidade experimentada pelo corpo, pelos sentidos.

Para o historiador, no entanto, a dificuldade disso reside no fato das pessoas serem educadas na lógica normativa e, assim, “incapazes de atentar para culturas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras de preencher o vazio”. (SIMAS, 2019, p. 26).

O que as apropriações cotidianas têm para ensinar? Como visto no início deste capítulo, Certeau (1998), por meio das análises das “maneiras de fazer” observadas nas práticas cotidianas, evidencia a capacidade de invenção daqueles que vivenciam o cotidiano em subverter a lógica dominante.

Para Simas (2019), é nas ruas que podem ser observadas muitas dessas práticas. Isso porque as ruas têm potencial para desenvolver arcabouços conceituais a partir de suas vivências cotidianas. Utilizando os aprendizados do samba, ritmo presente no cotidiano de muitas ruas do Rio de Janeiro (assim como nas ruas do Bexiga), ele enfatiza a necessidade de estar atento ao diálogo do corpo com o tambor – corporeidade gingada, sincopada que desafia o padrão normativo – a partir do discurso que o tambor elabora e o corpo responde. Dessa forma, atento ao que ele denomina “gramática dos tambores”, ele apresenta o exemplo de conceito de “cultura de síncope” a partir da seguinte explicação



Imagem 55 | Sambando no asfalto: “O corpo que samba também não samba na marcação”.
Fonte: Foto da autora, 2022

A função do surdo é fazer a marcação do tempo. O samba é um ritmo de compasso binário. O surdo de marcação é um tambor grave que marca a referência do tempo da batida para os ritmistas de toda a bateria. O surdo de segunda, menos grave que o de marcação, responde a ele, batendo o primeiro tempo do ritmo. É só escutar as batidas do coração para saber do que se trata.

O surdo de terceira é exatamente aquele que, mais agudo que os outros dois, preenche o vazio que existe entre as marcações. Ao contrário da previsibilidade dos outros, o de terceira desenha um ritmo cheio de síncopes, quebrando a sensação de normalidade da conversa entre o surdo de marcação e o surdo de resposta [...] ele brinca com o que é previsível, desnorteia, faz o inusitado. (SIMAS, 2019, p. 27).

O corpo que samba também não samba na marcação. O samba, portanto, acontece entre o espaço vazio entre as marcações do surdo e é preenchido pelo corpo de diversas maneiras imprevisíveis e inesperadas.

As culturas de síncope, dessa forma, “subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras imaginativas de se preencher o vazio do som e da vida com corpos e cantos”. (SIMAS, 2019, p. 28).

Fazendo uma analogia com os corpos da cidade, diante do ritmo e modos de vida impostos pela cidade capitalista – onde se prevalece o tempo linear da lógica da produção, a impessoalidade, a domesticação dos corpos disciplinados para o trabalho – a vida é incessantemente reelaborada e reinventada.

“Você tem que aprender a correr pra não cair”. Neste verso da música “Maria e outras histórias”, apresentado no início do Capítulo, o rapper Guidão, vivenciador da Rua Maria José, revela esse e outros ensinamentos das vivências na rua.

A despeito do modo hegemônico capitalista, observa-se que, nas ruas brasileiras do cotidiano, assim como também testemunhado na rua Maria José, os saberes vão sendo construídos na experiência da escassez. A vida acontece, as pessoas vão criando cotidianamente, nas frestas³⁶, táticas de sobrevivência, de construção de sociabilidade e de vida em comunidade.

Um evento significativo da Rua Maria José foi o movimento organizado por seus vivenciadores, a partir das práticas cotidianas, de reconhecimento da dimensão pública da rua e da importância daquele espaço para fortalecimento das relações comunitárias entre os vizinhos.

As culturas de frestas são, portanto, “aquelas que driblam o padrão normativo e canônico e insinuam respostas inusitadas para sobreviver no meio que normalmente não as acolheria.” (SIMAS, 2019, p. 27).

Diante do exposto, nota-se que, mesmo que haja uma tendência em prever, normatizar e planificar os modos de vida das pessoas, as práticas cotidianas desafiam a lógica funcionalista e racionalista de planejamento de ruas de grandes cidades brasileiras.

Quando se pensa na gestão desses espaços públicos, ainda que se almeje uma classificação linear com limites nítidos, não se consegue ter um sistema classificatório que contemple todas as situações vividas. Segundo Heller (1994), a classificação origina-se de uma necessidade pragmática, mas acaba homogeneizando tais situações. Nesse sentido, para Borthagaray (2010), a

36 Tal ideia também pode se relacionar ao conceito de “porosidade” (BENJAMIN; LACIS, 1987). O autor alemão e Asja Lacis, em 1925, ao constatarem que Nápoles era porosa como as rochas, revelaram que a vida acontecia e, assim, dinamizava a cidade: “em todos os lugares se preservam espaços capazes de se tornar cenário de novas e inéditas constelações de eventos [...]Evita-se cunhar o definitivo. Nenhuma situação aparece, como é, destinada para todo o sempre; nenhuma forma declara o seu ‘desta maneira e não de outra’”. (1987, p.148).

especialização, em certos casos, “impede que se trate do ‘lugar onde a vida acontece’” (2010, p.29).

Em relação a isso, Santos e Vogel (1981) apresentam dois tipos de classificação:

classificação monotética: estático, de caráter linear, exigência de fronteiras nítidas e necessária hierarquização

classificação politética: dinâmico, opera com sistemas de relações, categorias e espaços sejam relativos, variando com o contexto: que o que é trabalho em um, pode ser lazer em outro. O que é público, em determinadas circunstâncias, pode ser privado em outras. O que é casa de uma perspectiva, pode ser rua de outra.” (SANTOS; VOGEL, 1981, P.128)

A dinamicidade e relativização das classificações politéticas podem ser um caminho para se pensar os espaços, no entanto, ainda assim, não conseguiriam abarcar as imprevisibilidades e os eventos não programados e as apropriações espontâneas inerentes à vida cotidiana.

A experiência da rua Maria José ensinou que é necessário olhar para seu cotidiano, para aquilo que é residual, e nem sempre considerado, e pensar a cidade a partir dessa perspectiva. Isso não implica na necessidade de normatizar e controlar todas as situações até porque esse não é o papel do urbanista e do gestor público.

Pensar a cidade a partir dessa perspectiva significa, portanto, considerar esses aspectos intrínsecos aos espaços livres públicos, reconhecê-los e dar-lhes condições para que sejam vividos.

Sobre isso, Simas (2019) coloca que a cidade [do Rio de Janeiro], vem sendo “disciplinada onde devia ser espontânea, esculhambada onde devia ser organizada, mais gerenciada que vivida, mais pensada como empreendimento de gestão que como paixão”. (2019, p. 74).

Mas como a administração pública vem pensando as ruas de São Paulo, como a rua Maria José? Até que ponto tem considerado a dimensão cotidiana na sua prática? Atualmente, as ruas são pensadas para além da lógica funcionalista de circulação? ■



Imagem 56 | Domingo na Rua Maria José: um brinquedo largado bem no meio do leito carroçável, sem o dono, revela que aquele espaço livre e público também naquele momento funcionava como extensão de sua casa. Fonte: Foto da autora, 2020

3. DOMINGO NA RUA MARIA JOSÉ: políticas públicas e desafios na cidade de São Paulo

Uma tarde de domingo. Um brinquedo largado bem no meio do leito carroçável, sem o dono por perto. Adiante, outro brinquedo, também sem dono, deixado na fachada de uma edificação. Crianças andando de bicicleta, observadas por suas mães sentadas na calçada enquanto conversam sobre assuntos rotineiros. Uma rede armada no sentido perpendicular à rua, com altura de uma rede de tênis. Na sequência, uma amarelinha pintada no leito carroçável. Próximo dali, outra rede mais alta e presa em um poste e em uma cadeira, vira uma quadra improvisada de vôlei. Algumas cadeiras nas calçadas em frente aos bares (às vezes se estendendo para o leito carroçável) ocupadas majoritariamente por homens: alguns bebendo, outros jogando. Pessoas andando no meio da via. Mesas de pingue-pongue montadas na calçada. Duas traves, não paralelas, criam um campo de futebol no alargamento das ruas, que recebe grupos de crianças para jogar.

Essa imagem passou a ser comum na rua Maria José, aos domingos e feriados do segundo semestre de 2019. Isso porque, a partir de julho do referido ano, a rua passou a integrar o programa municipal Ruas de Lazer. O bloqueio de um de seus trechos para o tráfego de veículos motorizados fortaleceu as práticas de sociabilidade que já ocorriam ali, resultando em transformações nas dinâmicas desse lugar que serão expostas adiante.

A inserção da rua nesse programa municipal e as consequentes transformações observadas em campo, acabaram provocando questões acerca da postura da administração municipal na implementação de políticas públicas relacionadas às ruas. O que são ruas para o município de São Paulo? Seria possível considerar a dimensão cotidiana e da vivência ao se pensar políticas públicas mais genéricas a nível municipal? Em que medida uma política pública pode ampliar e fortalecer as práticas cotidianas de um determinado local?

3.1 Ruas na administração pública: espaço para circular

A via é para circular. Quando se estuda o sistema viário, a primeira legislação a que se recorre é a Lei Federal nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Nesta lei, em relação a sua definição e classificação, as vias aparecem como uma questão intrínseca à sua função de mobilidade.

O CTB, como grande parte das legislações vigentes, apresenta definições rígidas e diretas. Em seu “Anexo I” define:

- “via”: “superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central”;
- “via urbana”: “ruas, avenidas, vielas, ou caminhos e similares abertos à circulação pública, situados na área urbana, caracterizados principalmente por possuírem imóveis edificadas ao longo de sua extensão”;
- “calçada”: “parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”.

Nesta última definição, vale ressaltar que, ainda que enfatize a circulação de pedestres nas calçadas, a lei expõe a possibilidade de implantação de mobiliário urbano, o que pressupõe também a ideia de permanência nesses locais.

Em relação a sua classificação, o CTB, em seu Art. 60, classifica as “vias abertas à circulação”, em:

- “vias urbanas”, por sua vez, classificadas em “via de trânsito rápido” - aquelas sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível; “via arterial” - com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais que possibilita o trânsito entre as regiões da cidade; “via coletora” - destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais; e “via local” - caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local;
- “vias rurais”, classificadas em “rodovias” - aquelas pavimentadas; e “estradas” - não pavimentadas.

Nota-se, dessa forma, que a classificação, monotética⁰¹, se refere tão somente ao trânsito de veículos motorizados.

Segundo Gonçalves (2020), cabe a cada município elaborar sua classificação, conforme o estabelecido pelo referido Código. Nesse sentido, quando se trata da administração pública municipal paulistana, um de seus principais marcos regulatórios é o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), instituído pela Lei Municipal nº 16.050/2014.

O PDE de 2014 não define “Via” ou “Rua”, mas as classifica. O plano, em seus Art. 237 e 238, classifica o Sistema Viário em:

- “vias estruturais” que são classificadas em três níveis, de acordo com a abrangência de sua ligação;
- “vias não estruturais”, classificadas em “coletoras” - que possuem função de ligação entre vias locais e estruturais; “locais”, “ciclovias” e “de circulação de pedestres”.

A rua Maria José, por exemplo, é classificada como via não estrutural coletora, já que faz ligação com a Avenida Brigadeiro Luís Antônio, classificada como via estrutural.

Para além de sua definição e classificação, pensar a gestão pública das vias de São Paulo, em 2022, é uma tarefa complexa. Isso porque, além dos vários órgãos da administração direta e indireta⁰² que realizam sua governança, são diversas as legislações e planos que tratam do assunto.

Como visto no capítulo anterior, as ruas são espaços livres de propriedade pública, de uso comum do povo. Ainda que se trate de um elemento único, como exposto inclusive na definição estabelecida pelo CTB, sua gestão na cidade de São Paulo é segmentada: a do leito carroçável compete aos órgãos de trânsito e transporte, no entanto, os serviços como limpeza, pavimentação, recapeamento, e toda infraestrutura como rede de água e de esgoto, iluminação, arborização urbana, mobiliário urbano, entre outros, estão sob responsabilidade de

01 Conforme descrito no capítulo anterior.

02 Na administração pública, a administração direta refere-se aos órgãos diretamente ligados a um dos Poderes. No caso exposto, refere-se aos órgãos ligados diretamente ao Executivo, como as Secretarias municipais. Já a administração indireta está relacionada à criação de entidades administrativas que possuem personalidade jurídica, como as empresas públicas (Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, SP Obras, entre outras).

Imagem 57 | Calçadas da Rua Maria José: trechos indicam a falta de padronização. Fonte: Fotos da autora, 2021.

um órgão diferente⁰³.

As calçadas são um caso à parte, já que são de responsabilidade do proprietário do lote lindeiro, reforçando ainda mais essa segmentação na gestão. Isso significa que, conforme o Art. 7º da Lei Municipal nº 15.442/2011, “os responsáveis por imóveis, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos dotados de guias e sarjetas, são obrigados a executar, manter e conservar os respectivos passeios na extensão correspondente à sua testada”.

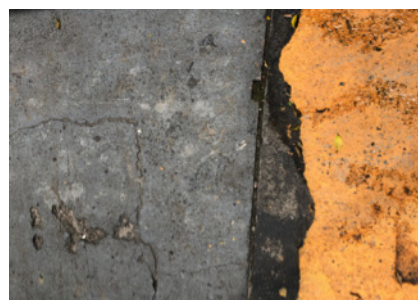
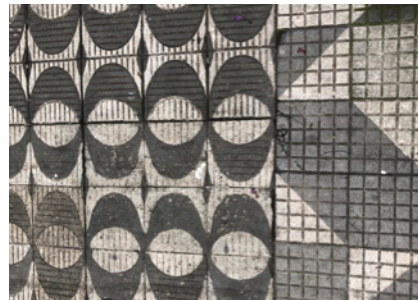
Em relação à governança das calçadas, a prefeitura é, portanto, responsável pela execução daquelas lindeiras aos lotes municipais e também pela padronização das que compõem as rotas emergenciais, segundo a Lei Municipal nº 14.675/2008 que institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC)⁰⁴.

Nesse sentido, vale ressaltar que, segundo estudo desenvolvido pela SP Urbanismo em 2018⁰⁵, considerando todas

03 Para saber mais, consultar o Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias – capítulo 2. Disponível em: manualurbano.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 14/08/2021.

04 O Decreto nº 58.845/19 define as rotas emergenciais e respectivas vias abrangidas pelo Plano Emergencial de Calçadas – PEC que contempla as 32 Subprefeituras.

05 Distribuição de responsabilidade pelas calçadas no município de São Paulo (Proprietários x Prefeitura). In: Plano de Segurança Viária, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/plano_de_segurana_viaria_pmsp_2019_web_1558984227.pdf Acesso em: 14/07/2021.



as calçadas do município, cabe ao poder público a execução e a manutenção de somente 16% delas (8,3 milhões m²). Nos outros 84% (ou 43,7 milhões m²), tanto a execução como a manutenção são atribuídas aos proprietários dos lotes lindeiros. O resultado disso é uma cidade com grande parte de suas calçadas descontínuas, subdimensionadas, sem padronização e com estado ruim de conservação (Imagem 57). Quanto a essa situação, alguns Decretos já foram elaborados a fim de consolidar critérios de padronização das calçadas, sendo o mais recente o Decreto nº 59.671/20.

Esse fato também é abordado no Plano de Mobilidade de São Paulo (Plan-Mob/SP) de 2015,

a prática em São Paulo tem sido considerar a pista de rolamento uma questão prioritária a cargo dos órgãos de trânsito e transporte, enquanto a calçada é vista como uma infraestrutura de menor importância hierárquica, podendo ficar a cargo dos proprietários dos imóveis, como se fora uma extensão dos lotes privados. A importância reduzida das calçadas para a circulação está na base da explicação de seu mau estado geral de conservação e da dificuldade institucional de solucionar o problema. (SÃO PAULO (SP), 2015, p. 113).

Conforme exposto em algumas passagens do primeiro capítulo, quando se observa a história de São Paulo, nota-se que o planejamento da cidade, a partir dos anos 1930 e de forma mais intensa por volta dos anos 1950 (devido à instalação da indústria automobilística no Brasil), foi pautado na lógica rodoviária. Vias, cada vez mais largas, foram abertas para o tráfego de veículos motorizados, enquanto calçadas de larguras insuficientes para comportar usos diversos passaram a ser comuns em grande parte da cidade.

A priorização do automóvel também foi uma forma de privilegiar um setor da sociedade, aquele que tinha acesso ao referido modo de deslocamento, resultando, assim, em um modelo de desenvolvimento urbano excludente.

Quase um século depois do início da implantação das grandes avenidas na cidade, o que se observa é que grande parte dos investimentos e dos espaços das ruas ainda são dedicados aos carros. Como Gonçalves (2020) aponta, ainda que as pesquisas de Origem-Destino mostrem que 33% das viagens diárias são realizadas a pé, a maior parte dos investimentos públicos não são destinados à implementação de melhorias nas calçadas.

No entanto, Gonçalves (2020) também expõe que, por conta de pressões de grupos da sociedade civil organizados e seguindo uma tendência nacional e mundial, a Prefeitura de São Paulo, ao longo da gestão 2013-2016, imple-

mentou uma série de políticas públicas relacionadas às ruas e seu papel na qualificação da cidade.

Nesse sentido, algumas transformações puderam ser observadas na última década. Com uma agenda pautada em questões relacionadas ao transporte coletivo e à mobilidade ativa, a gestão municipal (2013-2016) apresentou no PDE de 2014 algumas propostas que visam a transformação desse modelo de mobilidade e a qualificação das ruas da cidade para o pedestre.

Primeiro, o plano apresenta uma novidade, já que define, em seu Art. 230, o Sistema de Circulação de Pedestre cujos componentes são as calçadas, as vias de pedestre (calçadões), faixas de pedestres e lombofaixas, transposições e passarelas e sinalização específica. Outra novidade relaciona-se à criação de Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, nas proximidades dos transportes públicos, como forma de orientar o adensamento e crescimento da cidade nessas áreas.

Outros aspectos no sentido de melhorar as condições da circulação dos que caminham aparecem no plano como medidas que objetivam a melhoria nos percursos da cidade, com o alargamento de calçadas e implementação de fachadas ativas^{06 07}.

Vale ressaltar que atualmente, oito anos após a aprovação do PDE de 2014, Nabil Bonduki, relator do Projeto de Lei do Plano Diretor na Câmara Municipal, fez um balanço no Fórum SP 21⁰⁸ sobre as questões relacionadas à mobilidade. Na apresentação “Reforma urbana e cultural no viário da cidade: o Plano Diretor está alterando o modelo de mobilidade em São Paulo?”, Bonduki mos-

06 Nas áreas de influência dos Eixos de Estruturação, por exemplo, os passeios públicos com frente para estes Eixos, deverão ter largura mínima de 5 metros. Caso não tenha a referida dimensão mínima, o empreendimento deve doar área necessária de seu lote, com o objetivo de alcançar esta medida.

07 As propostas apresentadas no PDE, foram posteriormente complementadas e detalhadas na LPUOS - Lei nº 16.402/2016.

08 O Fórum consistiu em um seminário de avaliação do Sistema Municipal de Planejamento de São Paulo, com foco no Plano Diretor e na Política Urbana do município, seus instrumentos, planos, programas e ações complementares, assim como seus impactos e repercussões vivenciadas na cidade no século XXI, organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo (IAB-SP), o Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP/Cebrap), a Escola da Metrópole do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e a Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo (OAB-SP) em setembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1y_YQNsF7mw. Acesso em: 02/10/2021.

trou projetos implementados pelas gestões municipais subsequentes – como a ampliação da velocidade nas marginais, a concessão da Zona Azul, e a não aplicação do mínimo de 30% estipulado do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) para transporte coletivo e mobilidade ativa desde 2017 – que não dialogam com as diretrizes do PDE de 2014. Segundo Bonduki, o Plano é uma referência importante, mas insuficiente, já que é necessária uma gestão que cumpra suas diretrizes, priorizando os investimentos na mudança da cultura do automóvel.

Mesmo assim, também vale pontuar que, a partir do PDE de 2014, muitos foram os programas e planos que aderiram à retomada da rua como lugar de circulação prioritária de pedestres.

Em atendimento e alinhado ao Art. 229 do PDE/2014 e à Lei Federal nº 12.587/2012 – que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU)⁰⁹ – o PlanMob/SP, publicado em 2015, adota como uma das principais orientações a priorização do transporte público coletivo e do transporte ativo (modo a pé e bicicleta).

O instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, estabelece uma série de diretrizes e metas para os 15 anos subsequentes – até 2029 – e propõe políticas de incentivo, por meio da qualificação do sistema de transporte ativo e coletivo, ao mesmo tempo que também propõe políticas de desestímulo ao uso frequente de meios de transporte individual e motorizado, como a diminuição de estacionamentos, por exemplo.

O PlanMob apresenta também o conceito de “caminhabilidade”, termo inexistente na língua portuguesa, mas derivado da expressão inglesa “walkability”. O indicador de “caminhabilidade” reúne as qualidades descritas no plano para o deslocamento dos pedestres como: “segurança viária, conforto, boa conservação, iluminação, segurança pública, continuidade, conectividade, atratividade e acessibilidade universal”. (SÃO PAULO (SP), 2015, p. 113).

Em relação à qualidade das calçadas, outro ponto que se deve ressaltar é que o Plano expõe que a gestão do espaço público viário deve ser exclusiva da municipalidade e, nesse sentido, estabeleceu a meta de que, até 2016, haveria a proposição de lei que estabeleceria a prefeitura como responsável pela construção, reforma e adequações das calçadas da cidade. Ressalta-se, no entanto, que esta meta, em 2022, ainda não foi cumprida.

⁰⁹ Segundo texto do PlanMob/2015, há uma clara intenção desta lei federal em promover mudança na atual prática de planejamento da mobilidade presente na maior parte das cidades grandes e médias brasileiras.



Imagem 58 | Rua Maria José – Área 40: Pintura no leito carroçável.
Fonte: *Google Street View*, 2018



Imagem 59 | Placas de sinalização de Área de Velocidade Reduzida na rua Maria José. Fonte: Foto da autora, 2021

Outra meta está relacionada à segurança viária para pedestres e ciclistas, por meio do controle da velocidade e da adoção de velocidade máxima de 40km/h em áreas de centralidade de bairros e de concentração de serviço e comércio

Sobre esse assunto, destaca-se que desde 2013, o projeto denominado Área 40 passou a ser implementado em São Paulo, adotando-se a velocidade máxima de 40 km/h em algumas áreas da cidade com o objetivo de melhorar a segurança dos mais vulneráveis do sistema viário, pedestres e ciclistas. Em 2016, foi criada a primeira Área 30 na região denominada Lapa de Baixo¹⁰.

¹⁰ Perímetros das Áreas. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1JrO0uTp63-tKHcNsFCynkGqJJIU&ll=-23.514648228571435%2C-46.70137155&z=15>. Acesso em: 23/08/2021.

Vale destacar aqui também que a área de estudo desta Dissertação insere-se no projeto Área 40 (Imagem 58 e 59). Em 2016, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) implantou o projeto na região da Bela Vista, excluindo-se a avenida Brigadeiro Luís Antônio e as ruas Treze de Maio e Rui Barbosa, que são vias estruturais/arteriais, cuja velocidade máxima permitida permanece em 50km/h.

Ainda sobre o assunto de segurança viária, São Paulo contou com o apoio técnico do WRI Brasil e da Iniciativa Bloomberg para Segurança Global no Trânsito e a Global Road Safety Facility do Banco Mundial, para elaboração do Plano de Segurança Viária - PSV (anexo único do Decreto Municipal nº 58.717/2019). O documento, pautado na Lei Federal nº 13.614/2018, que institui o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, e inserido dentro do contexto global da Década de Ação para Segurança Global no Trânsito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, adotada na 70ª Assembleia Geral da ONU, tem como objetivo nortear as políticas públicas de segurança viária do município, por meio de ações de curto, médio e longo prazo para redução de mortes na cidade. Dentre as metas, destaca-se a de implantação de Áreas Calmas por meio da limitação de áreas cuja velocidade não ultrapasse 30km/h e de qualificação das ruas.

O plano apresenta, além das metas, um novo entendimento quanto à definição de “ruas”, já que indica sua relação com os elementos construídos, questão abordada no segundo capítulo desta Dissertação

É muito comum a interpretação equivocada de que a rua é a superfície designada para a circulação de veículos, separada das calçadas pelo meio-fio, ou o leito carroçável. Essa interpretação está intimamente ligada à maneira como as cidades se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, priorizando um sistema de mobilidade baseado no uso do automóvel individual, que desestimulou outras formas de transporte, inclusive na oferta de infraestrutura. As ruas, na verdade, são por definição o espaço livre e público existente entre os limites de lotes opostos, isto é, incluem não só o espaço por onde trafegam os carros, mas também as calçadas. As ruas são espaços multidimensionais que têm relação direta com o ambiente construído ao redor. (SÃO PAULO (SP), 2019, p. 100).

Também introduz o conceito de “rua completa” e explicita a necessidade de se prever áreas para “usos relacionados a atividades de estar”

Uma rua completa, ou seja, uma rua cujo desenho atende às demandas de todos os usuários de forma segura, confortável e inserida no contexto, deve permitir diferentes opções de mobilidade, priorizando os mais vulneráveis e visando o aumento de capacidade - servir mais pessoas num mesmo espaço. Devem ser projetadas de maneira a: (i) articular o movimento de diferentes usuários de transporte (pedestre, ciclista, usuário de transporte público, motociclista, motoristas de carros, etc.), definindo espaços de circulação seguros e confortáveis para cada um deles e eliminando potenciais conflitos; e (ii) designar espaços para usos relacionados a atividades de estar e ao abrigo de infraestrutura da cidade, como mobiliário urbano (abrigo de ônibus, bancos, lixeiras, etc.), postes de luz, sistemas de abastecimento subterrâneo, arborização e áreas permeáveis. (SÃO PAULO (SP), 2019, p. 100).

O plano também estabelece como meta a publicação do Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias que, sob coordenação da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT), foi lançado em 2021. O Manual prioriza claramente a mobilidade a pé e reúne todas as informações legais e técnicas para projetar, conforme as exigências da prefeitura municipal.

O documento apresenta diversos instrumentos para qualificação das ruas, como os parklets¹¹ que consistem em estruturas de extensão das calçadas sobre área da pista antes destinada ao estacionamento de veículos e que tem objetivo de ampliar os espaços para pedestres e promover a convivência na rua.

Indica também possibilidades de intervenções experimentais e permanentes em áreas entendidas como residuais, provenientes de projetos urbanísticos e viários, que podem incluir, por exemplo, a ampliação de espaços de permanência e circulação de pedestres (Imagem 60).

A situação da Imagem 60 assemelha-se ao Larguinho da Rua Maria José, cujas pinturas no asfalto, apesar de terem sido improvisadas pela própria comunidade, sem ter recebido projeto e atenção do poder público, conseguem auxiliar na comunicação para o tráfego de veículos motorizados (Imagem 61).

O que se nota no manual também é que, mais uma vez, é evidenciada a relação dos elementos construídos com as ruas. Segundo o Manual, o siste-

¹¹ Ressalta-se que os Parklets também foram implementados na gestão 2013-2016, por meio do Decreto Municipal nº 55.045/2014.



Imagem 60 | Antes e depois das intervenções de melhorias na geometria do viário e ampliação dos espaços para pedestres. O manual não cita a localização dessas imagens. Fonte: Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, 2021.

ma viário cumpre muitas funções como mobilidade, infraestrutura e ambiência. Para esta última, expõe

Ela resulta não apenas do desenho do espaço viário — e, portanto, público —, mas também do que ocorre nos lotes com os quais confronta. O uso do solo predominante, os recuos frontais e o gabarito das edificações, a extensão das quadras, os muros ou fachadas cegas, a arborização, a hidrografia, o posteamento, a relação entre a largura da via e as construções — são diversos os aspectos que configuram a ambiência, resultando em lugares agradáveis ou inóspitos. (SÃO PAULO (SP), 2021, p. 46).

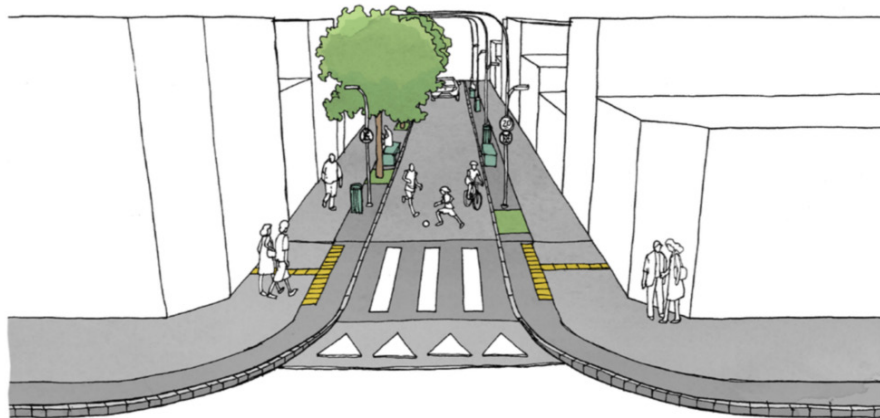
Outro ponto que interessa a esta Dissertação refere-se ao entendimento de que as ruas são espaços para práticas de convívio social. No manual, este aspecto é reconhecido quando se trata de mobiliário urbano e também das “Vias Compartilhadas” (Imagem 62) que são aquelas que comportam, simultaneamente e no mesmo espaço, os diversos modos de transporte, sempre priorizando a circulação de pedestres e ciclistas

Nas vias comerciais, projetos de vias compartilhadas podem agregar vitalidade ao espaço, viabilizando diversas atividades ao ar livre. Em áreas residenciais, podem fortalecer as relações sociais e comunitárias. (SÃO PAULO (SP), 2021, p. 151).

Em vias de uso predominantemente residencial, considerar o uso do espaço também para atividades recreativas e espaços verdes de convivência, com a participação dos moradores e associações e levando em consideração os diversos ciclos de vida. (SÃO PAULO (SP), 2021, p. 152).



Imagem 61 | Pinturas no larguinho - Imagens de satélite do larguinho ao longo dos anos de 2014, 2020 e 2021. Fonte: *Google Earth*, 2021



Via compartilhada

Imagem 62 | Via compartilhada entre veículos motorizados e pessoas que caminham, jogam bola, andam de bicicleta.

Fonte: Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, 2021

A maioria dos planos recentes referem-se, explicitamente, a uma mudança de paradigma que o planejamento da cidade vem sofrendo ao longo dos últimos anos.

Embora nenhum dos planos cite as legislações que tratam de programas de aberturas de ruas, como o Ruas de Lazer, em que a rua Maria José está inserida, entende-se que os pontos apresentados até aqui representam um avanço na criação de políticas públicas que valorizam as pessoas e oferecerem um cenário favorável à criação de novos projetos de enfrentamento ao automóvel.

3.2 Ruas na administração pública: espaço para conviver

Desacelerar. Conforme exposto, a partir da gestão municipal de 2013-2016, foi possível observar uma mudança de foco no planejamento das ruas, por meio da criação de políticas públicas que valorizam a escala do ser humano neste espaço livre público e, portanto, o ritmo compatível ao da caminhada e da pedalada.

É necessário enfatizar aqui que as ruas, além de constituírem importantes elementos de estruturação do sistema de espaços livres da cidade de São Paulo, compõem grande parte desse sistema, tendo em vista que desde 1972 as legislações urbanísticas municipais de parcelamento do solo exigem, em novos loteamentos, um percentual mínimo (20 a 15%) das áreas destinadas ao sistema viário. Contudo, conforme aponta Queiroga (2014), dificilmente os projetos desenvolvidos para o sistema viário consideram seu potencial como espaço de lazer e convívio.

Para além da mobilidade, um movimento de retomada das ruas a partir da gestão municipal 2013-2016 também passou a ser notado, diante não só da elaboração de planos que priorizam os pedestres, mas também da implementação de programas de bloqueio de ruas para o trânsito de veículos motorizados e do consequente fortalecimento de práticas de convívio nesse espaço livre público.



Imagem 63 | “Parque Minhocão”: a partir de maio de 2021, a área do Minhocão, nos momentos de parque, recebe mobiliário urbano (bancos e tablados) nos acessos do Terminal Amaral Gurgel e da Praça Marechal Deodoro, que contribui para o conforto e o fortalecimento do convívio social.

Fonte: Foto da autora, 2021



Imagem 64 | Praça localizada embaixo do “Minhocão”.
Fonte: Foto da autora, 2021

Um exemplo emblemático é o do Elevado Costa e Silva, hoje denominado João Goulart, o conhecido “Minhocão”, via expressa que liga as regiões leste-oeste da cidade de São Paulo, inaugurada em 1971. Na gestão municipal da prefeita Luiza Erundina, em 1989, a pedido dos moradores do entorno, a prefeitura restringiu seu funcionamento, bloqueando a entrada de veículos no período noturno. Em 1996, novo bloqueio se estendeu aos domingos e feriados.

O que São Paulo não esperava é que essa via passaria a ser espontaneamente ocupada pela população por meio de práticas de lazer e sociabilidade. Em resposta a esse movimento, então, o PDE de 2014, em seu Art. 375, previu a demolição do elevado ou sua transformação, parcial ou integral, em parque. A partir de 2015, a prefeitura estendeu o período de bloqueio ao trânsito de veículos entre as 15h dos sábados e as 6h30 das segundas-feiras. Em 2016, sancionou a Lei nº 16.397/2016 que o denominou como “Parque Minhocão” nos momentos em que se encontra fechado para o tráfego de veículos.

Sobre este último aspecto, destaca-se, além do reconhecimento legal de uma situação prática, o reconhecimento legal da flexibilidade do espaço livre público: um mesmo espaço, em diferentes momentos e devido às apropriações, pode estar via ou estar parque (Imagem 63 e 64).



Imagem 65 | As diferentes realidades em uma mesma projeção. Fonte: @walterheggopirata, *instagram*, 2021

O Minhocão tem recebido muitas pessoas que se deslocam de lugares distantes para caminhar e se encontrar. No entanto, vale ressaltar que, embora a prefeitura tenha instalado duas praças com equipamentos de ginástica, bancos e parquinho infantil, com o objetivo de ativar e ocupar as áreas que estão localizadas embaixo do elevado (Imagem 64), o que se nota é uma grande concentração de pessoas em situação de rua que habitam os baixios. O que se observa, portanto, são duas realidades distintas, que pouco se misturam, habitando uma mesma projeção (Imagem 65).

Outro exemplo de reconhecimento legal de uma situação prática é o Carnaval de Rua de São Paulo que passou a ser oficialmente organizado em 2014. Diante do crescimento anual do evento, segundo Gonçalves (2020), houve um esforço das gestões municipais em acompanhar tal movimento, por meio da publicação, praticamente anual, de Decretos (o último, nº 58.857, publicado em 2019) com objetivo de conter conflitos.



Imagem 66 | Paulista Aberta.

Fonte: Flávio Moraes/G1, 2015. Disponível em: <https://mobilidadesampa.com.br/2015/11/avenida-paulista-sera-aberta-para-pedestres-e-ciclistas-a-partir-das-13h-neste-domingo-2911/>. Acesso em: 28/10/2021

Nessa perspectiva de abrir ruas para pessoas, por meio do bloqueio para veículos motorizados, a prefeitura implementou em 2015 o programa Ruas Abertas que teve ampla visibilidade¹² por bloquear, aos domingos e feriados, para o trânsito de carros, vias de tráfego intenso, como a Avenida Paulista (Imagem 66), classificada como via arterial.

Com objetivos semelhantes, a gestão municipal 2017-2020 lançou, em 2019, o programa Rua da Gente que pretendia fortalecer as práticas de convívio social não só em ruas, mas também em outros tipo de espaços livres públicos (como praças e parques) existentes de São Paulo por meio da realização de eventos itinerantes que contavam com diversas atividades.

No entanto, a ideia de bloquear trechos de ruas para a circulação de veículos motorizados, aos domingos e feriados, não é novidade para a cidade de São Paulo. Isso porque já na década de 1970, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) introduziu o programa Ruas de Lazer, existente até os dias de hoje (2022).

¹² Sendo inclusive premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte em 2016. Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/premio-apca-reconhece-programa-ruas-abertas>> Acesso em: 08/01/2020.

3.2.1 O Programa Ruas de Lazer¹³

O programa Ruas de Lazer, conforme aponta o site da SEME¹⁴, foi pela primeira vez concretizado em 1976, em resposta à demanda da população por espaços para práticas de lazer decorrente do processo de expansão da cidade de São Paulo.

No entanto, também de acordo com o site da prefeitura¹⁵, já em 1975, Dona Dirce, moradora da rua Manuel Faria Inojosa, localizada em São Miguel Paulista, zona leste do município de São Paulo, observando o crescimento do seu bairro e o movimento consequente de “empurrar a criançada para dentro de casa”, tomou a iniciativa e “colocou pedaços de madeira para impedir a passagem dos carros e abrir espaço para as crianças”.

A ideia da Dona Dirce, reconhecida pela prefeitura em 1976, passou a ser observada em vários pontos da cidade: inicialmente, a interdição das ruas para veículos motorizados e a abertura para atividades de lazer eram autorizadas individualmente pela prefeitura.

Ao consultar notícias dessa época¹⁶, no entanto, não se encontrou nenhuma menção à Dona Dirce. Conforme notícia (Imagem 68), as Ruas de Lazer foram criadas, inicialmente, devido à ausência de locais apropriados para práticas de skate e, depois da boa aceitação, a prefeitura resolveu criar ruas semelhantes, com finalidades não só exclusivas à prática dessa modalidade esportiva.

¹³ Parte das ideias abordadas aqui, foram expostas no texto “Lazer em ruas de São Paulo: Considerações a partir de programas municipais vigentes”, apresentado no XV ENEPEA, em 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/index.php?p=287714> Acesso em: 07/01/2020

¹⁵ Conforme matéria publicada no site da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=123293>> Acesso em: 07/01/2020

¹⁶ Foram consultados os acervos online dos jornais Folha de São Paulo, disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 15/10/2021, e O Estado de São Paulo, disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>, Acesso em: 15/10/2021.



Imagem 67 | Ruas de Lazer na década de 1970.
Fonte: Acervo Estadão. Acesso em: 15/10/2021

O que essa notícia (Imagem 68) também mostra é que o Ruas de Lazer não foi o primeiro programa de bloqueio de ruas para o trânsito de veículos motorizados implementado na capital. Esta ideia já existia desde 1963, quando foi criada a primeira Rua de Recreio na cidade pela Câmara Júnior de São Paulo e, para surpresa desta pesquisadora, essa primeira rua inaugurada foi justamente a rua Maria José¹⁷ (conforme Imagem 68 e 69). Embora seja em um trecho diferente daquele que acontece o Ruas de Lazer atualmente, essa descoberta sobre a Maria José reforça a relevância de se estudar esta rua.

Em relação às Ruas de Recreio em São Paulo, verificou-se também uma publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 07 de maio de 1963 (Imagem 70). A “Campanha das Ruas de Recreio” previa a interdição de vias nos dias de semana, das 16h00 às 19h00, para que crianças pudessem brincar com segurança e contava com o auxílio do governo estadual.

Poucas foram as informações encontradas em relação à campanha. Não se constatou o motivo de seu término, por exemplo. O site da prefeitura de São Paulo não cita esta campanha e não foi possível encontrar sua relação com o programa municipal.

O site também não **veicula outra informação encontrada durante as pesquisas**: a partir de 1977, as Ruas de Lazer não existiam somente na cidade de São Paulo, mas aconteciam em municípios do país e estavam relacionadas à campanha nacional Esporte para Todos (EPT), organizada entre os anos de 1977 e 1985 pelo Departamento de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC). Conforme Ferraz (2019), nesse contexto nacional e no citado período, algumas cidades, como São Paulo, Vitória e Curitiba, tiveram essa política implementada.

¹⁷ Em conversa com o atual coordenador da Rua de Lazer da Maria José, esse assunto foi abordado. Também surpreso com a notícia, ele revelou que naquele trecho da rua havia uma escola e que isso pode estar relacionado com a implementação desta Rua de Recreio.

Ruas de lazer são idéia antiga, da Câmara Júnior

A idéia da implantação de ruas de lazer na Capital vem desde 1963, quando a Câmara Júnior de São Paulo instituiu a primeira "rua de recreio" no bairro da Bela Vista. A idéia foi, agora, retomada pela Prefeitura, por meio da sua Secretaria de Esportes: já existem seis ruas de lazer na cidade, e mais três devem ser inauguradas no próximo domingo, pelo secretário de Esportes e ex-deputado Caio Pompeu de Toledo, apesar das acusações de vereadores e políticos do MDB, para quem as ruas de lazer não passam de mais uma tentativa da Arena de "caçar votos" visando às eleições de novembro.

De acordo com o projeto da Prefeitura, as ruas de lazer foram criadas diante das dificuldades encontradas pelos praticantes de skate, que não dispunham de locais apropriados para esse esporte. Como a aceitação daquelas ruas foi favorável, resolveu-se instituir outras ruas semelhantes, e não só com a finalidade de elas ser praticado o skate.

Contando com o apoio das sociedades amigos de bairros, convocadas a colaborar com a Secretaria de Esportes por meio de circular assinada pelo ex-deputado Caio Pompeu — que naturalmente não se esqueceu do reforço que aquelas sociedades podem dar aos candidatos de seu partido — as ruas de lazer foram criadas como sendo algo inédito na Capital.

IDEIA ANTIGA

No entanto, a precursora da

idéia foi a Câmara Júnior de São Paulo, entidade que congrega participantes de 18 a 40 anos, e que tem como objetivo promover a formação de líderes comunitários.

Dois meses depois de sugerida, em 1963, a primeira rua de recreio, (como as chamaram a Câmara Júnior), foi inaugurada na rua Maria José, entre as ruas Manoel Dutra e Conselheiro Carrão, na Bela Vista.

As antigas ruas de recreio eram fechadas, diariamente, das 16 às 19 horas e, para organizar os jogos e divertimentos as crianças elegiam um "prefeito", responsável pela rua durante aquelas três horas.

Mas, quinze dias após a sua abertura, a rua de recreio da Bela Vista já contava com alguns inimigos: os moradores decidiram organizar um pibiscito — alegavam que a rua de recreio atrapalhava o trânsito.

Esse impasse, porém, foi resolvido pela própria Câmara Júnior, que chegou à conclusão de que era necessária uma preparação psicológica da população, para que aceitasse a instituição das ruas de recreio, as brincadeiras e os possíveis transtornos do trânsito.

O SESC

Em 1969, baseando-se na idéia da Câmara Júnior, o SESC promoveu a sua rua de recreio, desta vez denominada "rua da alegria", na rua do Carmo, entre a Tabatinguera e a das Flores. Depois, elas surgiram no Belém, Itaquera e Freguesia do Ó.

Imagem 70 | Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 07 de maio de 1963 sobre as Ruas de Recreio. Fonte: DOSP. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/> Acesso em: 24/10/2021

CAMPANHA CONTRA A DELINQUÊNCIA

Comissão da Diretoria da Câmara Júnior de São Paulo, esteve ontem nos Campos Eliseos a fim de convidar o governador Ademar de Barros para participar de cerimônia de início da "Campanha das Ruas de Recreio", cuja finalidade será o combate à delinquência infanto-juvenil em nossa Capital. O início do movimento está marcado para o próximo dia 21.

A "Campanha das Ruas de Recreio" prevê o isolamento de diversas artérias desta Capital, no horário das 16 às 19 horas, de segunda a sexta-feira, a fim de que as crianças moradoras nas redondezas possam brincar com segurança, longe dos perigos naturais das vias públicas e da influência perniciososa de maus elementos.

O chefe do Executivo paulista manifestou o seu apoio à iniciativa da Câmara Júnior de São Paulo, tendo, em consequência determinado ao secretário da Segurança Pública e ao diretor da DST que recebam aquela Comissão, a fim de estudarem o auxílio que o Estado poderá dar à Campanha.

Os diretores da Câmara Júnior de São Paulo que estiveram em Palácio foram os srs. Roger Levy, presidente; Antonieta Eikys, secretária; Leo Tjurs. Yassuo Imai, Luiz Antonio de Aguiar e Souza Neto.

Imagem 68 | Rua Maria José, a primeira Rua de Recreio da cidade de São Paulo. Segundo a notícia de 1976, diariamente, das 16 às 19h00 o trecho compreendido entre as ruas Manoel Dutra e Conselheiro Carrão era interditado ao tráfego de veículos.

Fonte: Acervo Folha. Acesso em: 24/10/2021

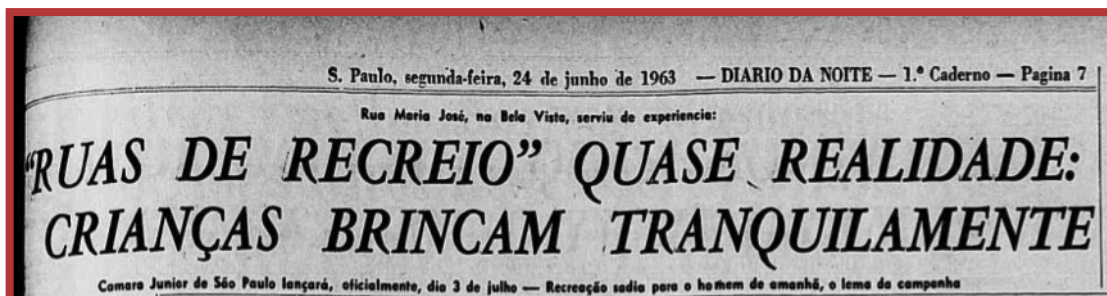


Imagem 69 | Notícia de 1963: o Jornal Diário da Noite que também mostra que a primeira experiência das Ruas de Recreio aconteceu na Rua Maria José.

Fonte: Jornal Diário da Noite. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/221961/per221961_1963_11788.pdf. Acesso em: 24/10/2021

Segundo Pazin (2014), as Ruas de Lazer, dentro das campanhas esportivas faziam parte de uma política de conciliação

O movimento pela Anistia e pela abertura política foi retomando, aos poucos, o espaço público - ruas, praças e avenidas - ganhando apoio da sociedade, mas desagradando ao governo militar. A ditadura se viu na necessidade da manutenção da ordem para garantir que o processo de abertura ocorresse dentro dos limites impostos pelos generais. No empreendimento dessa tarefa de controle do espaço público, a campanha EPT, por meio de suas ações, incorporou os desejos individuais e coletivos que foram suprimidos pela ditadura. Suas atividades incentivavam a política da conciliação, e diante disso a campanha organizou ruas de lazer para tal intento. (PAZIN, 2014, p. 230)

As campanhas, portanto, eram um mecanismo de controle social, não como forma de opressão, mas como um instrumento de construção de um consenso social.

Também conforme a autora (ibid), os materiais técnicos do EPT, distribuídos por todo o país, contavam com recomendações acerca das Ruas de Lazer, como o horário de funcionamento, a separação por práticas recreativas e esportivas, a necessidade de solicitação da comunidade e sugestões de atividades improvisadas.

Sobre este último aspecto, Pazin (2014) coloca que os manuais recomendavam que quadras fossem pintadas no leito carroçável e que materiais fossem adaptados. No texto do manual, por exemplo, havia a sugestão de criação de uma raquete a partir de materiais como cabides, meias velhas e rolo de fita adesiva.

Embora não se tenha encontrado documentação que relacione diretamente a campanha nacional e as primeiras iniciativas, em 1975, do programa na cidade de São Paulo, verifica-se que alguns dos aspectos presentes no material didático do EPT, como horário de funcionamento, foram incorporados nas legislações paulistanas. Outros, como a improvisação, ainda que não estejam na lei, são observados nas Ruas de Lazer atuais.

No âmbito municipal, duas décadas depois de sua implementação e já sob regime democrático, em 1990, o programa foi regulamentado pela primeira vez (Portaria Conjunta nº 01/SEME/SAR/1990) e, em 1996, virou lei (Lei nº 12.264/96), garantindo nova regulamentação em 1999, por meio do Decreto nº 38.872/99.

Mais tarde, em 2014, no contexto das políticas públicas implementadas na gestão municipal 2013-2016, sua regulamentação foi atualizada por meio do Decreto nº 55.684/14, que garantiu algumas modificações, conforme Imagem 71, e promoveu o recadastro das ruas que integram o programa.

Em relação ao recadastro, conforme apontam Costa e Sampaio (2015), até outubro de 2013, estavam cadastradas 1078 ruas. No entanto, 69% delas não funcionavam mais, o que justificava a necessidade dessa atualização. Até fevereiro de 2020, mês anterior ao início da pandemia e a suspensão do programa¹⁸, encontravam-se oficialmente ativas 58 ruas, de acordo com divulgação da SEME¹⁹, número bastante inferior às 1078 ruas cadastradas até 2013.

Atualmente, em 2022, o programa permanece sob gestão da SEME, dentro da Divisão de Gestão de Políticas de Esporte e Lazer²⁰.

Segundo o atual coordenador do programa Ruas de Lazer, Fábio Brandão, servidor concursado desde 2008, em conversa realizada em 11 de agosto de 2021, a situação do programa em 2013, com mais de mil ruas cadastradas, encontrava-se ingerenciável. Considerando-se que, há quatro anos, a equipe que coordena os programas Ruas de Lazer e Ruas Abertas na SEME conta com apenas um servidor, pode-se imaginar as dificuldades em sua gestão.

Além disso, o servidor também relatou que muitos foram os fatores para essa adaptação do Decreto, como a existência de conflitos entre vizinhos, mudanças de geração (crianças que cresceram e já não brincavam mais nas ruas) e problemas políticos, já que o programa passou a ser utilizado como instrumento para arrecadação de votos por candidatos locais.

Diante de um estudo contratado pela SEME²¹, entre 2013 e 2014²², e para garantir maior controle do que acontecia na ponta do programa, houve a atualiza-

18 Adiante, esse contexto será abordado.

19 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/index.php?p=270518> Acesso em: 20/10/2019.

20 Esta Divisão está mais relacionada a programas e projetos que ocorrem fora dos centros esportivos, como o Ruas de Lazer e o Ruas Abertas, programas de corrida de ruas, programas ambientais relacionados ao esporte, entre outros.

21 Conforme apontam Costa e Sampaio (2015), a pesquisa foi encomendada pela SEME para avaliar o programa Ruas de Lazer e servir de base para sua atualização.

22 A pesquisa, acompanhada pelo corpo técnico à época, realizou mais de 3000 entrevistas em 1058 ruas, segundo Fábio Brandão.

ção do Decreto que, além de exigir o recadastramento anual, introduziu regras quanto aos locais de implantação do programa, restrições quanto a ruídos e horários de funcionamento e necessidade de maior número de assinaturas no requerimento (antes era necessário 2/3 e, agora, 80% dos moradores devem assinar a requisição), conforme Imagem 71.

Quando questionado sobre o que é o programa e quais são suas principais características, o coordenador do Ruas de Lazer, Fábio Brandão, comentou sobre sua abrangência local. Vale pontuar que tal característica é observada desde décadas passadas. Nishikawa (1984), ao analisar em sua pesquisa 94 Ruas de Lazer em São Paulo, aponta que em 81% dos espaços analisados, mais da metade dos frequentadores era constituído de pessoas residentes no próprio trecho da rua, enfatizando a referida abrangência – local, de vizinhança – do programa.

Mas quais são as atividades que as pessoas praticam aos domingos nas Ruas de Lazer? Ao consultar o Decreto de regulamentação de 2014, em seu Art. 2º, conforme Imagem 71, verifica-se que podem ser praticadas “atividades lúdico-recreativas [...] atividades socioculturais [...] e atividades lúdico-esportivas, como futebol, vôlei, basquetebol e demais modalidades esportivas adaptadas”.

Conforme Costa e Sampaio (2015), dados de 2013 e 2014 mostram que dentre as principais atividades praticadas nas Ruas de Lazer estão andar de bicicleta, brincadeiras de crianças e práticas esportivas. Este dado também foi reiterado pelo servidor Fábio Brandão.

Outra característica marcante do programa, apontada pelo coordenador, é o seu foco no lazer espontâneo e no esporte. Segundo Brandão, seu sucesso se dá por meio do envolvimento e do interesse dos munícipes (moradores da rua), já que parte deles a sua implantação e sua desativação.

De fato, um aspecto significativo deste programa refere-se à articulação e organização da comunidade para sua viabilização. Isso porque sua implementação acontece por meio de requerimento dos moradores, com aprovação de ao menos 80% daqueles residentes do trecho da via pública requerida. Após análise e anuência da Subprefeitura competente (quanto à documentação e viabilidade), da SMT (quanto ao impacto viário), e por fim, da SEME, as “Ruas de Lazer” podem ser implantadas nas vias públicas com trânsito de veículos de baixa intensidade, incluindo o entorno de praças e largos.

Imagem 71 | Quadro Comparativo entre os Decretos – principais alterações dos Decretos.

DECRETO	38.872/1999	55.684/2014
RESTRIÇÕES QUANTO À IMPLANTAÇÃO	<p>Art. 2º No trecho da via pública pretendido para área de lazer, não pode haver igreja, hospital, pronto-socorro, velório, cemitério, estacionamento coletivo, linha regular de ônibus, ponto de táxi e feiras livres.</p> <p>Não faz referência a distância mínima entre ruas.</p>	<p>Art. 1o. § 1º É vedada a implantação de Ruas de Lazer nas vias em que haja templos de qualquer culto, hospitais, prontos-socorros, velórios, cemitérios, estacionamentos coletivos, linhas regulares de ônibus, pontos de táxi, feiras-livres, bares, lanchonetes, estabelecimentos de alimentação de qualquer natureza ou qualquer outro tipo de comércio.</p> <p>§ 2º Não serão implantadas Ruas de Lazer com distância inferior, entre si, de 2km (dois quilômetros).</p>
REQUERIMENTO	<p>Art. 1º, II - Abaixo-assinado contendo nome completo legível e assinatura de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos moradores do trecho da via pública escolhida, correspondendo a cada residência somente uma assinatura.</p>	<p>Art 5º, II - abaixo-assinado contendo nome completo legível, endereço, assinatura e número de documento de identidade de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos moradores do trecho da via pública escolhida, podendo corresponder a cada residência somente uma assinatura.</p>
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	<p>Art. 6º, I - Funcionário nos domingos e feriados, no horário compreendido entre 9:00 e 17:00 horas;</p> <p>II - Durante o horário de funcionamento não será permitido o trânsito de veículos no local, exceto daqueles pertencentes aos moradores dos lotes lindeiros à área delimitada como área de lazer;</p>	<p>Art. 2º As Ruas de Lazer funcionarão aos domingos e feriados, no horário compreendido entre 10 (dez) e 16 (dezesseis) horas, sendo proibido nesse período o trânsito de veículos no local, exceto daqueles pertencentes aos moradores dos lotes vizinhos à área delimitada.</p>
ATIVIDADES	<p>Não menciona atividades que poderão ser desenvolvidas.</p>	<p>Art. 3º Nas Ruas de Lazer poderão ser desenvolvidas atividades lúdico-recreativas, como jogos, brincadeiras, gincanas, atividades socioculturais, tais como oficinas de artesanato, apresentações teatrais e contação de histórias, e atividades lúdico-esportivas, como futebol, vôlei, basquetebol e demais modalidades esportivas adaptadas.</p>
PROIBIÇÕES	<p>Não há proibição explícita</p>	<p>Proibida a emissão de ruídos sonoros provenientes de aparelhos de som instalados em veículos automotores estacionados.</p>
VÍNCULO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE CIVIL	<p>Conselho</p>	<p>Conselho Gestor</p>
ÓRGÃOS	<p>AR, SEME, SMT</p>	<p>SUB, SEME, SMT</p>
RECADASTRAMENTO	<p>Não menciona necessidade de cadastramento</p>	<p>Cadastramento Anual</p>
ACOMPANHAMENTO DA PREFEITURA	<p>Art. 6º, VI - A SEME e a AR fornecerão orientação e apoio para o bom funcionamento da área de lazer;</p>	<p>Art. 15. A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação promoverá ações, encontros, oficinas ou atividades similares para os conselheiros, supervisores de esporte e demais interessados nas Ruas de Lazer para a divulgação de boas práticas, discussão de alternativas às diversas realidades existentes na Cidade, estimulando um processo participativo e transparente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

O vínculo institucional com a sociedade civil se dá por meio do Conselho Gestor da rua, responsável pelo gerenciamento da área e por zelar pela preservação dos materiais de sinalização móvel fornecidos pela prefeitura. A manutenção do programa e as atividades que ocorrem nas “Ruas de Lazer” são também de responsabilidade da própria comunidade.

A participação da população, já na década de 1980, aparecia como uma questão que poderia ser compreendida por diferentes perspectivas. Nishikawa (1984) analisa esse aspecto tanto positiva, como negativamente. No âmbito geral do programa, considerando seus aspectos positivos, a autora destaca os benefícios garantidos às crianças por meio do lazer infantil, a segurança para prática de lazer e a integração comunitária. Em relação a este último aspecto, expõe que

No seio da pequena comunidade, tal como o trecho de uma rua, as necessidades do grupo e as limitações que está sujeito, faz com que em certas circunstâncias o grupo se una para resolver os seus problemas através do autocontrole e organização. O sentimento comunitário poderá surgir e fortalecer-se através das práticas de atividade de caráter comum e criativo como o lazer. (NISHIKAWA, 1984, p.98).

Por outro lado, dentre os pontos contrários à aprovação do programa, como barulhos, conflitos e brigas, dificuldade para o trânsito de carros e danos à propriedade e à arborização urbana, destaca-se a “desorganização, falta ou má coordenação” e a dificuldade em sua manutenção – “dá trabalho manter rua de lazer”. (NISHIKAWA, 1984, p.76).

Em pesquisa mais atual, os pontos levantados por Costa e Sampaio (2015) reforçam isso. Os autores salientam que o principal motivo para o não funcionamento das Ruas de Lazer, levantado à época, era a falta de interesse ou envolvimento dos moradores. Isso porque a participação e o comprometimento da comunidade local são fatores decisivos não só para implantação como também para manutenção desta política pública.

Também sobre esse assunto, questiona-se o que a prefeitura tem feito para garantir o engajamento da comunidade quanto à adesão e manutenção do programa. O atual coordenador, Fábio Brandão, apontou que, algumas vezes, as pessoas abrem uma Rua de Lazer sem conhecer seu funcionamento e, por isso, esperam uma ação da prefeitura para além do fornecimento de cavaletes de trânsito. Ao entenderem que o programa consiste “apenas” no fechamento da rua para carros, se frustram diante das expectativas criadas.

O coordenador, no entanto, admitiu que caberia à prefeitura acompanhar o programa e que, diante das restrições orçamentárias da SEME, até o momento, não se conseguiu elaborar um plano de ação com recursos próprios da Secretaria que contemple todas as ruas e faça, pelo menos, uma ação de fomento, por rua, por ano, com certa regularidade²³. Sobre isso, ele comentou que estão em busca de um processo de educação do munícipe para que ele possa gerir o espaço com atividades de qualidade e não somente fechar a área para que os carros não trafeguem na via.

Conforme o Art. 15 do Decreto que regulamenta o programa, “a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação promoverá ações, encontros, oficinas ou atividades similares para os conselheiros, supervisores de esporte e demais interessados nas Ruas de Lazer”. Em relação a isso, o servidor comentou que, duas vezes por ano, a SEME realiza o Encontro Municipal de Ruas de Lazer, com a participação da sociedade e representantes de entidades atuantes. Neste Encontro, é dada a oportunidade para os moradores apresentarem as práticas de gestão do espaço e, assim, cria-se um local de discussão de melhorias para o programa e troca de experiências.

3.2.1.1 Sistema de Ruas de Lazer?²⁴

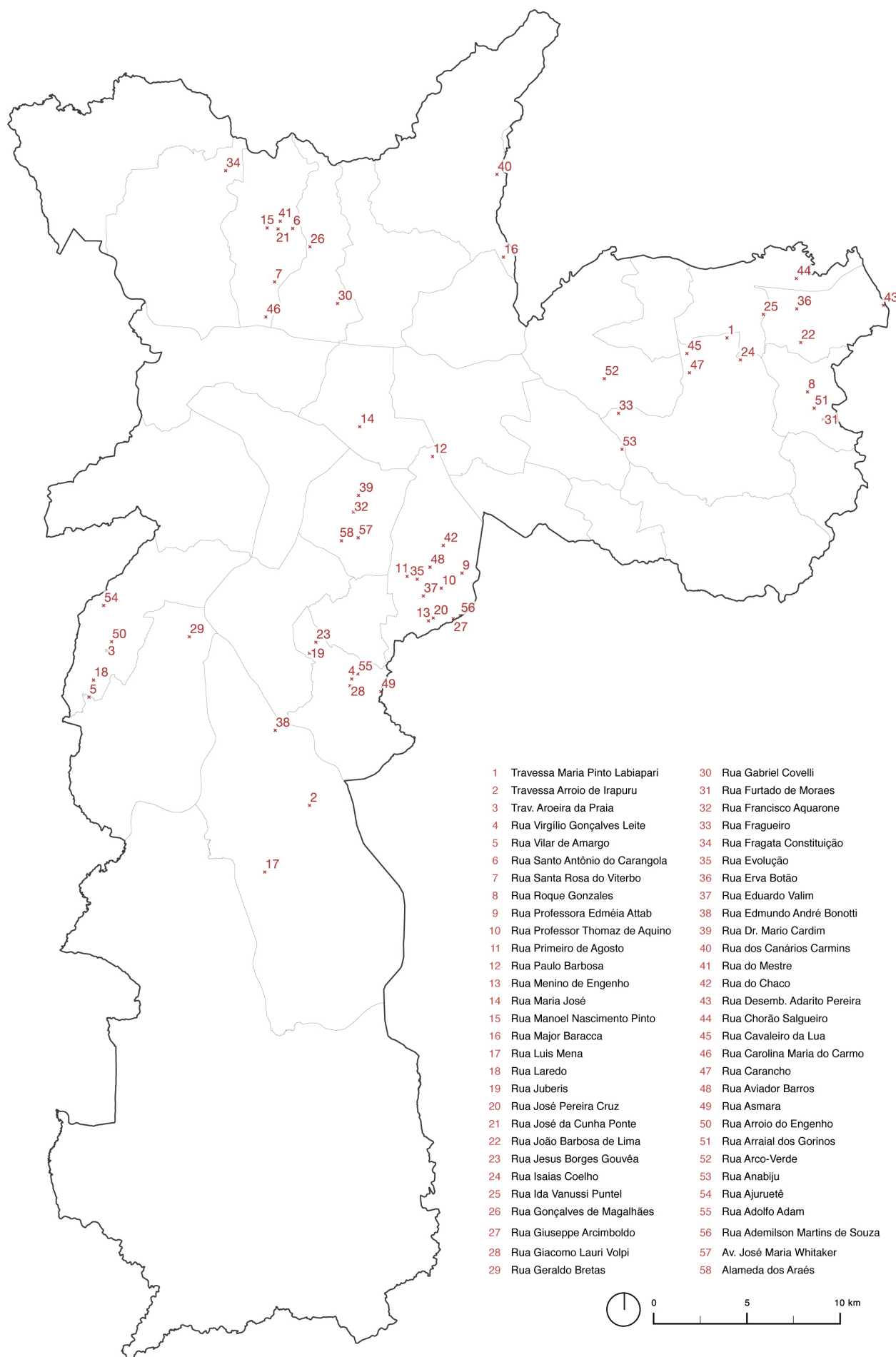
Quando se analisa a distribuição das Ruas de Lazer no município de São Paulo, observa-se uma concentração de ruas em áreas periféricas, ainda que a subprefeitura do Ipiranga tenha destaque, já que conta com 12 ruas cadastradas.

Nota-se também que as Ruas de Lazer apresentam caráter local, bastante relacionado com os bairros residenciais. Porém, quase metade das Subprefeituras do município (15) não apresentam ruas cadastradas no programa, sendo que a zona oeste inteira (Subprefeituras da Lapa, Butantã e Pinheiros) não dispõe de ruas cadastradas (Imagem 72).

²³ Na *Conferencia Ciudad Jugable*, organizada, em junho de 2021, pela prefeitura de Barcelona para compartilhar as experiências de Barcelona, Paris e São Paulo, em relação aos espaços livres públicos de brincar, o coordenador do programa Ruas de Lazer, em sua apresentação, revelou também que para ativação de algumas ruas, foram articuladas parcerias com setor privado, organizações da sociedade civil, moradores e subprefeituras. Disponível em: <https://youtu.be/V6F9kI3ZcS8>. Acesso em: 01/10/2021.

²⁴ As reflexões expostas adiante, também foram feitas a partir da elaboração do texto “Lazer em ruas de São Paulo: Considerações a partir de programas municipais vigentes”, apresentado no XV ENEPEA, em 2020.

Imagem 72 | Mapa de localização das Ruas de Lazer por Subprefeitura ativas em 2020.



Em relação à distribuição das ruas, um aspecto do Decreto de 2014 deve ser pontuado. Conforme o Artigo 1o, § 2º, “Não serão implantadas Ruas de Lazer com distância inferior, entre si, de 2km (dois quilômetros)”. O motivo dessa regra, segundo Fábio Brandão, é diminuir o impacto viário, mas também garantir que ruas não sejam abertas de forma desenfreada e fazer com que uma rua possa atender uma determinada região: “se você tem uma Rua de Lazer atrás da sua casa, o que justifica abrir outra na sua rua?”, comentou o servidor em relato fornecido em 11 de agosto de 2021.

Outro ponto a ser destacado é a inserção da rua Maria José nesse contexto. Até o início de 2022, ela era a única rua cadastrada na Subprefeitura da Sé.

Em outras regiões da cidade, na prática, ainda que seja possível visualizar a proximidade entre algumas Ruas de Lazer, não há um entendimento sistêmico desse programa: não há articulação física, por meio de comunicação visual padronizada, ou previsão de programas complementares entre as ruas, por exemplo.

Quando questionado sobre esse assunto, o coordenador do programa comentou que essas Ruas de Lazer poderiam ser interligadas não só entre elas, mas também com outros programas do município, como por exemplo, às Ciclofaixas de Lazer²⁵, que por sua vez poderiam se conectar às Ruas Abertas, como a Paulista Aberta, que tem acesso a diversos equipamentos culturais.

Além disso, destacou a possibilidade de criação de ferramentas virtuais, como um aplicativo, que além de fornecer informações do programa e das atividades que ocorrem nas ruas, poderia garantir diversas possibilidades de interação, desafio entre as ruas e conselhos gestores, estimulando a organização de atividades.

Em relação a outros programas municipais como colocado por Brandão, vale ressaltar também a ausência de um entendimento sistêmico, considerando que em 2020, antes da suspensão do programa ocorrida por conta da pandemia, dentro do município de São Paulo, existiam 3 programas municipais vigentes – programa Ruas de Lazer, Programa Ruas Abertas e programa Rua da Gente – que embora tivessem objetivos comuns de promover o uso de lazer em ruas da cidade, por meio da restrição da circulação de veículos motoriza-

²⁵ As Ciclofaixas Operacionais de Lazer são faixas de uso exclusivo de bicicletas, totalmente separadas do tráfego geral por meio de elementos como cones e cavaletes, e que funcionam aos domingos e feriados nacionais das 7h às 16h. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/cidadao/transportes/bicicletas/onde-andar/operacionais-de-lazer>> Acesso em: 01/10/2021.

dos em alguns dias e períodos programados, não dialogavam entre si.

A partir da análise de cada um deles é possível identificar diferenças significativas (Imagem 73). A inserção temporal, ou seja, o contexto em que cada um dos programas foi implementado ajuda a compreender suas especificidades. Enquanto o Ruas de Lazer surge de uma demanda local, nos anos 1970, em um contexto de crescimento da cidade de São Paulo, o Ruas Abertas emerge de movimentos recentes da sociedade civil e em uma gestão engajada em questões urbanas e de mobilidade, que promoveu a revisão do PDE, por exemplo. Já o último programa, surge de uma tentativa da gestão municipal 2017-2020 de promover um projeto próprio, ainda que não tenha sido considerada a possibilidade de aprimorar os programas anteriores.

Em termos de gestão e escala de abrangência, também é possível identificar distinções. Quem circula pela Paulista Aberta, aos domingos e feriados, com tantas pessoas vindas de diferentes localizações da região metropolitana de São Paulo, nem imagina que no mesmo distrito, a 1,5km dali, localiza-se a rua Maria José outra rua aberta para práticas de lazer e interação social, mas com uma dinâmica bem distinta da observada na famosa avenida.

Enquanto o programa Ruas de Lazer abarca a escala local e de vizinhança, já que a maior parte das pessoas que frequentam são da própria rua, os programas Ruas Abertas e Rua da Gente, ao que parece, anseiam mobilizar a população ao menos na escala do bairro, conforme as características e localização das ruas integrantes aos programas. De acordo com o coordenador dos programas Ruas de Lazer e Ruas Abertas, o segundo programa possui foco no desenvolvimento regional e, portanto, tem maior abrangência.

Em termos de gestão, é nítido que o programa Ruas de Lazer depende quase exclusivamente da organização da comunidade em todas as etapas de implementação. Já as Ruas Abertas, relacionam-se diretamente com a gestão pública, porém, de forma descentralizada, já que cada rua integrante é definida²⁶ e gerida pela Subprefeitura em que se insere. Por fim, o programa Rua da Gente, também está relacionado com a gestão municipal, mas por se tratar de uma iniciativa de Secretarias Municipais, está organizado de maneira mais centralizada. Segundo Fábio Brandão, o Rua da Gente foi conduzido unicamente pelo gabinete da SEME, o que reforça a centralização em sua gestão.

26 Por meio de Audiências Públicas, conforme divulgado na página oficial da Prefeitura. Disponível em: <capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-institui-oficialmente-programa-ruas-abertas/moradores-decidem-quais-ruas-poderao-ser-abertas> Acesso em 08/01/2019.

Imagem 73 | Quadro comparativo dos 3 programas municipais vigentes em 2020.

	RUAS DE LAZER	RUAS ABERTAS	RUA DA GENTE
ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	1976, 1990 (Regulamentação)	2015	2019
INICIATIVA	população	população, ONGs	governo municipal
FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	requerimento moradores (aprovação mínima de 80%)	audiências públicas	ação da prefeitura
COORDENAÇÃO	SEME	SEME e Subprefeituras	Secretarias Municipais: SEME, Cultura e Relações Sociais
GESTÃO	moradores	descentralizada: SEME e Subprefeituras	governo municipal, SEME
ATIVIDADES	sem atividades definidas	sem atividades definidas	esportivas, corporais, lazer e integrativas
TIPO DE ESPAÇO	vias locais	vias, praças e largos, geralmente grandes avenidas (vias arteriais)	espaços livres públicos (vias, praças, parques urbanos)
QUANTIDADE (NOV. 2019)	44 ruas	19 ruas e avenidas	31 edições (itinerante)
OPERAÇÃO	domingos e feriados / 10h às 16h	domingos e feriados / 10h às 16h	sábados e domingos / 9h às 17h

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Ao comparar as localidades onde os três programas foram implantados (Imagem 74) também é possível perceber a falta de interação entre eles. Segundo o coordenador da SEME, as ruas itinerantes do programa Rua da Gente contavam com diversas atividades programadas pela prefeitura e tinham o objetivo de servir como um importante instrumento de ativação das Ruas de Lazer. No entanto, na prática, não foi isso que aconteceu, já que os locais do programa Rua da Gente não partiram das localidades dos demais programas.

Em levantamento desenvolvido, conforme Imagem 74, em apenas dois casos houve coincidência de ruas e avenidas ligadas ao Ruas Abertas na programação do Rua da Gente: na Subprefeitura de Itaim Paulista, a Praça Lions Club, localizada na R. Barão de Alagoas e na Subprefeitura de Vila Prudente, a Praça Mendel Hirschfeld junto à R. Luís Pereira da Silva, ambas Ruas Abertas das respectivas Subprefeituras. Já quanto ao Ruas de Lazer, não houve sobreposição em relação aos outros programas.

Ressalta-se que mais do que a criação de novos programas, como o Rua da Gente, seriam necessárias a avaliação e a revisão de cada um dos programas anteriores (Ruas de Lazer e Ruas Abertas).

Além disso, um desdobramento e aprimoramento desse tipo de política pública de abertura de ruas seria a criação de um sistema de Ruas Abertas e/ou de Lazer. Outro potencial desdobramento, considerando o sistema de espaços livres públicos, seria uma possível integração dessas ruas (no contexto deste tipo de programas) com parques, praças e outros espaços públicos, livres ou edificados, voltados ao lazer, esporte, cultura e educação, por exemplo.

No entanto, ainda que haja intenções por parte do coordenador dos programas, não há, até o momento (2022), um movimento por parte da administração pública que vise esses aprimoramentos.

Tendo em vista os pontos abordados até aqui, ressalta-se que além da ausência de um entendimento sistêmico entre as Ruas de Lazer, não existe um diálogo entre os programas municipais vigentes. Diante dos aspectos tratados em relação a eles, observa-se que ainda que tenham objetivos muito semelhantes, alguns pontos são divergentes. Quando comparado aos outros programas, a característica que mais se destaca no programa Ruas de Lazer é a articulação da população para sua implementação e gestão, o que fica nítido na experiência da Rua Maria José.

Imagem 74 | Localização dos Programas. Mapa de localização das Ruas de Lazer (em vermelho), Ruas Abertas (em azul) e Rua da Gente (em amarelo) por Subprefeitura.

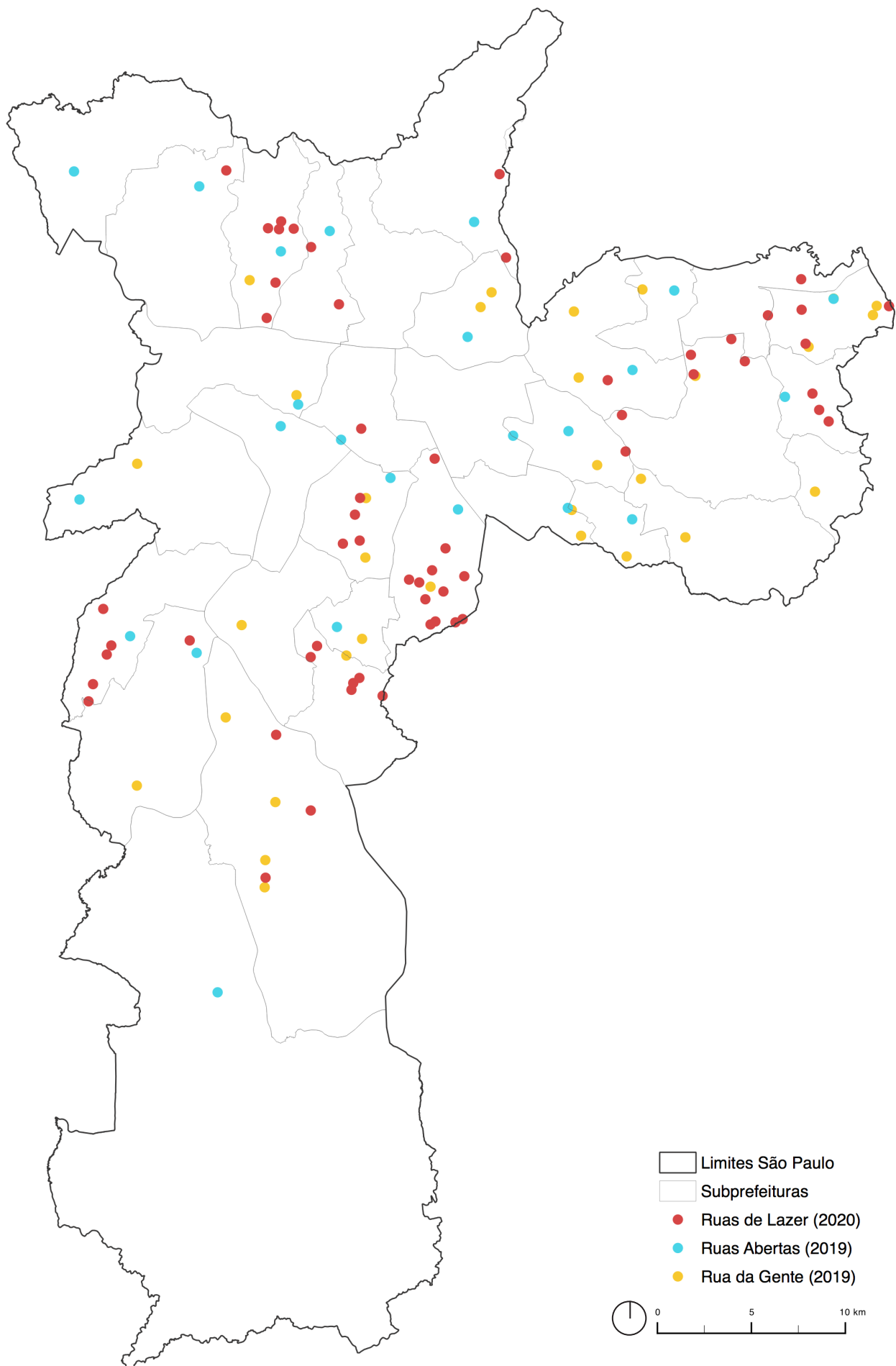




Imagem 75 | Trecho de implementação do programa Ruas de Lazer na rua Maria José.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do *Google Earth*, 2022

3.2.1.2 A Rua de Lazer da Maria José

Em 28 de julho de 2019, foi inaugurado o programa Ruas de Lazer na Rua Maria José, a partir do bloqueio ao tráfego de veículos de um de seus trechos, compreendido entre a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e a rua Conselheiro Carrão, e de trecho da rua Fortaleza (Imagem 75).

Conforme exposto no início deste capítulo, a implementação do programa Ruas de Lazer na Maria José, a partir de julho de 2019, possibilitou, aos domingos e feriados, transformações na dinâmica desta rua que são visíveis àqueles que passam por ela. Isso porque interditar uma via localizada no centro da cidade de São Paulo para entrada de veículos motorizados, retirar os carros estacionados, armar uma rede de vôlei e de tênis, instalar traves de futebol, mesa de pingue-pongue, tabela de basquete e observar brinquedos espalhados e crianças brincando livremente no leito carroçável não é uma imagem comum de se presenciar nos dias atuais.

Mas para além dessa imagem, o que interessa aqui investigar é o impacto dessa política pública na vida cotidiana e na vivência dos moradores desta rua: quais são suas percepções e opiniões acerca do programa? Ele ampliou e fortaleceu as práticas cotidianas e o entendimento comunitário do local? Quem frequenta essa rua? Quem não frequenta, quais os motivos?

Para isso, será apresentado o processo de implementação do programa na

rua, quais foram as motivações e as articulações necessárias para viabilização do projeto, como é feita a gestão desse espaço, quem são as pessoas que vivenciam a Rua de Lazer da Maria José e quais as principais atividades praticadas, quais são as percepções e os tensionamentos observados e, por fim, algumas reflexões acerca das vivências em campo.

Assim como no capítulo anterior, a metodologia utilizada para aproximação com o campo consistiu em incursões realizadas na rua, aproximando-se da abordagem, de cunho etnográfico, que Magnani (2002) denomina de “perto e de dentro”. As incursões ocorreram em domingos consecutivos de novembro de 2019 a janeiro de 2020, foram interrompidas em março de 2020, por conta da situação pandêmica, retomadas esporadicamente em julho de 2021 estendendo-se até junho de 2022.

Após cada incursão, foram elaborados relatos de campo, escritos em ordem cronológica dos acontecimentos, em que foram reunidas todas as percepções e conversas com vivenciadores. Posteriormente, houve necessidade de algumas conversas mais direcionadas com alguns agentes sociais, como o já mencionado coordenador do programa na prefeitura, Fábio Brandão, e um dos coordenadores e organizadores da Rua de Lazer da Maria José. Além disso, foram realizadas consultas virtuais a fim de se obter informações quanto à implementação do programa nesta rua.

A IMPLEMENTAÇÃO E A GESTÃO DO ESPAÇO

Em uma das primeiras idas à campo, houve a apresentação de um dos idealizadores do projeto e coordenador da Rua de Lazer da Maria José, responsável não somente pela gestão do programa, como também por articular grande parte das atividades que acontecem nesse trecho da rua como festas, campeonatos, almoços de graça, distribuição de brinquedos e ovos de páscoa. Foram algumas conversas esporádicas (presencial e virtual), e ao longo deste item, serão expostos os assuntos abordados nesses relatos.

Além disso, vale destacar que a primeira consulta virtual realizada sobre o programa na rua em questão foi no site da SEME. Ao consultá-lo²⁷, verificou-se a existência de um “Relatório de Acompanhamento – Ruas de Lazer” da rua Maria José, datado de 14/12/2018. Nele, a técnica supervisora de esportes informa que “A rua já foi de lazer, está passível de reativação e lá já são desenvolvidas várias atividades”.

²⁷ Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/index.php?p=287679. Acesso em 19/04/2020.

No relato, três informações chamaram atenção. A primeira refere-se à existência do programa antes de 2019. Se esta já havia sido uma Rua de Lazer, quais foram os motivos pelos quais o programa não continuou? Em qual período isso aconteceu?

Segundo um dos idealizadores da Rua de Lazer da Maria José, por volta dos anos 2000, um grupo de pessoas organizou a implementação do programa nesta rua. A ideia era que, no larguinho, acontecesse uma feira de antiguidades, como a que acontece, atualmente, na praça Dom Orione. Nas palavras do coordenador, o que ocorreu há vinte anos tratava-se de uma proposta “capitalista”, para quem é de “fora”. Os conflitos intensificaram-se quando extinguiram o futebol que já acontecia no larguinho para fazer a feira, fazendo com que a maioria dos moradores que foram a favor da implementação do programa solicitasse sua paralisação.

A segunda informação refere-se à existência da “supervisora de esportes”. Sobre isso, o servidor da prefeitura e coordenador do programa, Fabio Brandão, revelou que os supervisores de esportes são técnicos das Subprefeituras que, por conta da atuação local e descentralizada, têm mais contato com o campo e com os moradores, se comparado aos técnicos de SEME. Inclusive, o município protocola todos os documentos em mãos com o supervisor de esportes.

A terceira informação do “Relatório de Acompanhamento – Ruas de Lazer” que merece destaque refere-se ao fato de já existir diversas atividades, mesmo sem a implementação do programa, o que revela uma tendência para esse tipo de apropriação que foi abordada no capítulo anterior.

Em uma das incursões, uma vivenciadora revelou que na visão dela, o movimento de ocupar a rua como espaço de lazer já existia devido ao futebol e aos próprios moradores – naquele trecho há muitos cortiços, muitos pais operários e muitas crianças sem espaço para brincar – e a mobilização para aderir ao programa veio desse movimento espontâneo. Também relatou que o trânsito aos finais de semana é calmo, que mesmo com o movimento dos veículos motorizados, atividades, como o futebol, aconteciam.

Essa informação é reforçada na notícia publicada no “Blog SP a Pé”²⁸ sobre a inauguração da Rua de Lazer da Maria José. De acordo com o texto, o programa reforça, consolidando e ampliando, hábitos que já aconteciam no local como encontros de moradores nas calçadas da via, brincadeiras de crianças e o Campeonato Inter Ruas.

28 Disponível em: <https://spape.blogosfera.uol.com.br/2019/07/29/voce-sabe-o-que-sao-ruas-de-lazer/>. Acesso em: 02/02/2020.

Em vídeo produzido pelo Coletivo Cine Quebrada e publicado no *Youtube* em agosto de 2019, Jorge Luis, um dos coordenadores da Rua de Lazer da Maria José reiterou que o projeto surgiu por conta do futebol

Aos domingos a rua está fechada pra gente jogar um futebol. Aí a gente percebeu que outras coisas poderiam se encaixar nisso: esportes, oficinas, atividades para Terceira Idade, atividades junto à UBS de Saúde do nosso bairro, coisas que vão agregar mais e trazer as pessoas para rua. (informação verbal)²⁹.

O coordenador também enfatizou a relação do futebol com a intenção de se implementar o programa na rua. Revelou, no entanto, que desde 2014, para além da prática desse esporte, realizavam eventos no local, por meio de um rateio entre os amigos do bairro, como a festa do dia das crianças. Isso revela que, anteriormente à implementação da Rua de Lazer, já existia uma mobilização nessa área.

Quanto à inserção no programa, o mesmo coordenador, em uma conversa, comentou que foi um processo longo e difícil que necessitou muitas articulações. Segundo ele, havia, na região, movimentação de um partido político e, por diversas vezes, o Ruas de Lazer foi colocado em pauta, mas sem êxito. Até que, devido à aproximação de uma vereadora, Adriana Ramalho, houve o apoio necessário para efetivação do projeto. Após conversas com a vereadora, que explicou os trâmites necessários, eles formaram uma Comissão, foram “de porta em porta” para coleta das assinaturas dos moradores e encaminharam o pedido na prefeitura. No entanto, em sua visão, foi devido à intervenção da vereadora que eles obtiveram o resultado almejado: “Meio que 50% dependeu da gente, e 50% da intervenção dela, porque ela bateu na porta, pegou o Secretário de Esportes para assinar, porque se dependesse deles estaríamos aqui até hoje nesse processo”, revelou.

Em relação à gestão do Ruas de Lazer na Maria José, reiterou que, assim como as atividades que acontecem desde 2014 na rua, tudo é organizado por eles, sem nenhum apoio do poder público. Por conta do programa, foi também desenvolvido um projeto socioeducativo, denominado “Comunidade Maria José”, para crianças, adolescentes e idosos, com o objetivo de desenvolver diversas atividades na rua, como ioga, dança para idosos e aulas de cinema. O projeto, cujo proponente é o próprio, foi inscrito e aprovado pelo Programa

²⁹ Inauguração da Rua de Lazer na Maria José. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zb9hIJ_b6bs. Acesso em: 21/11/2019.

de Ação Cultural (ProAC)³⁰, porém, não foi dado prosseguimento à captação de recursos, devido à pandemia.

Ainda sobre a gestão, o coordenador da rua relatou não ter muitos problemas e conflitos no local, apenas algumas “picuinhas de vizinhos”. Segundo ele, há um respeito mútuo, os moradores mais antigos conhecem suas histórias e os vizinhos sabem o quanto eles se esforçam para que as coisas aconteçam e, em contrapartida, todos colaboram: “Quando tem a festa das crianças e a gente precisa inflar os brinquedos, a gente chama a tia que traz ajuda da casa dela, pega extensão de uma pensão, é totalmente comunitário”, comentou enfatizando esse aspecto.

OS VIVENCIADORES E AS ATIVIDADES

Conforme observado, as atividades, assim como a quantidade e as características dos vivenciadores, variam entre datas comuns e habituais e aquelas comemorativas e sazonais.

Nestas últimas, geralmente, há uma maior concentração de pessoas e mobilização da comunidade, com programação e atividades diversas como samba e música ao vivo, almoços de graça, roda de capoeira, batalhas de rimas e instalação de brinquedos infláveis e de tendas temporárias (Imagem 76).

Em dias triviais, a frequência é menor com predominância de moradores da própria rua e das ruas vizinhas. O movimento concentra-se nos bares e nos elementos instalados, pelos responsáveis pela coordenação do Ruas de Lazer da Maria José, ao longo da via para práticas esportivas e recreativas (tabela de basquete, rede de vôlei, rede de tênis, pingue-pongue, amarelinha, bambolês e traves de futebol). É curioso notar que, ainda que não sejam utilizados em todos os domingos e feriados, esses elementos são fixados em postes, fachadas de algumas edificações, cadeiras, entre outros. Um dos coordenadores da Rua de Lazer da Maria José comentou que as pessoas de outras ruas, e do Bexiga em geral, passaram a frequentar mais a área depois que eles conseguiram organizar esse “complexo esportivo” (Imagem 77).

Ainda que o trecho todo esteja interditado, a maior parte dos elementos inseridos na rua e a maior concentração de pessoas se dão próximos ao larguinho.

30 O Programa é uma legislação de incentivo à cultura do Estado de São Paulo criada em 2006 através da Lei nº 12.268/2006.



Imagem 76 | Capoeira no dia de comemoração da Consciência Negra. Fonte: Foto da autora, 2019. Entre o bar e o campo improvisado, um grupo de capoeira começou a tocar e jogar. O som misturava-se com aquele emitido pelas caixas de som em frente ao bar. Próximo dali, um grupo de samba denominado "Amigos do Samba da Freguesia - Zona Norte" também se preparava para tocar. Enquanto comia minha feijoada, agora ao som do samba, continuava a conversa com uma vivenciadora da rua. Ela me dizia que o programa Ruas de Lazer havia sido implementado recentemente e que naquele domingo era a comemoração do dia da Consciência Negra e, por isso, a feijoada, a capoeira e o samba.

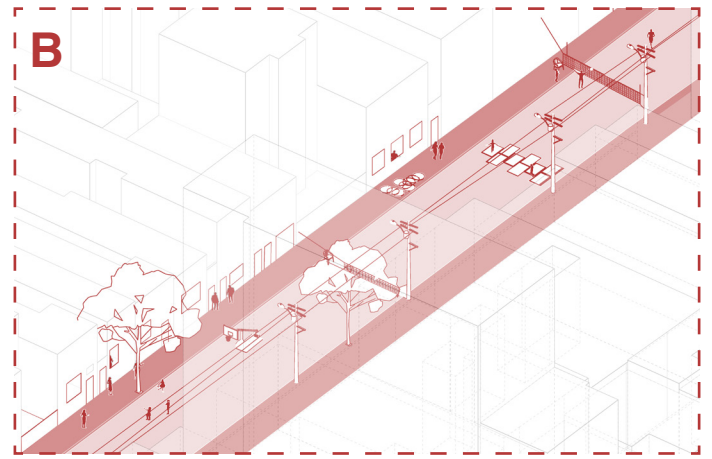
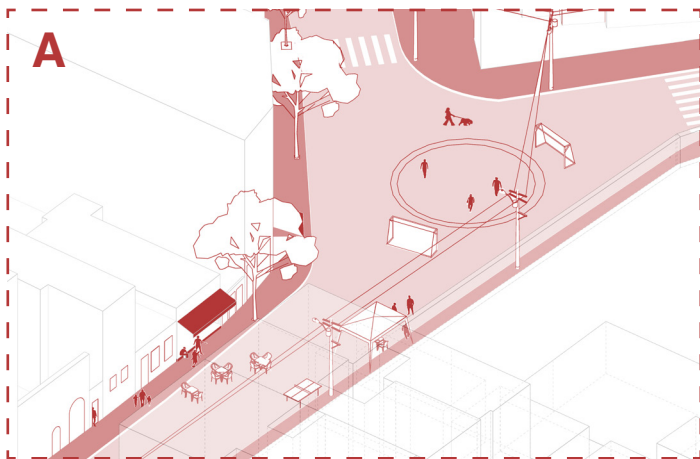
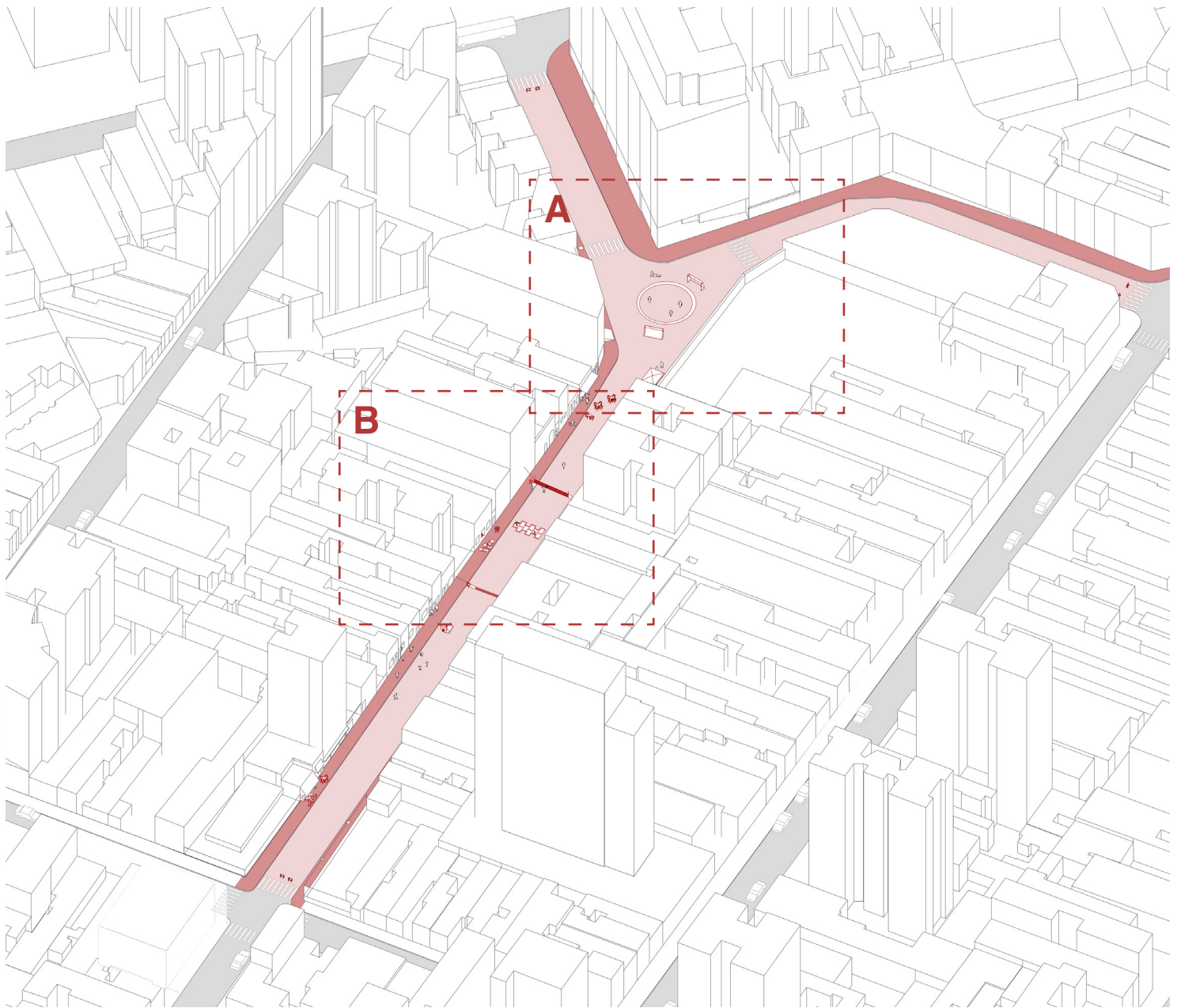


Imagem 77 | Elementos inseridos pela comunidade/organização do projeto e principais tipos de apropriação observados.
Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Depois de idas a campo em domingos consecutivos, nota-se um padrão na dinâmica da rua, nas atividades e pessoas que a vivenciam:

- Adultos, predominantemente homens: geralmente se encontram nas extensões dos bares da rua, bebendo e jogando (Imagem 82).
- Crianças: vivenciadoras assíduas, não há um domingo em que não exista criança brincando na rua. Compõem a maior parte do público. Em grande parte, são assistidas pelas mães. Brincam e interagem entre si, jogam bola, andam de bicicleta, patinete. Ainda que existam crianças de situações socioeconômicas distintas, são as moradoras dos cortiços da própria rua que mais utilizam o espaço.
- Mães das crianças: geralmente sentadas nas calçadas, em grupo, observam suas filhas e filhos, enquanto conversam sobre assuntos diversos e rotineiros (Imagem 79).
- Jovens e adultos: praticam esportes na Rua de Lazer (Imagem 80).
- Idosos: sentados nas calçadas observam o movimento.
- Observadores nas janelas: interagem com a rua de uma forma diferente, dentro de suas casas. Há desde senhores que só observam pela janela, até grupos reunidos nas sacadas de edifícios (Imagem 81).
- Moradores que circulam pela rua a pé.



Imagem 78 | Futebol no larguinho em dia de Rua de Lazer. Fonte: Foto da autora, 2019



Imagem 79 | Mães sentadas na soleira. Fonte: Foto da autora, 2022



Imagem 80 | Jogo de vôlei na Rua de Lazer. Fonte: Foto da autora, 2019



Imagem 81 | Rua de Lazer e os observadores nas janelas. Fonte: Foto da autora, 2019



352

350





Imagem 82 | Rua de Lazer: diferentes apropriações. Fonte: Foto da autora, 2022

PERCEPÇÕES E RELATOS DOS VIVENCIADORES

Quanto às dinâmicas do local, diante das particularidades de cada indivíduo, não há um consenso em relação ao programa. No entanto, majoritariamente, as pessoas que vivenciam a rua aos domingos passaram a utilizá-la depois da implementação do Ruas de Lazer. Esse tipo de apropriação revela a ausência de espaços próximos dali para as práticas de lazer e sociabilidade. Outro fator que deve ser destacado é a **facilidade de acesso, principalmente para os moradores**: é só abrir a porta de casa para chegar na Rua de Lazer.

No vídeo de comemoração do primeiro ano do Ruas de Lazer na Maria José, publicado no *Youtube* em agosto de 2020³¹, um dos apoiadores do projeto, revelou que no centro não tem muitos locais para as crianças brincarem.

No mesmo vídeo, o pai de uma das crianças que brinca na rua, comentou que essa é mais uma oportunidade para as crianças, já que a maioria mora em pensão e quando não existia o programa, elas permaneciam mais tempo em casa.

Para uma moradora de uma pensão cuja janela fica na testada do lote, o programa Ruas de Lazer tem um forte apelo afetivo, já que por conta dele, seus netos passaram a visitá-la mais e dormirem em sua casa aos finais de semana para, no domingo, brincarem na rua. “É muito bom porque os carros não circulam e é na frente de casa, consigo ficar olhando eles pela janela”, revelou em conversa informal.

A questão da segurança em relação ao trânsito de veículos é um dos motivos principais que garantiram maior frequência de crianças brincando aos domingos. Quando questionada sobre brincar na rua, uma moradora de um dos cortiços, que brincava na calçada, revelou que só fazia isso nos momentos do Ruas de Lazer.

Ainda sobre esse assunto, em uma das incursões, ao questionar as mães das crianças que brincavam no leito carroçável sobre a rua antes do programa ser implementado, uma delas disse que as crianças não brincavam na rua, outra respondeu que seus filhos “podiam brincar nas calçadas, mas que dava medo quando a bola ia para a rua [leito carroçável] e as crianças iam pegar”.

³¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ApTG6jXdj48> . Acesso em: 25/09/2020.



Imagem 83 | Brincadeiras na Rua de Lazer. Fonte: Foto da autora, 2019

Quando questionadas quanto ao programa em si, as mães revelaram que “não tinha nada demais”: “podia ter mais brinquedos e opções para as crianças”, uma comentou. Nesta ocasião, uma senhora que passava começou a conversar com as crianças e suas mães. No meio da conversa, aproveitou para fazer uma crítica ao Ruas de Lazer: “melhor ir para casa do que ficar nessa Rua de Lazer que não tem nada para fazer”. Esse depoimento relaciona-se com o informado pelo funcionário da prefeitura e coordenador do programa: muitas pessoas acabam criando uma expectativa em relação às atividades do Ruas de Lazer e frustram-se com a ausência delas.

Um senhor, morador da rua Maria José, revelou

Quer saber o que eu acho? Eu moro há 35 anos nesta rua, não entendi o motivo pelo qual fecharam, não faz sentido algum tornar essa rua uma Rua de Lazer, lazer para quem? Para os ‘nóias’ ficarem fumando maconha? Ninguém usa essa rua, não tem nada. Ao invés da prefeitura investir lá embaixo [embaixo do viaduto], lá sim fazia sentido. (informação verbal)³²

Depois de muitas reclamações, ele revelou que era nordestino e que veio para São Paulo na década de 1980, instalou-se na rua e de lá nunca mais saiu. “Eu conheço muito essa rua. Agora quem ganhou de conselheira do bairro, conhece o bairro e suas necessidades?”, comentou.

Dois pontos nesse relato chamaram a atenção. O primeiro refere-se a sua indagação “lazer pra quem?”. Esse aspecto evidencia que não são todas as pessoas que vivem o local que se sentem contempladas pelo programa.

O outro, diz respeito ao programa em si. Percebe-se que havia uma confusão em relação ao programa Ruas de Lazer e outras iniciativas da prefeitura no local, enfatizando, talvez, uma possível falta de comunicação e clareza por parte do poder público. Essa falta de entendimento do que é o programa também foi comentada por Fábio Brandão da SEME.

Quanto à essa relação com o Estado, observa-se que existe entre os moradores a consciência de que há um programa da prefeitura sendo implementado. Além disso, a crítica quanto à ausência do governo em relação ao Ruas de Lazer aparece em grande parte dos comentários. Essa ausência é suprida, muitas vezes, pela própria comunidade que organiza festas e atividades.

³² Informação dada em conversa informal com a pesquisadora, realizada no dia 24 de novembro de 2019.

Em algumas incursões, alguns vivenciadores do local relataram a presença de organizações ilegais que ajudam com o financiamento de algumas das atividades da rua. Embora esse não tenha sido um ponto de investigação desta pesquisa, esse fato evidencia a complexidade das relações de poder na cidade de São Paulo.

Ainda que existam críticas, conceder o protagonismo à comunidade acabou fortalecendo as relações entre os vizinhos. Isso, inclusive, é evidenciado em falas do vídeo de comemoração do primeiro ano do Ruas de Lazer na Maria José, publicado no *Youtube* em agosto de 2020³³. Um morador relatou que, com o programa, consegue falar mais com os vizinhos. Antonio, um dos idealizadores do projeto, revelou que foram muitas conquistas e avanços em relação à integração comunitária e que os vizinhos colaboram e incentivam que netos e filhos participem das atividades organizadas.

Quando questionado sobre essa integração, um dos organizadores comentou que, devido ao programa, as pessoas da rua passaram a sair mais de suas casas, a se conhecerem e a conviverem mais.

Ao perguntar a outra antiga moradora sobre a frequência daquele local aos domingos ela disse que anteriormente à implantação do programa ali não era assim. “Não tinha ninguém”, ela revelou. Disse também que as pessoas que estavam ali poderiam, por exemplo, frequentar a Av. Paulista (que também é aberta aos domingos), mas que mesmo com a proximidade, as realidades são muito distintas: “Aqui a cerveja é bem mais barata, você dá oportunidade para o pessoal daqui se divertir sem gastar muito”, revelando a abrangência local do programa.

³³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ApTG6jXdj48>. Acesso em: 25/09/2020.

REFLEXÕES SOBRE O CAMPO

Além do exposto, ressalta-se aqui dois principais aspectos observados em campo:

1. Sobre a gestão dessa política pública

Se por um lado, observa-se ausência da prefeitura em relação ao acompanhamento e monitoramento do programa, por outro, o programa reforça o entendimento comunitário das pessoas que vivem ali.

Ainda que não se tenha um consenso quanto ao Ruas de Lazer, grande parte das pessoas revelaram que passaram a se relacionar mais com seus vizinhos após a implementação do programa.

Além disso, como todas as atividades são organizadas pela própria comunidade, fica visível a relação delas com o bairro: roda de samba e capoeira, por exemplo, são atividades comuns àquela região e que provavelmente não ocorrem, nos dias festivos, em todas as Ruas de Lazer do município de São Paulo.

Sendo assim, nota-se que as particularidades de cada Rua de Lazer refletem características da vida cotidiana da comunidade. Ainda que inserida em um programa municipal genérico, ao garantir o protagonismo da sociedade tanto para implementação como para a manutenção do programa, por meio da dimensão do vivido, do cotidiano das pessoas que organizam e vivem o local, o programa garante a singularidade e identidade da Rua Maria José.

Observa-se um grande vínculo afetivo entre os vivenciadores, a rua e as atividades que ali acontecem: “É especial pra gente, porque a gente cresceu aqui”, disse um vivenciador sobre a Rua Maria José.

Para compreender tal situação é necessária a proximidade com o campo de estudo, entender as histórias, as pessoas, suas emoções, afetividades e relações com o espaço público, compreendendo, assim, dimensões subjetivas muitas vezes não reveladas nas pesquisas de políticas públicas.

2. Sobre as transformação quanto à percepção da rua

O ato de bloquear um trecho de rua para o tráfego de veículos pode alterar consideravelmente as percepções daquele espaço. Ganha-se área e altera-se a perspectiva.

Isso porque, observar e perceber a rua a partir do meio do leito carroçável

não é uma perspectiva que as pessoas estão acostumadas. Além disso, a ausência de carros estacionados chama a atenção, quando se compara a um dia sem Ruas de Lazer: os elementos que compõem a rua, como edificações, arborização e calçadas, tornam-se mais visíveis e permeáveis.

Ainda que certas apropriações já fossem usuais na rua em questão, grande parte das pessoas passaram a utilizar esse espaço depois da implementação do programa Ruas de Lazer, devido, principalmente, à segurança em relação aos veículos motorizados. Com a ausência do automóvel, potencializam-se atividades compatíveis à escala do ser humano.

Além disso, trazer a pessoa ao centro da rua, ao local que, segundo as regras, é do automóvel, além de fornecer uma nova experiência de cidade, explicita o quão generoso é esse espaço para o carro. Essa percepção, portanto, ensina, já que pode despertar nessas pessoas a necessidade de reivindicar espaços públicos mais generosos ao convívio.

3.2.1.3 Pausa: a pandemia e a interrupção do programa³⁴

O campo dos acontecimentos é o campo das possibilidades. No início desta pesquisa, não se imaginaria que seu principal desafio seria uma pandemia. Muitos pesquisadores acreditam na necessidade de um distanciamento histórico para análises de um determinado contexto. Desde o início, com a proposta de estudar o cotidiano de uma rua, o objetivo desta pesquisa era também o estudo do tempo presente. Foi necessário, dessa forma, ter que lidar com esse momento. Não se pretende chegar a um resultado conclusivo, mas sim expor reflexões e indagações que apareceram ao longo do processo de investigação, concomitantemente aos estudos e análises acerca desse período e de sua consequência nas cidades.

Dia 16/03/2020, o prefeito da cidade de São Paulo declarou situação de emergência no Município e definiu outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, por meio do Decreto nº 59.283/20. Tais medidas objetivavam, principalmente, conter a disseminação do vírus e evitar aglomerações e encontros sociais. Com isso, a resposta da administração municipal foi, por meio do Decreto nº 59.290/20 (revogado em julho do mesmo ano), fechar parques municipais e suspender todos os eventos esportivos e de lazer realizados, supervisionados e fiscalizados pela SEME, inclusive os programas Ruas de Lazer e Ruas Abertas³⁵.

Diante desse panorama, outras questões surgiram. Ainda que a proposta dessa pesquisa fosse a leitura cotidiana e presente do espaço, seria possível escrever sobre um fato dessa proporção, sem o distanciamento histórico necessário? Como estudar/relatar esse momento histórico? Como ficaram as práticas cotidianas de sociabilidade na rua? Em tempos de isolamento social, como as pessoas que dividem a casa com tantas outras viveram? O isolamento era uma opção para elas? Como a rua Maria José se apresentou para essas pessoas? Continuou sendo um lugar de convívio, mesmo com a interrupção do programa Ruas de Lazer? Nesse contexto, qual papel foi desempenhado pelas ruas da cidade? Lugar predominantemente de circulação?

³⁴ Muitas das ideias expostas neste item, foram apresentadas no texto “Domingo na Rua Maria José: a pandemia e a interrupção do Programa Ruas de Lazer, elaborado para o XV Colóquio QUAPÁ-SEL em 2021.

³⁵ Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programas-ruas-abertas-ruas-de-lazer-estao-suspensos-por-tempo-indeterminado> . Acesso em: 25/03/2020.

As questões eram muitas e não havia intenção de respondê-las integralmente, mas também não se poderia ignorar o contexto e a influência dele sobre o campo de estudo.

PANDEMIA EM SÃO PAULO

A fim de se aproximar de questões relacionadas à situação pandêmica na abrangência do município de São Paulo, consultou-se algumas pesquisas realizadas nesse período.

“Como você vai se reapropriar da cidade depois da pandemia? O que mudou na sua relação com os espaços públicos?”. Essas foram as perguntas que a organização sem fins lucrativos SampaPé! e o coletivo **Metrópole 1:1** publicaram em suas redes sociais ao divulgarem a pesquisa “Acesso aos Espaços Públicos na Pandemia”³⁶.

Com objetivo de entender sentimentos e tendências comportamentais em etapas diferentes da pandemia da COVID-19, a pesquisa foi dividida, inicialmente, em dois momentos: realizada em maio de 2020, momento em que políticas públicas reforçavam o isolamento social, com fechamento do comércio, de parques e equipamentos, e em outubro de 2020, momento da denominada “fase verde” do Plano São Paulo³⁷, caracterizada pela maior flexibilização por meio de políticas de reabertura desses espaços, com limites de ocupação e protocolos de higiene.

O questionário, realizado de forma online, nas duas etapas da pesquisa, foi estruturado em três seções relacionadas às práticas recorrentes nos espaços públicos: no momento pré-pandemia; no presente (momento da resposta), e expectativas futuras.

Quanto ao perfil social dos participantes, ainda que a pesquisa tenha um grande número de respondentes residentes da Subprefeitura da Sé, a maioria das pessoas se autodeclarou branca e com nível alto de escolaridade, representando um recorte de classe específico que difere de uma parcela residente da Maria José. Mesmo assim, observa-se algumas tendências de postura em relação ao espaço público, diretamente relacionadas à utilização das ruas, que valem ser pontuadas aqui.

³⁶ Disponível em: <https://sampape.org/portfolio/pesquisa-acesso-aos-espacos-publicos-na-pandemia/>. Acesso em 22/07/2021.

³⁷ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>. Acesso em 22/07/2021.

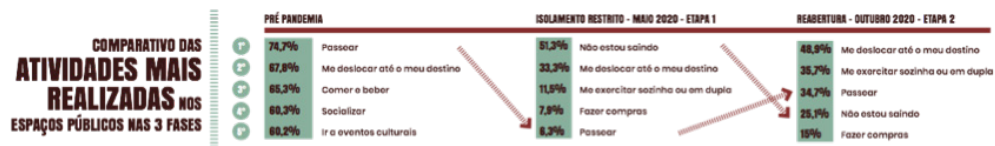


Imagem 84 | Pesquisa Espaços Públicos na Pandemia. Atividades mais realizadas nos espaços públicos nas 3 fases analisadas.
Fonte: Pesquisa Acesso aos Espaços Públicos na Pandemia, 2020

A primeira tendência refere-se aos tipos de espaço público mais utilizados durante a pandemia. A opção uso de “ruas, escadões e vielas” foi a primeira escolhida, com maior número, em ambas as etapas da pesquisa. Segundo o relatório, isso ocorre por esse tipo de espaço ser o mais acessível à toda população. Esse fato reforça a relevância das ruas também no período de pandemia.

A segunda trata das atividades e usos que ocorriam e ocorrem nesses espaços. Como apresentado na Imagem 84, as principais atividades praticadas antes da pandemia eram passear a pé e se deslocar, seguidas por confraternizações e atividades relacionadas à sociabilização. Estas últimas atividades, que promovem encontros e permanências, diminuíram bastante no período pesquisado, enquanto que as práticas de deslocamento e exercícios individuais ou em dupla tornaram-se as mais presentes.

A terceira, está relacionada aos novos hábitos adquiridos. Destaca-se aqui uma tendência que já era observada no distrito da Bela Vista, diante da oferta de serviços e do uso misto, mas que passou a ser constatada em todas as áreas abrangidas pela pesquisa: o hábito mais adquirido pelas pessoas é a utilização dos serviços mais próximos, do próprio bairro. “Ao permanecer mais tempo em casa e ter mais contato com o entorno do bairro de residência, as pessoas descobriram, valorizaram e passaram a precisar mais dos inúmeros serviços e comércios do próprio bairro” (METRÓPOLE 1:1; SAMPAPÉ, 2020, p. 40). Ainda sobre isso, a pesquisa mostra que houve um aumento de pessoas que passaram a conhecer seus vizinhos.

Também sobre o aspecto de novos hábitos, o relatório aponta que houve uma migração do modo de deslocamento, com o objetivo de evitar transportes públicos: aqueles que tinham acesso e possibilidade passaram a utilizar mais os veículos individuais motorizados (50,7% dos entrevistados) e modos ativos de deslocamento (45,8%). Vale ressaltar que há uma intenção de permanência quanto ao uso dos transportes ativos, para trajetos curtos, mesmo após a pandemia. O relatório também destaca que a “migração modal imediata para veículos individuais motorizados - como motos e carros - pode ser uma

consequência da falta de políticas públicas emergenciais de estímulo aos modos ativos durante a pandemia”. (METRÓPOLE 1:1; SAMPAPÉ, 2020, p.41).

No que se refere às aspirações, 73% das pessoas sentem falta e desejam a volta da sociabilização nos espaços públicos.

Quanto aos desejos de transformações na cidade, as opções mais votadas foram “aumento da arborização”, “criação de mais praças” e “melhoria nas condições das praças existentes”. A “ampliação de calçadas” também aparece de forma expressiva, sendo ainda mais imprescindível com a volta de deslocamentos mais intensos na cidade.

Dentre todas as demandas apontadas, ressalta-se que houve um aumento significativo do desejo por mais abertura de ruas para lazer. Sobre esse aspecto é necessário comentar que, diferente da postura mundial de implementação de políticas públicas de abertura de ruas e de redistribuição viária³⁸ como forma de preservar o distanciamento e a segurança nos espaços públicos durante a pandemia, a cidade de São Paulo manteve a interrupção desse tipo de programa como forma de evitar aglomerações.

PANDEMIA NA MARIA JOSÉ

Conforme exposto, o programa Ruas de Lazer foi interrompido em março de 2020. No entanto, devido ao andamento da pesquisa e a impossibilidade, inicialmente, de estar na rua e expor as pessoas, houve algumas tentativas de aproximação virtual (por redes sociais e mensagens de telefone) com alguns interlocutores. Além disso, foram realizadas algumas passagens pela rua apenas com o intuito de se verificar o movimento. Depois, em um período de maior flexibilização e diante do avanço da imunização, algumas idas a campo e conversas foram retomadas, respeitando-se os protocolos de higiene e distanciamento.

De acordo com um dos coordenadores da Rua de Lazer da Maria José, com a pandemia, as atividades foram retiradas e, conseqüentemente, a quantidade de

38 No curso “Políticas Públicas de Abertura de Ruas durante a Pandemia do COVID-19”, ministrado pela ONG Sampapé, são apresentados alguns casos pelo mundo como nas cidades de Bogotá (Colômbia) e Berlim (Alemanha), com a implementação de rede de ciclovias/ciclofaixas temporárias, e na cidade de Oakland (EUA), com a abertura de ruas locais e residenciais para atividades físicas dos moradores, caso que se assemelha muito ao programa Ruas de Lazer. Disponível em: <https://sampape.medium.com/curso-online-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-abertura-de-ruas-durante-a-pandemia-da-covid-19-d5d63cd4f64f>. Acesso em 26/07/2021.

pessoas diminuiu. No entanto, em alguns pontos, os pequenos grupos (mais locais, da própria rua e de seu entorno) permaneceram se encontrando.

Nas referidas passagens pela rua ao longo desse período de pandemia, observou-se que, sobretudo aos finais de semana e ainda que de forma menos expressiva, algumas das atividades espontâneas – como brincadeiras de crianças, mães sentadas observando e grupos de pessoas sentadas em frente aos bares, sociabilizando – que ocorriam no leito carroçável durante o funcionamento do programa, permaneceram acontecendo nas calçadas da rua Maria José.

Isso se deve, em grande parte, pela alta densidade populacional dos cortiços da rua. Para muitos, o distanciamento social não é uma realidade dentro de suas próprias moradias e as pessoas precisam da área da rua para realizar algumas atividades de sociabilidade.

Outro movimento a ser destacado refere-se à mobilização da comunidade. Seguindo o relatório da pesquisa “Acesso aos Espaços Públicos na Pandemia”, houve um crescimento da participação das pessoas organizadas em grupos, formais e informais, como conselhos e grupo de vizinhos, por exemplo, para atuar coletivamente.

Imagem 85 | Arrecadação online. Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2021





Imagem 86 | Rua de Lazer na pandemia: os cavaletes cedidos pela prefeitura para fechamento das Ruas de Lazer servem de suporte para organização da fila de distribuição de cestas básicas. Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2020

Esse tipo de organização já ocorria na rua Maria José, antes mesmo da pandemia, e uma consequência disso foi a implementação do programa Ruas de Lazer. No entanto, diante das dificuldades e impossibilidades que o período de isolamento social apresentava, a comunidade da Maria José teve que se reinventar.

Nesse sentido, as interações virtuais passaram a ser uma opção mais segura. Para além do entretenimento, observou-se também a organização virtual da sociedade para arrecadar fundos e auxiliar aqueles que se afetaram com os efeitos econômicos da pandemia (Imagem 85).

A página do *Instagram* denominada “Rua de Lazer Maria José MJ”, antes da pandemia, disponibilizava aos seus seguidores informações quanto à programação do Ruas de Lazer. Com a suspensão do programa, os organizadores da Rua de Lazer, que também administram o perfil, criaram uma forma de dar continuidade ao projeto. Por meio de uma arrecadação online, providenciaram a distribuição de cestas básicas e ovos de páscoa para famílias não só residentes da rua, como também do bairro³⁹.

39 Outra ação voluntária foi encontrada na região. Em maio de 2020, foi publicado vídeo no Youtube que apresenta depoimentos de moradores da região quanto à distribuição de cestas básicas na rua Maria José promovida pela Cidade Solidária (iniciativa da Prefeitura e de diversas Entidades da Sociedade Civil Organizada), Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e Casa Verbo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HUncFsiylDA>. Acesso em: 30/09/2021.

Como visto no capítulo 2, Simas (2019) mostra a importância de se analisar as culturas de frestas, uma vez que a despeito do modelo hegemônico, a vida acontece, já que as pessoas vão criando na experiência da escassez (SANTOS, 1996), cotidianamente, táticas de sobrevivência, de construção de sociabilidade e de vida em comunidade. Mais uma vez, na ausência de uma assistência por parte do poder público, verificou-se a organização da comunidade da Maria José, agora dando suporte aos moradores mais afetados pelo contexto da pandemia (Imagem 86).

Segundo um dos organizadores, as crianças foram as que mais sentiram falta do programa. “A criançada pede, pergunta”, disse sobre as atividades que aconteciam na rua antes da pandemia.

Em outubro de 2021, mesmo sem a liberação da retomada do programa e após um longo período sem atividades na rua, a famosa festa do dia das crianças – com a distribuição de brinquedos, cachorro quente, algodão doce, brinquedo inflável e brincadeiras no leito carroçável – organizada na Maria José desde 2014, voltou a acontecer por iniciativa também da comunidade (Imagem 87).

Ainda que os dizeres no convite da festa nas redes sociais ressaltassem a necessidade de uso de máscara (e outros protocolos de segurança), pela primeira vez, ao longo da pandemia, observou-se maior concentração de pessoas na rua que não seguiram tais protocolos.



Imagem 87 | A retomada da festa das crianças.
Fonte: Instagram @ruadelazermj, 2021

3.2.1.4. Perspectivas do programa

No dia 20/11/2021, a rede social do *Instagram* @ruadelazer_mj publicou em sua página o retorno do programa, autorizado pela prefeitura, que ocorreria no dia seguinte, dia 21/11/2021, um ano e oito meses após sua suspensão.

É importante destacar que, quatro meses antes, a Avenida Paulista, integrante do programa municipal Ruas Abertas, reabriu, inicialmente, em caráter experimental, com horário reduzido (das 8h às 12h) e, após um mês de funcionamento, com horário ampliado (das 8h às 16h). No entanto, mesmo com a reabertura de comércios e parques e da Paulista Aberta, o programa Ruas de Lazer permaneceu suspenso durante esses meses.

A atitude da administração municipal em suspender os programas de abertura de ruas, como o programa Ruas de Lazer, para conter o avanço da disseminação do novo coronavírus, embora tenha divergido de uma tendência mundial de implementação de políticas públicas de abertura de ruas e de redistribuição viária, foi uma resposta rápida da prefeitura ao enfrentamento da pandemia, mas não necessariamente evitou que as pessoas continuassem usando as ruas, sobretudo em áreas que carecem de espaços livres (públicos e privados), como no caso da rua Maria José.

Além disso, a ausência de monitoramento e acompanhamento do programa Ruas de Lazer por parte da prefeitura, verificada antes mesmo da pandemia, estendeu-se nesse período de suspensão, evidenciando também a falta de assistência em relação às populações atingidas por sua interrupção. O contexto pandêmico acabou acentuando as questões sociais e as diferenças socioeconômicas observadas anteriormente.

Quando questionado sobre o futuro dessa política pública em agosto de 2021, Fabio Brandão, coordenador do programa, revelou que com a experiência bem sucedida da Avenida Paulista, não caberia mais as Ruas de Lazer ficarem suspensas. No entanto, comentou também que, no período da pandemia, outras experiências poderiam ter sido feitas no âmbito do programa Ruas de Lazer, por conta de sua escala menor de abrangência e da consequente facilidade em monitorá-lo.

A prefeitura, dessa forma, perdeu a oportunidade não só de realizar essas experiências como também de poder revisar e aprimorar os programas neste longo período de suspensão.

Na *Conferencia Ciudad Jugable*⁴⁰, organizada em junho de 2021, pela prefeitura de Barcelona para compartilhar as experiências de Barcelona, Paris e São Paulo, em relação aos espaços livres públicos de lazer, o coordenador do programa Ruas de Lazer, Fábio Brandão, apresentou estimativas orçamentárias e metas de governo em relação ao programa para os anos de 2021-2025. Embora não haja uma dotação orçamentária específica para o programa, há a intenção da prefeitura municipal em aumentar o número de ruas ativas em 25% ao ano, totalizando, assim, 168 ruas até o final de 2025. No entanto, enfatizou que não basta aumentar a quantidade das ruas, mas sim a qualidade do programa.

Para isso, a prefeitura pretende realizar um diagnóstico das ruas, estabelecer um calendário de trabalho, prevendo reuniões trimestrais com os Supervisores de Esportes das Subprefeituras e garantir novas parcerias. Além disso, Brandão comentou a possibilidade de utilização de ferramentas virtuais para garantir maior engajamento, como Guia de Atividades e Brincadeiras disponibilizado online, criação de aplicativo e competições entre as ruas.

Em 2022 a pandemia continua, embora o isolamento e medidas de restrições não sejam mais utilizados. Diante de tantas incertezas, o fato é que os espaços livres são aqueles mais seguros em relação a não disseminação do vírus. As pessoas têm buscado estar cada vez mais nesses espaços e, consequentemente, as demandas por espaços livres públicos de qualidade e até mesmo por programas de aberturas de ruas estão crescendo, como visto na pesquisa sobre o espaço público no “pós-pandemia”. O cenário de implementação de políticas públicas que vinha sendo construído, sobretudo a partir da gestão municipal 2013-2016, converge com as necessidades que se apresentam no contexto atual.

A Rua de Lazer da Maria José voltou de um jeito diferente. Para quem conhecia o programa anteriormente, o retorno do Ruas de Lazer mais pareceu uma adaptação. Na ocasião, foram observados carros estacionados e veículos circulando pela área bloqueada e, inclusive, andando na contramão. Também não foram observados os mesmos materiais esportivos dispostos na rua e apenas os cavaletes, as traves do futebol no Larginho e pequenos cones coloridos encontravam-se distribuídos pelo leito carroçável. Foi possível também notar uma quantidade significativa de crianças (e de bolas!), parecia haver muita energia acumulada. Os bares, com suas mesas, tomavam a calçada e avançavam para a pista.

⁴⁰ Disponível em: <https://youtu.be/V6F9kI3ZcS8> . Acesso em: 01/10/2021.



Imagem 88 | Retomada do programa com samba
Fonte: Foto da autora, 2022

Duas semanas depois, dia 05/12/2021, a rua já estava bem organizada: nenhum veículo circulando ou estacionado e uma quantidade maior de materiais e atividades distribuídas no local. No entanto, também foi observado um acontecimento diferente daqueles que se havia presenciado anteriormente à pandemia. O Projeto Samburbano, encontro em formato de roda de samba, que acontece desde 2014 no Largo de Santa Cecília, a partir daquele dia, passou a acontecer em alguns domingos na Rua de Lazer da Maria José e atrair pessoas de outras localidades da cidade interessadas no projeto de samba e que não frequentavam, sequer conheciam, a rua anteriormente.

Entre sambas e batalhas de rima, o retorno da Rua de Lazer da Maria José contou com número mais expressivo de atrações (e de pessoas) do que antes acontecia. Quando questionado quanto à possibilidade dos eventos na rua tomarem grandes proporções, um morador e organizador da Rua de Lazer comentou que a rua segue uma organização e que dificilmente os eventos

terão a dimensão do samba que ocorre na quase vizinha rua Treze de Maio⁴¹, por exemplo.

Notou-se, também, uma expectativa do grupo que organiza as atividades na Rua de Lazer em trazer pessoas de fora e difundir o projeto.

Esse movimento ao mesmo tempo que pode garantir maior visibilidade para o Projeto da Rua de Lazer Maria José, também pode enfraquecer a escala cotidiana e de vizinhança que a rua tem aos domingos. É preciso tempo para saber. ■

⁴¹ O Samba da Treze, uma das rodas de samba mais famosas da cidade, acontece todas as sextas-feiras na rua Treze de Maio e já chegou a atrair cinco mil pessoas, conforme reportagem da Folha de São Paulo. Atualmente, segundo a referida notícia, a Prefeitura informou que o evento ganhou uma proporção que o local não comporta mais, divergindo da opinião de seus frequentadores e organizadores. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/tradicional-no-bexiga-samba-da-treze-causa-declaracao-de-guerra.shtml>. Acesso em: 25/03/2022.



403

400

ALUGA
31056530

Enviões

BORIS

COST

A E NOITE

A E NO



UNIÃO MUDANÇAS E TRANSPORTES
NORTE E NORDESTE - APROVEITAMENTO PARA TODO BRASIL - GUARDA MÓVEIS
TRABALHAMOS COM CARTÃO DE CRÉDITO (11) 3101-5757 - 98390-2816  - 94431-1257
  ATENDIMENTO 24h www.uniaomudancassp.com.br



Imagem 89 | Dia de rua cheia.
Fonte: Foto da autora, 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha pelo Bexiga partiu de uma observação da prática cotidiana do bairro: as ruas desempenham papel social significativo dentro de seu sistema de espaços livres, já que a maioria das práticas de convívio acontecem nelas. Diante das observações e leituras feitas sobre a região, chegou-se à Rua Maria José.

Como exposto, as manifestações cotidianas relacionadas ao convívio que ocorrem nas ruas do Bexiga, assim como na Maria José, podem estar relacionadas a aspectos morfológicos e sociais que estão presentes desde a origem do bairro, como a pouca existência de espaços livres públicos e privados, as construções no alinhamento (que reforçam a interação entre casa e rua), a presença de habitações coletivas e edificações de uso misto composta por atividades comerciais em seu térreo, a heterogeneidade social, as relações de vizinhança, entre outras características que influenciam nas dinâmicas de apropriação de algumas ruas da região.

Ainda que se tenha uma imagem homogênea do Bexiga, a área é composta por hibridismos e desigualdades que compõem seu cotidiano e reforçam sua heterogeneidade. O Bexiga cotidiano difere-se daquele que se encontra no imaginário das pessoas, não se excluem, mas formam uma trama complexa. Diante disso, para entender a área torna-se necessário não só **apresentar** alguns aspectos de sua história, mas também se atentar àquilo que a História não conta, aos “espaços opacos” (SANTOS, 1996) e ao que eles têm a revelar.

Ao possibilitar que a rua conduzisse a dissertação não demorou muito para que o cotidiano, lido de “perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), apresentasse suas surpresas.

Por meio das leituras acerca da vida cotidiana da rua e dos relatos dos seus vivenciadores, a Rua Maria José passou a ser revelada em sua complexidade: uma rua, de mais de cem anos de história, aberta a receber novas narrativas; uma rua composta por uma série de edificações tombadas que guarda sua materialidade, mas se transforma a cada dia da semana, por conta das apropriações de seus vivenciadores; uma rua que é composta por edificações das mais variadas formas; uma rua entendida, inicialmente, de abrangência local, mas que atrai centenas de trabalhadores de outras regiões às sextas-feiras; uma rua que passou a integrar um programa municipal, cujo funcionamento depende exclusivamente da comunidade; uma rua que foi a primeira da cidade de São Paulo, já na década de 1960, a integrar um programa de abertura de ruas, denominado Ruas de Recreio.

Diante desse panorama, a pesquisa incitou a lidar com a complexidade, mais do que a linearidade:

- Utilizou a teoria para poder ler o campo, mas por meio das leituras do campo, propôs reflexões teóricas e práticas;

- Partiu da leitura do presente, mas recorreu a elementos do passado para explicar permanências e apagamentos;

- Interpretou a escala local, para entender questões mais gerais. Buscou entender questões gerais para ler a escala local e, portanto, transitou entre as escalas da rua, do bairro/distrito e da cidade para alcançar o que se pretendia:

1. Abordar as apropriações cotidianas das ruas da cidade de São Paulo que vão além da lógica funcionalista de circulação.

2. Apresentar, a partir do panorama das políticas públicas relacionadas às ruas da cidade de São Paulo, o programa Ruas de Lazer, refletir acerca de sua influência no cotidiano da Rua Maria José.

3. Evidenciar que as leituras da dimensão do cotidiano são necessárias para se pensar a gestão das ruas e entender se e como isso vem sendo considerado em São Paulo.

O que a análise do cotidiano pode revelar? Para além das descobertas sobre o local, a leitura do cotidiano da Rua Maria José, que se aproxima das descrições de ruas abordadas nas referências citadas de autores brasileiros, garante arcabouços teóricos para se pensar outras ruas densas e mistas, de centro, ou de centro de bairro consolidado, de grandes cidades brasileiras.

Verificou-se que alguns termos, como “rua” e “casa” e “público” e “privado”, na observação da vida cotidiana, carregam em si uma relação complexa e não estática, cujos limites não são tão estabelecidos.

A dimensão cotidiana, manifestada sobretudo nas apropriações espontâneas e não planejadas da rua, revela a capacidade de invenção de seus vivenciadores em subverter a lógica dominante e, dessa forma, pode apontar para caminhos de transformação e demonstrar indicadores de criatividade – “maneiras de fazer”. (CERTEAU, 1998).

Quando se pensa em espaços livres públicos, principalmente no espaço das ruas, são muitas as possibilidades de apropriações cotidianas. Um mesmo espaço, em diferentes momentos, pode adquirir diferentes significações. Como visto na Maria José, a mesma calçada que desempenha a função de circulação de pedestres, também é o local das brincadeiras de crianças no final do dia e aos finais de semana, do encontro de vizinhos, da extensão do bar, do palco em dia de festa e do apoio de serviços aos feirantes nos dias de feira livre.

Acredita-se, portanto, que a leitura e reconhecimento dessas invenções manifestadas, por meio das apropriações, na vida cotidiana e apreendidas no campo de estudo podem indicar um caminho para se pensar as cidades.

A partir das observações das vivências cotidianas da Rua Maria José e da sua inserção do programa municipal Ruas de Lazer, o entendimento de como a gestão municipal lida, na prática, com a questão das ruas de São Paulo e o quanto a dimensão cotidiana é considerada nas políticas públicas relacionadas às ruas passou a ser um dos pontos a serem discutidos na pesquisa.

Quando se pensa nas ruas, há uma tendência, que se origina de uma necessidade pragmática da administração pública, a normatizar, definir e classificar as vias. Essa normatização aparece como uma questão intrínseca à função de mobilidade e acaba homogeneizando certas situações.

Para o caso das ruas de características semelhantes às da Rua Maria José, entende-se que o papel do urbanista e do gestor público, mais do que normatizar e controlar, é reconhecer e garantir condições para que as diferentes formas de apropriação desse espaço público, por muitas vezes espontâneas, aconteçam.

A principal dificuldade reside no fato do espaço público ser um espaço de disputa. Nas referências consultadas, quando se pensa em ruas de grandes cidades brasileiras, é sempre evidenciada a oposição entre os indivíduos e

os automóveis. Isso porque a velocidade de um carro é incompatível com a do ser humano (da caminhada, da pedalada) o que torna, assim, uma disputa desigual.

Frente a essa questão, a resposta mais óbvia seria organizar a coexistência das formas de locomoção que, conforme visto na história do século XX, foi pautada, sobretudo, na lógica de organização dos transportes rodoviários individuais.

No entanto, em um contexto de tentativas de mudança desse paradigma, sobretudo a partir da gestão municipal de 2013-2016, foram apresentados não só exemplos de planos que priorizam os pedestres, mas também políticas públicas adotadas na cidade de São Paulo que reconhecem que as ruas são também espaços de convívio, ao interditar vias em determinados dias da semana para o trânsito de veículos e, conseqüentemente, abri-las às pessoas.

Pode-se dizer que o Programa Ruas de Lazer parte do reconhecimento legal de uma situação prática e do reconhecimento legal da flexibilidade do espaço livre público: um mesmo espaço, em diferentes momentos, ainda que sua materialidade se mantenha, pode adquirir diferentes apropriações.

Ainda que estabeleça certos limites no regramento, o programa considera a flexibilidade e transitoriedade das apropriações da rua e fornece a possibilidade para que as atividades ocorram de forma simultânea.

A implementação do Programa Ruas de Lazer na Rua Maria José foi resultado de um movimento de organização da comunidade diante das atividades que ocorriam na rua, especialmente, o futebol. Ao observar o espaço e conversar com seus vivenciadores, é nítido que o programa fortaleceu e ampliou as práticas cotidianas que já ocorriam ali. Observou-se que parte das pessoas que vivenciam a rua aos domingos passaram a utilizá-la depois da implementação do Ruas de Lazer. A retirada dos veículos motorizados de um trecho da rua, aos domingos e feriados, além de sua dimensão simbólica, garantiu maior segurança, maior área para práticas diversas e, portanto, forneceu uma nova experiência de cidade.

Como visto, o programa depende quase que exclusivamente do envolvimento da comunidade já que cabe a ela a solicitação e a organização das atividades. Conceder a ela seu protagonismo, acabou também fortalecendo as relações entre os vizinhos. Em alguns relatos, notou-se que, devido ao programa, as pessoas da rua passaram a sair mais de suas casas, a se conhecerem e a conviverem mais.

A continuidade e manutenção do programa na Maria José também só foi possível devido à organização da sociedade civil. A partir das vivências cotidianas, dos saberes que foram adquiridos nessas experiências e do reconhecimento de um grupo de vivenciadores da importância do espaço da rua para fortalecimento das relações comunitárias entre os vizinhos, iniciou-se um movimento que deu origem ao projeto socioeducativo, denominado “Comunidade Maria José”.

No contexto dessa política pública, o trabalho técnico político vai manifestar que o Estado reconheça e incentive o interesse de comunidades que queiram ter essa vivência de rua. Ao colocar a comunidade como protagonista e organizadora das atividades, garante que as atividades que ocorrem na rua tenham as características daquela vizinhança, dando, assim, uma tonalidade para uma política geral.

O caso observado na prática também evidencia a necessidade de entender a situação de cada rua. Isso porque, ao aplicar rigorosamente o que a legislação prevê, a Rua Maria José não estaria inserida nessa política pública, mas, nas palavras do coordenador do programa, a cidade perderia a sua rua mais engajada⁰¹. Nesse sentido, enfatiza-se aqui também a necessidade de se entender os limites das regras e particularidades das situações, ainda que se trate de uma política pública genérica.

Se por um lado o envolvimento da comunidade é necessário e proporciona ao programa e à cada rua as particularidades das práticas cotidianas, por outro, algumas pessoas que frequentam a Rua de Lazer da Maria José sentem falta da ação mais direta do poder público, como a programação de atividades. Além disso, a rua não é frequentada por uma parcela de moradores que não se sentem contemplada pelo programa.

Vale ressaltar que a efetivação de uma política pública não termina em sua implementação. A ausência de monitoramento e acompanhamento do programa Ruas de Lazer, a falta de comunicação e clareza por parte do poder público, que gera uma falta de entendimento do que é o programa para população, e a sobreposição com outros programas também são pontos de revisão necessária.

A discussão de aberturas de ruas para as pessoas e seu uso para práticas de convívio adquiriu nova perspectiva ao longo da pesquisa, por conta da pan-

01 Em conversa informal na rua, o técnico da prefeitura constatou que a Maria José não atende todos os requisitos previstos em Decreto, mas esse fato, não foi impeditivo do programa ser implementado ali.

demia e da interrupção dos programas municipais. Em São Paulo, por conta do isolamento necessário, as pessoas passaram a valorizar estar em espaços livres. Na contramão de exemplos de outras cidades, que passaram a discutir possibilidades de redistribuição viária como forma de preservar o distanciamento e a segurança nos espaços públicos durante a pandemia, a cidade de São Paulo manteve com a interrupção desse tipo de programa para evitar aglomerações.

No caso da Maria José, sobretudo diante do fato de uma parcela da população habitar pensões, verificou-se que a interrupção do programa fez com que a quantidade de pessoas que frequentavam a rua diminuísse, mas não evitou que moradores ainda a utilizassem para práticas de convívio. Além disso, na ausência de uma assistência por parte do poder público, mais uma vez se verificou a organização da comunidade da rua, dando suporte aos moradores mais afetados pelo contexto da pandemia.

Um ano e oito meses após sua suspensão, o programa na Maria José retornou com promessas de melhorias por parte da Prefeitura de São Paulo e também com um fôlego novo da comunidade. O projeto socioeducativo começou a organizar programações que passaram a atrair pessoas de outras localidades da cidade que não frequentavam, sequer conheciam, a rua anteriormente. Entender esse movimento, e suas consequências, só será possível com o tempo.

Na Rua de Lazer da Maria José, é visível que o programa tenha garantido condições melhores às práticas de convívio preexistentes, no entanto, não só no período pandêmico (que serviu para reforçar), mas nos outros dias da semana (exceto domingos e feriados) constatou-se que ali as práticas cotidianas acontecem, ainda que em menor escala, independentemente da ação pública e do fechamento da via para carros.

A partir do caso observado, deve-se reconhecer que algumas tomadas de decisões e implementações de políticas públicas podem impactar e provocar o cotidiano daqueles que vivenciam o espaço público, mas não são determinantes para definição da dimensão do vivido.

Esse fato acabou também gerando uma reflexão acerca desse tipo de política pública em ruas locais de tráfego pouco intenso, como é o caso da Maria José. Seria essa a resposta mais eficaz para esse tipo de situação? Talvez essa seja uma resposta mais rápida que, de maneira isolada, não contempla todas as necessidades daquela rua. Como conviver com o tráfego de veículos nos dias da semana em que a rua não é bloqueada?

As vivências no larguinho à noite e aos sábados, mesmo com o trânsito de ve-

ículos, indicam a importância daquele espaço para aquelas pessoas. Por outro lado, as falas preocupadas das mães de algumas das crianças que brincam na rua diante da insegurança que os carros provocam e a colocação, pela comunidade, de um cone no meio da via com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos e comunicar que ali existem crianças brincando, também indicam pontos de atenção para os gestores públicos, que revelam necessidade de intervenções na área para além do bloqueio da via aos domingos e feriados e a redução da velocidade⁰².

Pensar em políticas de aberturas de ruas combinadas a desenhos mais generosos às pessoas e que comuniquem ao automóvel que ali é um espaço de práticas sociais pode ser um caminho para lidar com as complexidades do espaço livre público e entender a rua de forma híbrida - do espaço da circulação e também de práticas de sociabilidade - dando condições para que isso aconteça de forma compartilhada (e não segmentada) e justa⁰³.

As possibilidades de experimentações são muitas e a Rua Maria José é um campo aberto para isso. Ficam aqui alguns elementos que permitem imaginar a Maria José do futuro, bem como as inúmeras possibilidades de desdobramentos desta pesquisa.

Vale destacar que os ensinamentos do campo, apreendidos pelo contato mais próximo da Maria José e de suas leituras cotidianas, não se limitam somente àquele recorte, mas trazem reflexões acerca de assuntos e políticas públicas mais gerais.

Acredita-se, dessa forma, que estudar as dimensões subjetivas, muitas vezes não reveladas nas pesquisas de políticas públicas, e incluir essa leitura mais cotidiana e particularizada no processo de planejamento, embora desafiador, seria um caminho para mudar certas posturas no modo de pensar e de como constituir as políticas públicas. ■

02 Atualmente, a Maria José insere-se no projeto Área 40. No entanto, para ruas compartilhadas, há recomendação de redução das velocidades para 30km/h.

03 O Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias, exposto no Capítulo 3, ainda que de forma breve, apresenta o conceito de “Vias Compartilhadas” e também expõe algumas estratégias de intervenções experimentais para ampliação de espaços de permanência e circulação de pedestres, por exemplo.

Evita-se cunhar o definitivo.
Nenhuma situação aparece, como
é, destinada para todo o sempre;
nenhuma forma declara o seu
'desta maneira e não de outra'.

(BENJAMIN; LACIS, 1987, p.148)

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter; LACIS, Asja. Nápoles. *In*: BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. Trad. Rubens Filho e José Carlos Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORTHAGARAY, Andrés (org.). **Conquistar a rua: Compartilhar sem Dividir**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 02/04/2021.

BRASIL. Lei nº 12.587/2012, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Brasília/DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 20/03/2021.

BRASIL. Lei Nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Brasília, DF: 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm. Acesso em: 03/06/2020.

CASTRO, Marcio S. **Bexiga. Um bairro afro-italiano: Comunicação, Cultura e Construção de Identidade Étnica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, Alan Q.; SAMPAIO, Corine M. Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. **Podium: sport, leisure and tourism review**, v. 04, p. 43-57, 2015.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

FERRAZ, Camila B. R. **Devir-criança e infantilização pela Rua Sete em Vitória (ES): narrativas para a Ilha Rever**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FERREIRA, Luiza S. A. **A rua “renovada”**: transformações urbanas, habitação e cotidiano na rua Paim (SP). 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GONÇALVES, Camila T. **Intervenções contemporâneas no Bexiga**: fissuras urbanas e insurgências. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

GONÇALVES, Fábio M. **Rua, o lugar da vida pública**: conceitos, especificidades e desafios. 2020. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GRÜNSPUN, Haim. **Anatomia de um bairro. O Bexiga**, São Paulo: Cultura, 1979.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Trad. J. F. Yvars y E. Pérez Nadal. 4 ed. Barcelona: Nova-Grafik, 1994.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LANNA, Ana Lucia D.; MARRETI, Thales. Bexiga: um bairro italiano em São Paulo? In: LANNA, Ana Lucia D.; SOUCHAUD, Sylvain; CYMBALISTA, Renato (orgs.). **Transições metropolitanas**: centralidades nas cidades brasileiras no breve século XX. São Paulo: Annablume, 2019. 307 p. 237-264.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad Alcides Joao de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life II: Foundations for a Sociology of the Everyday**. Trad. John Moore. 1 ed. Londres: Verso, 2002.

LUCENA, Célia Toledo. Bairro do Bixiga: a sobrevivência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, n.49, junho 2002.

MAGNANI, José G. C. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. **Os Urbanitas**: Revista Digital de Antropologia Urbana, v. 1, n. 0, 2003. Disponível em: <[http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas / rua_simbolo %20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf](http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo_%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf)> Acesso em: 11/05/2017.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARRETI, Thales. **O Concurso de Ideias para o Bexiga (1989-1992)**: considerações sobre as relações entre patrimônio cultural, planejamento urbano e participação democrática. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARZOLA, Nádia. **Bela Vista**. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979.

METRÓPOLE 1:1; SAMPAPÉ. **Acesso aos Espaços Públicos na Pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sampape.org/portfolio/pesquisa-acesso-aos-espacos-publicos-na-pandemia/>. Acesso em 22/07/2021.

NISHIKAWA, Ayako. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo**. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

NÓBREGA, Pedro R. C. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, n. 02, p. 26-46, 2017.

PAZIN, Nailze P. A. **Esporte para Todos (EPT)**: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985). 2014. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História Cultural) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, Raul I. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida**: projetos participativos na produção do espaço livre público. 2006. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

QUEIROGA, Eugenio F. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 58, p. 105-132, 2014.

QUEIROGA, Eugenio F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Carlos N. F.; VOGEL, Arno (coord). **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, César. S. Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialé-tica espacial. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 525-550, dez/2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163150>. Acesso em 07/01/2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html>>. Acesso em 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº 38.872/99, de 21 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação de áreas de lazer no perímetro urbano da capital, e dá outras providências. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-38872-de-21-de-dezembro-de-1999>. Acesso em: 20/09/2020.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº 55.684/14, de 12 de novembro de 2014. Confere nova regulamentação à Lei nº 12.264, de 11 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a implantação de áreas de lazer em vias públicas. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 13 nov. 2014. p. 1.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº 58.857/19, de 17 de julho de 2019. Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58857-de-17-de-julho-de-2019>. Acesso em: 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Decreto nº 59.671/20, de 7 de agosto de 2020. Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do “caput” do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico, o Capítulo III da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, e a Lei nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59671-de-7-de-agosto-de-2020>. Acesso em: 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 10.928/91, de 8 de janeiro de 1991. Regulamenta o inciso II do artigo 148 combinado com o inciso V do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências. São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10928-de-08-de-janeiro-de-1991>>. Acesso em 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 12.264/96, de 11 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a implantação de áreas de lazer no perímetro urbano da Capital, e dá outras providências. São Paulo, 1996. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12264-de-11-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 20/09/2020.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 14.675/2008, de 23 de janeiro de 2008. Institui o Plano Emergencial de Calçadas – PEC. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14675-de-23-de-janeiro-de-2008>. Acesso em: 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 15.442/2011, de 9 de setembro de 2011. Dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15442-de-09-de-setembro-de-2011/>. Acesso em: 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 16.397/2016, de 9 de março de 2016. Altera a denominação do logradouro que especifica para Parque Minhocão. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16397-de-09-de-marco-de-2016>. Acesso em: 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Lei nº 8.328/75, de 2 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município, nas zonas de usos especiais z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes e dá outras providências. São Paulo, 1975. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8328-de-02-de-dezembro-de-1975/consolidado>>. Acesso em 20/09/2021.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. **Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Zoneamento**: lei municipal nº 16.402/2016; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2016.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**: lei municipal nº 16.050/ 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). **Cadernos da Subprefeituras**. São Paulo: PMSP/SMDU, 2016.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT (coord). **Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias**. São Paulo: PMSP/SMT, 2021. Disponível em: manualurbano.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: 14/08/2021.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Transportes - SMT (coord). **Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015 – PlanMob/SP**. São Paulo: PMSP/SMT, 2015. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp_v072__1455546429.pdf. Acesso em: 14/08/2021.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT (coord). **Plano de Segurança Viária**. São Paulo: PMSP/SMT, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/plano_de_segurana_viaria_pmsp_2019_web_1558984227.pdf Acesso em: 14/07/2021.

SÃO PAULO (SP). Portaria Conjunta nº 01/SEME/SAR/1990, de 6 de março de 1990. Dispõe sobre requisitos para implantação de Ruas de Lazer. São Paulo, 1990.

SCARLATO, Francisco C. Estrutura e Sobrevivência dos Cortiços No Bairro do Bexiga. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 9, p. 117-127, 1995.

SCARLATO, Francisco C. **O real e o imaginário no Bexiga: autofagia e renovação urbana no bairro**. 1988. Tese (Doutorado em Geografia (Geografia Humana)). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SCHNECK, Sheila. **Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906 - 1931)**. 2016. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SIMAS, Luiz A. Historiador Luiz Antonio Simas: 'É preciso fazer o Brasil dar errado'. [Entrevista concedida a] Chico Alves. **Uol Notícias**, jul/2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2021/07/04/historiador-luiz-antonio-simas-e-preciso-fazer-o-brasil-dar-errado.htm>>. Acesso em: 09/01/2022.

SIMAS, Luiz A. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz A. Ritualizar a vida. [Entrevista concedida a] Ramiro Zwetsch. **Ecoa/UOL**, 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/luiz-antonio-simas-prepara-livro-sobre-maracana-e-cre-na-festa-como-meio-de-reencantar-mundo-pos-covid-19/?fbclid=IwAR1KhfoSyp_u2hmgAamutkTb6DR_3p-36YegZppzPh-Vs0xq4cFRR5awynQ. Acesso em 02/03/2021.

TERRA, Adriana C. **Entre centro e periferia: camadas, imaginários e a importância da rua na construção da identidade no Bexiga**. 2021. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

URIARTE, Urpi M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe (Online)**, n. 11, abr/2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pon-tourbe/300>. Acesso em: 07/01/2022.

Eventos e cursos

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Conferencia Ciudad Jugable**. Barcelona, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/V6F9kl3ZcS8>. Acesso em: 01/10/2021.

BONDUKI, Nabil. Reforma urbana e cultural no viário da cidade: o Plano Diretor está alterando o modelo de mobilidade em São Paulo? In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (org). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Fórum SP 21**. São Paulo: FAUUSP, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1y_YQNsF7mw . Acesso em: 02/10/2021.

SAMPAPÉ. **Políticas Públicas de Abertura de Ruas durante a Pandemia do COVID-19**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sampape.medium.com/curso-online-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-abertura-de-ruas-durante-a-pandemia-da-covid-19-c0e544860e39>. Acesso em 26/07/2021.

Filmes Consultados

MARIA e outras histórias. Direção: André Nogueira. Produção: Rafaela Muniz. São Paulo: Cinequebrada, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nMsL6CkO850>. Acesso em: 05/02/2022

INAUGURAÇÃO da Rua de Lazer na Maria José. Captação: André Nogueira. Captação e Fotografia: Edgar Bueno. Produção e Captação: Rafaela Muniz. São Paulo: Cinequebrada, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zb9hIJ_b6bs. Acesso em: 21/11/2019.

RUA de lazer Maria José – 1 ano. São Paulo: Cinequebrada, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ApTG6jXdj48> . Acesso em: 25/09/2020

Sites Consultados

Acervo Estadão - O Estado de São Paulo

acervo.estadao.com.br/

Acervo - Folha de São Paulo

acervo.folha.com.br/index.do

Catálogo de Legislação Municipal

legislacao.prefeitura.sp.gov.br/

Comunidade Maria José

www.instagram.com/ruadelazermj/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

cidades.ibge.gov.br

Portal do Bixiga

<http://www.portaldobixiga.com.br>

Prefeitura de São Paulo

www.capital.sp.gov.br/

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/

